

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LEONARDO SANTOS AGUIAR DA SILVA

**REVITALIZAÇÃO URBANA: UMA QUESTÃO DE RAÇA**

Maceió

2019

LEONARDO SANTOS AGUIAR DA SILVA

**REVITALIZAÇÃO URBANA: UMA QUESTÃO DE RAÇA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Maria Hüning

Maceió

2019

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

- S586r Silva, Leonardo Santos Aguiar da.  
Revitalização urbana : uma questão de raça / Leonardo Santos Aguiar da Silva. –  
2019  
106 f. : il. color.
- Orientadora: Simone Maria Hüning.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2019.
- Bibliografia: f. 89-100.  
Apêndices: f. 101-106.
1. Revitalização urbana (Planejamento territorial urbano). 2. Território. 3.  
Raças. 4. Subjetivação (Psicologia social). I. Título.

CDU: 159.922.4(=414)(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP


### TERMO DE APROVAÇÃO

**LEONARDO SANTOS AGUIAR DA SILVA**

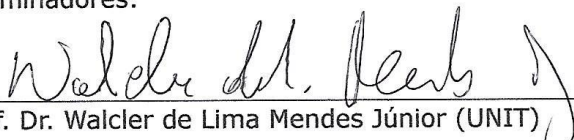
Título do Trabalho: **“Revitalização urbana: uma questão (também) de raça”**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Simone Maria Hüning (PPGP/UFAL)

Examinadores:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Walcler de Lima Mendes Júnior (UNIT)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 29 de agosto de 2019.

Dedico este trabalho a minha avó, Maria da Glória [*in memoriam*], cuja trajetória de vida foi uma lição de sobrevivência nos territórios de terror destinados aos negros e negras deste país!

## AGRADECIMENTOS

Aos orixás que me acompanham e me protegem na guerra cotidiana, agradeço o direito de existir e resistir. Axé!

A minha filha, Morena Flor. Como já diria Paulinho Moska: “O amor que eu te tenho é um afeto tão novo que não deveria se chamar amor”.

A minha esposa, Juliana, que compartilhou comigo o desafio de gestar um ser no meio desse difícil processo de pesquisa. A ela, todo meu amor e admiração pela força e paciência!

A minha família, que, mesmo longe, batalhou como pôde para tornar este trabalho possível. Minha mãe, que sei que teve muito medo de que não conseguisse me graduar em Psicologia e, hoje, pode comemorar comigo essa titulação de Mestre. Minha irmã, Luciana, que me inspira com sua coragem, e com quem sei que posso contar em todas as situações! A Paulino, que, apesar de suas posições polêmicas sobre os mais variados temas do cotidiano, tem o meu carinho e afeto! Aos meus sobrinhos, Lucas, Caio e João, que têm todo o meu amor! A minha tia Isabel, pela presença sempre marcante, e a meu padrinho Roque, por tornar mais leve essa caminhada. As “meninas”, Pauline e Paloma, pelas boas risadas e parcerias!

A minha tia Ivete, que, mesmo a grande distância, foi um suporte para conseguir vivenciar este momento turbulento do Brasil e seguir acreditando e trabalhando!

A meu pai, que, onde quer que esteja, certamente estará comemorando mais esta etapa da minha formação profissional. Te amo!

A minha sogra, Maria, e aos parentes da minha esposa em Arapiraca, em especial a Rosa e Valdete, por se disponibilizarem, dentro das suas limitações, para tornar esta pesquisa possível.

A Mariana Regis, minha irmã, que, hoje, vem se tornando uma das referências pela luta por uma advocacia humana e feminista, e de quem não me canso de me orgulhar! Te amo em todas as situações. Obrigado pela parceria de sempre!

A Enio, meu “cumpadi”, que sempre está junto nos momentos de alegria e de tristeza! Valeu, irmão!

A minha orientadora e amiga, Simone Hüning, obrigado pela parceria e carinho de sempre. Sua postura ética e comprometida dentro da academia me convenceu de que esse espaço ainda pode ser um local de produção de conhecimento potente e libertador! É realmente inspiradora a sua trajetória! Mais uma vez, meus sinceros agradecimentos!

A Wanderson Vilton, uma das primeiras pessoas que apostaram neste projeto de mestrado, aceitando me “orientar” no projeto de seleção sem nem me conhecer direito. Parceiro, muito obrigado!

A Aline Kelly, pela sua generosidade e disposição para me ajudar nos momentos de desespero absoluto! Seu comprometimento com o trabalho de pesquisa acadêmica é realmente instigante!

A Carlysson Alexandre, que se tornou um parceiro ao longo dos dois anos de mestrado, valeu pelas trocas!

Ao Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação: Simone Hüning, Wanderson Vilton, Aline Kelly, Carlysson Alexandre, Rosângela Cabral, Elis Jayanne, Alisson Rocha, Tathina Braga, Iolly Simões, Alisson Vieira, Isabelle Cabral, Michael Aliandro... Meus sinceros agradecimentos, principalmente, pelo conhecimento e pelos bons afetos compartilhados!

Ao grupinho paralelo, destinado às leituras de Michel Foucault: Carlysson Alexandre, Elis Jayanne, Rosângela Cabral, Tathina Braga, Felipe, Alisson Rocha, Alisson Vieira. Sem vocês, não sei como iria dar conta do arcabouço teórico-metodológico do filósofo francês. Obrigado pelas discussões e debates!

Aos professores Walcler de Lima Mendes Júnior e Carolina dos Reis, agradeço os apontamentos na banca de qualificação.

À Fapeal, sou grato pela concessão de bolsas de estudos durante o período do mestrado.

“Brasil, meu nego  
Deixa te contar a história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta que a gente se encontra”  
(Estação Primeira de Mangueira)

“Eu vivo no submundo,  
Buracos, favelas, guetos imundos  
e eles me chamam de brasileiro.  
Porém, eu me sinto um estrangeiro.”  
(Edson Gomes)



## RESUMO

Nosso objetivo, com esta pesquisa, é discutir as questões do território e a problemática da moradia, analisando como temos produzido modos de ser a partir da gestão do espaço urbano. Com base nas pesquisas de Michel Foucault, Frantz Fanon e Achille Mbembe, propomos, como objetivo geral, uma problematização dos discursos e das práticas de revitalização urbana, analisando modos de objetivação, subjetivação e governo. Nossos objetivos específicos são: a) identificar e analisar discursos e práticas que sustentam esses processos de revitalização; b) discutir que noção de revitalização está sendo produzida; c) analisar que cidades e vidas são produzidas ou descartadas nesses projetos de revitalização. Para abordar essas questões, investigamos o conflito entre trabalhadores artesanais afro-baianos e o poder público pela permanência na comunidade dos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia, no Centro Histórico de Salvador. Os materiais de análise utilizados foram documentos públicos, como matérias veiculadas na imprensa, publicações em mídias sociais e documentos oficiais disponibilizados pelo poder público na internet. Dessas análises, concluímos que essa população negra foi transformada em um alvo de ações arbitrárias, em algumas ocasiões ilegais, por parte do Estado, com o intuito de expulsá-la do território. Problematizamos, também, as estratégias de objetivação dessas vidas e o duplo movimento de invisibilização e de atribuição de signos desqualificantes acerca dos modos de ser presentes nos Arcos. Além disso, analisamos como o racismo é utilizado como operador estratégico que alicerça a fabricação do conceito de vida sustentado nesses projetos de “revitalização urbana”. Por fim, compreendemos que, apesar de o Centro Histórico de Salvador ser referenciado como um templo de enaltecimento de uma baianidade afrocentrada, sobretudo pela indústria do turismo, há a implementação de modos de governo das vidas negras, nesse território, pautados na hostilidade e na intimidação. Essas ações políticas se complementam, pois, para que ocorra a instituição de novos mundos urbanos a serviço da lógica de mercantilização desses territórios urbanos, faz-se necessária a implementação de políticas de exclusão social, nos moldes de uma gentrificação urbana.

**Palavras-chave:** Revitalização Urbana. Território. Raças. Subjetivação.

## ABSTRACT

Our aim, with this research, is to discuss the territory questions and housing problematic, analyzing how we have been producing ways of being onwards the urban area management. According to Michel Foucault, Frantz Fanon and Achille Mbembe's studies, we are proposing, as a general objective, a problematization of the speeches and urban revitalization practices, analyzing ways of objetification, subjectivation and government. Our specific objectives are: a) identify and analyze the speeches and practices that support these revitalization processes; b) discuss what notion of revitalization has been produced; c) analyze what cities and lives are produced or rejected in these revitalization projects. To address these questions, we investigated the conflict between the afro-bahian handicraft workers and the public authorities for the continuity in the Conceição Beach's Arches Slope's community, in the Historic Center of Salvador. The analysis materials used were public documents, as articles circulated in press, publications in social medias and official documents posted by the public authorities in internet. Based on these analysis, we concluded that this black population were turned into a target of arbitrary actions (at times, illegal) by the State, with the aim of banish them out of the territory. We also problematized the objetification strategies of these lives and the double movement of invisibilization and attribution of disqualifying signs about the ways of being observed in the Arches. Furthermore, we analyzed how the racism is used as a strategic provider that founds the construction of the concept of life sustained in these urban revitalization projects. Lastly, we understood that, despite the acknowledge of the Historic Center of Salvador as an afrocentered baianity enhancement temple, especially for the tourism industry, in this territory there is an implementation of government ways of the black lives guided by the animosity and intimidation. These political actions complement themselves, so it is necessary the execution of social exclusion politics to the establishment of new urban worlds on duty of the mercantilization perspective of these urban territories, within the framework of an urban gentrification.

**Keywords:** Urban Revitalization. Territory. Races. Subjectivation.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
2	<b>ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS</b>	<b>16</b>
2.1	<b>Território e subjetividade: campo de saber emergente para a Psicologia</b>	<b>16</b>
2.2	<b>A Psicologia e os percursos de problematização do urbano</b>	<b>19</b>
2.3	<b>O urbano como mercadoria e as lutas pelo direito à cidade</b>	<b>22</b>
2.4	<b>Percurso metodológico</b>	<b>31</b>
3	<b>REVITALIZAÇÕES URBANAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR</b>	<b>38</b>
3.1	<b>Revitalização urbana do Pelourinho e a fabricação de uma afro-baianidade autêntica</b>	<b>38</b>
3.2	<b>Arcos da Ladeira da Montanha: a reinvenção do uso por uma comunidade afro-baiana</b>	<b>46</b>
3.3	<b>As estratégias de revitalização urbana, os artífices e as práticas de resistência da comunidade</b>	<b>52</b>
4	<b>FABRICANDO O DESPEJO</b>	<b>61</b>
4.1	<b>O racismo como operador estratégico do planejamento urbano</b>	<b>62</b>
4.2	<b>A trama discursiva que justifica a revitalização urbana nos Arcos da Montanha</b>	<b>68</b>
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>87</b>
	<b>APÊNDICE A – MATERIAIS IDENTIFICADOS NA PESQUISA DOCUMENTAL – POR EIXO</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Salvador, Bahia, território africano.  
 Baiano sou eu, é você, somos nós.  
 Uma voz, um tambor.  
 Oxente, 'cê num 'tá vendo que a gente é nordeste?  
 Cabra da peste.  
 Sai daí batucador, quem foi seu mestre?  
 Capoeira.  
 Se plante, lá vem rasteira.  
 Pé de ladeira.  
 Preciso da fé no Senhor do Bonfim.  
 Pra mim, pra você, pra mim.  
 Um chinelo de couro, uma bata.  
 Uma bênção, mais cinquenta centavos de som.  
 Aumenta o som!  
 África, iô iô.  
 Salvador, meu amor,  
 A raiz de todo bem, de tanta fé.  
 Do canto Candomblé.  
 (RAIZ..., 2013)

Iniciamos esta dissertação com os trechos da música “Raiz de Todo Bem”, do cantor de axé *music* Saulo Fernandes. Lançada em 2013, obteve um grande sucesso, no ano seguinte, na maior festa popular do planeta: o Carnaval de Salvador. A música foi, inclusive, escolhida pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) para homenagear os trinta anos de criação desse estilo musical originário das ruas, ladeiras e becos da cidade. Essa canção traz, nos seus versos, elogios às heranças dos povos africanos escravizados que chegaram à primeira capital do Brasil pela diáspora fomentada pelo tráfico negreiro, que estruturou essa metrópole com o maior contingente de população negra do país (RAIZ..., 2013; CLIPE..., 2014; BATISTTA, 2014; SALVADOR..., 2018).

Na cidade do Salvador de 2014, a imagem do negro é ovacionada nos trios elétricos, representando os autênticos modos de ser baianos. A Bahia mítica e tradicional alicerça sua simbologia nos elementos vinculados à África, inseridos como a fonte da essencialidade da baianidade. As religiões de matriz africana, a capoeira, os instrumentos percussivos e outros elementos oriundos do continente africano são cantados e aclamados pelos soteropolitanos e turistas, projetando o estado, a nível nacional e internacional, como o lugar de excelência da revalorização do negro na formação da identidade nacional (BATISTTA, 2014; SILVA, R. H. A., 2016).

Essa política de exaltação da baianidade afrocentrada tem como principal cenário o Centro Histórico de Salvador (CHS). O Programa de Recuperação do Centro Histórico de

Salvador, iniciado na década de 1990, foi estruturado nos moldes de uma associação entre as políticas urbanas e a gestão simbólica do lugar. Desse modo, a história do sítio histórico passou a ser contada referindo-se ao território como o nascedouro da nação brasileira, legítimo espaço de resgate das raízes culturais de um país miscigenado, com predominância clara da população negra. O CHS passou a ser projetado como o templo da baianidade, território legítimo de valorização da negritude na cidade do Salvador (BATISTTA, 2014; SILVA, R. H. A., 2016).

Essa história única sobre o sítio histórico passou a ser fabricada e reproduzida como uma das estratégias de mercantilização do CHS pela indústria do turismo. No entanto, esta dissertação trabalhará com um espaço que não está inserido nessa narrativa. Estamos interessados nos lugares de invisibilidade, locais de sombras que, apesar de estarem situados no coração da cidade, foram esquecidos/abandonados pelo poder público e não se enquadram nos discursos de enaltecimento da afro-baianidade. Por essa razão, analisaremos territórios em que as vidas negras são governadas pela arbitrariedade e, ocasionalmente, por práticas ilegais (BATISTTA, 2014).

Priorizaremos o momento em que esses territórios retornam às pautas de interesse do poder público e de seus parceiros associados, sob a lógica da revitalização urbana, com o objetivo de trazer uma nova vitalidade a esses locais.

Diante disso, formulamos algumas questões que nortearão esta pesquisa:

- a) Quais os modos de objetivação, subjetivação e governo presentes nessas práticas de revitalização urbana?
- b) O que significa essa revitalização? O que se faz em nome dessa revitalização? O que desvitaliza essa área? Como e quais discursos aparecem justificando essas intervenções? E a quais práticas tais discursos são associados?
- c) Que vidas são produzidas e que vidas são descartadas nesses projetos? Como essa comunidade é descrita pelos documentos? Como essas comunidades tornam-se indesejáveis para ocupar determinados territórios nessas cidades? Que vidas são essas que são incompatíveis com a plenitude do conceito de vida? Que cidade é construída por esses discursos e práticas?

Diante dessas indagações, formulamos<sup>1</sup> o objetivo geral desta pesquisa, que é problematizar os discursos e práticas de revitalização urbana no Centro Histórico de Salvador,

---

<sup>1</sup> Escrevo esta dissertação na primeira pessoa do plural, empregando a primeira pessoa do singular somente em momentos bem específicos. Adoto esse posicionamento, pois, apesar de ser uma produção de autoria individual,

analisando modos de objetivação, subjetivação e governo. Tomaremos para análise os projetos urbanísticos voltados para os Arcos da Ladeira da Conceição da Praia, que são ocupados por uma comunidade de trabalhadores artesanais, majoritariamente afro-baiana. Como objetivos específicos, propomos: a) identificar e analisar discursos e práticas que sustentam esses processos de revitalização; b) discutir qual noção de revitalização está sendo produzida; c) analisar que cidades e vidas são produzidas ou descartadas nesses projetos de revitalização.

As estratégias de implementação de projetos de revitalização urbana, nesse território, iniciaram-se no ano de 2014. Agentes da PMS entregaram uma notificação de despejo a uma comunidade negra que ocupa os Arcos da Ladeira da Conceição. O conteúdo era claro: os artesãos teriam 72 horas para sair de suas residências e/ou oficinas. Essa investida ocorreu meses depois de um Carnaval capitaneado por uma canção que exaltava a negritude soteropolitana. Porém, dessa vez, a atuação da gestão municipal não tinha investimento na valorização da baianidade afrocentrada, e estava apartada da lógica de celebração da alegria e do prazer presentes nas campanhas de promoção da folia do Rei Momo, em Salvador. O poder público, nesse episódio, seria o principal promotor de exclusão social de uma população afro-baiana no CHS (MENDONÇA, 2015; BATISTTA, 2014).

Essa comunidade, transformada em objeto de remoção urbana, é formada por descendentes de africanos submetidos à imigração forçada, para fins escravagistas, através da diáspora negra. Silveira (2006) aponta que os artesãos africanos que vieram para Salvador, em sua maioria, são provenientes do antigo Reino do Kongo, atual país de Angola. Os primeiros mestres chegaram à Ladeira da Conceição da Praia em decorrência da abolição da escravatura e da consequente necessidade de refazer seus modos de vida nesse novo contexto social. Nos fins do século XIX e no início do século XX, negros alforriados reinventaram o uso dos arcos de sustentação da Ladeira da Montanha para fins de moradia e sustento. Ao longo de décadas, constituíram o território como um tradicional local de ofício artesanal de trabalhadores negros na zona central de Salvador (BARRETO, 2016; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017; ROCHA; CASTRO, 2019).

Atualmente, esse território está localizado a poucos metros da praça dedicada ao poeta abolicionista Castro Alves. Esse largo, desde 2018, está passando por obras de requalificação realizadas pela PMS, para estar em consonância com outras intervenções urbanas do poder

---

a elaboração desta pesquisa foi, também, um resultado das reflexões conjuntas com o Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação, bem como com a orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Simone Maria Hüning.

público, bem como com os investimentos do capital privado no local. Há uma série de processos de urbanização em andamento que estão instaurando novos modos de ser e habitar no território (REQUALIFICAÇÃO..., 2018).

**Figura 1 – Centro Histórico de Salvador**



Fonte: Mapa do Centro Histórico de Salvador, legendado pelo autor a partir de imagens do Google Earth.

Por exemplo, no ano de 2008, o cinema Glauber Rocha foi reaberto, depois de dez anos sem atividades, após reformas realizadas com recursos do Banco Itaú. No ano de 2014, a prefeitura reinaugurou o Centro Cultural Barroquinha, situado na secular igreja homônima, com a proposta de ser um espaço de referência da cultura afro-brasileira. Nos últimos dois anos, o Fera Palace Hotel e o Hotel Fasano Salvador inauguraram estabelecimentos de luxo nas proximidades da Praça Castro Alves, com diárias que variam entre R\$ 400,00 e R\$ 3.700,00, em valores aproximados (ALBUQUERQUE, 2008; UZÊDA, 2014; GRUPO..., 2018; ROCHA; CASTRO, 2019).

Todo esse cenário aponta para uma investida do capital privado, em parceria com o poder público, com o objetivo de transformar todo o entorno da Praça Castro Alves em um espaço de consumo para uma população com um poder aquisitivo mais elevado. Nessa conjuntura, há uma dinâmica que parece constituir padrões típicos de um processo de gentrificação urbana, atingindo os artífices da Ladeira da Conceição da Praia, com o objetivo

de fomentar a eventual expulsão dessa comunidade do território, mediante projetos de revitalização urbana (LIMA; LOPES, 2017).

Para viabilizar a implementação desses projetos de revitalização, há a utilização do conceito de vida como um operador estratégico, definindo quais comunidades produzem uma dinâmica compatível com os critérios de vitalidade formulados pelo poder público, bem como quais são passíveis de intervenção por estarem desvitalizadas. Portanto, há o desencadeamento de uma trama discursiva em torno da vida (e da morte) nesses projetos urbanísticos. Além disso, trabalharemos com a hipótese de que a fabricação desses parâmetros é atravessada pela fantasia da diferenciação das raças, instaurada desde o período colonial, e que sustenta a efetivação de distintos modos de governo das vidas urbanas (MOURA *et al.*, 2006; FANON, 2008; MBEMBE, 2017).

Para analisar essas questões, estruturamos nossa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, vamos discutir a emergência da problemática urbana para a disciplina da Psicologia, bem como as relações entre o território e a produção dos modos de subjetivação/objetivação. Faremos, do mesmo modo, uma discussão acerca das estratégias de planejamento das cidades alicerçadas na lógica de mercantilização dos territórios urbanos, e de como as lutas pelo direito à cidade formulam táticas de resistência a essa dinâmica capitalista. Além disso, esse capítulo será destinado a detalhar o nosso percurso metodológico, apresentando ao leitor os critérios de seleção dos nossos materiais de análise, bem como as ferramentas analíticas utilizadas.

No segundo capítulo, problematizaremos as noções e estratégias de revitalização que estão sendo produzidas no conflito dos Arcos da Ladeira da Conceição. Iniciaremos realizando uma breve retomada do Programa de Recuperação do Centro Histórico, iniciado na década de 1990, e das repercussões dessa intervenção urbana nos modos de ser no CHS e na invenção de uma baianidade autêntica afrocentrada. Esse programa modificou, radicalmente, a dinâmica socioespacial do CHS, operando uma limpeza étnica e social para constituir um *shopping center* a céu aberto no coração da capital baiana.

Nossa opção por produzir uma breve retomada desse programa de revitalização ocorreu porque acreditamos que o conflito pela permanência dos artífices não configura um fenômeno isolado na história do CHS, caracterizando mais um episódio de reestruturação do território para estar em conformidade com os interesses do poder público e de seus parceiros associados. Diante disso, nesse capítulo, aprofundaremos as estratégias de poder empregadas nas políticas de revitalização urbana dos Arcos da Conceição da Praia, assim como as táticas de resistência dessa comunidade afro-baiana.



No terceiro capítulo, identificaremos e analisaremos discursos e práticas que sustentem esses processos de revitalização. Problematizaremos a trama discursiva que forja os artífices como uma população indesejável e, por isso, passível de remoção urbana. Por fim, aprofundaremos as análises acerca das relações entre o racismo e a produção das nossas cidades, bem como das formas distintas como as vidas cidadinas e os territórios urbanos são governados, alicerçadas no pertencimento, ou não, a uma determinada raça.

## 2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

### 2.1 Território e subjetividade: campo de saber emergente para a Psicologia

“Você é psicólogo. Por que estuda cidade?” Essa é uma pergunta que me acompanha desde o momento em que apresento minha pesquisa para alguém. É um estranhamento tão vigoroso que, de modo recorrente, sou jogado em um conflito entre sentir-me um infrator ou um desbravador. Certa vez, ao comprar um livro sobre um dos diversos temas urbanos com que me deparei ao longo desse percurso, fui questionado, pela atendente, se era antropólogo, sociólogo ou urbanista. Sorri, paguei e nunca mais esqueci o seu olhar de desconfiança ao ouvir qual era minha profissão.

Essa rotina de estranhamento e de desconfiança fez-me problematizar os espaços ocupados pela Psicologia e os temas pertinentes às suas intervenções na sociedade. Tocar nas demarcações impostas pelos regimes disciplinares do conhecimento é como atravessar uma cerca de arame farpado: nem sempre passamos ilesos, ou nem passamos. Desse modo, minhas reflexões sobre a recente atenção da área diante das questões urbanas são permeadas por insegurança, inquietude e certa dose de coragem para seguir adiante (FOUCAULT, 2010).

Esse ambiente conflituoso não é vivenciado apenas “dentro de mim”. Enquanto psicólogo, fui disciplinado para analisar esses embates voltando para o meu interior, buscando respostas e saídas nesse vasto mundo subjetivo, forjado e sustentado por várias correntes tradicionais de pensamento da Psicologia. O binômio interioridade/exterioridade estava constituído nos meus modos de produzir análises, sustentados por uma dicotomia entre individual e social, sugerindo que o campo social e a subjetividade fossem duas instâncias separadas (HÜNING; GUARESCHI, 2009; REIS; LARA; GUARESCHI, 2015).

As práticas tradicionais da Psicologia, às quais me refiro, buscam dar conta de um desvelamento do sujeito, supondo que há a preexistência de uma interioridade. A disciplina contribuiu para a invenção de um interior profundo que habita em cada pessoa, respaldada no individualismo presente nas culturas políticas modernas do Ocidente, estruturando-se como a “ciência do indivíduo”. A Psicologia teria um amplo campo de atuação nos locais em que os sujeitos deveriam ser administrados, conquistando espaço na sociedade com um conjunto de saberes, técnicas e intervenções pautado em uma “psicologização” dos modos de vida, instituindo uma racionalidade de normatização e controle dos seres humanos (ROSE, 2008; HÜNING; GUARESCHI, 2009).

Sem dúvidas, o sorriso desconfiado da moça da editora, o estranhamento dos amigos que ansiavam por um tema mais normativo ou o descrédito e o espanto de colegas psicólogos

não são práticas aleatórias, não surgem de modo espontâneo na esfera social. São pistas, rastros que indicam como as estratégias de saber/poder formuladas dentro e fora da Psicologia estão intimamente vinculadas às práticas culturais. A dinâmica de produção científica, portanto, não tem vinculação com as noções de neutralidade, imparcialidade ou essência. O conhecimento produzido por nós, pesquisadores, não está acima, nem imune às dinâmicas, aos conflitos e às urgências do campo social (HÜNING; GUARESCHI, 2009).

Portanto, para este trabalho, opto por seguir novos posicionamentos político-científicos, compreendendo que o conhecimento é produzido no interior das práticas históricas, políticas e sociais. Ele é fabricado, ou inventado, nas relações de poder. A relação entre sujeito e objeto é um resultado histórico e pontual, construído nas relações de luta e políticas na sociedade. O conhecimento, desse modo, é um efeito das batalhas e dos confrontos, da necessidade dos homens de dominar uns os outros. Não há exercício do poder sem a produção de verdade (FOUCAULT, 2003, 2010; PRADO FILHO; LOBO; LEMOS, 2014).

Por isso, não buscamos o conforto das verdades acomodadas, dos métodos consagrados e de todos os tipos de naturalizações do campo da Psicologia. Não assumimos compromissos com as tradicionais formas de produção do conhecimento na área. Pelo contrário, buscamos contribuir com novas possibilidades de produzir ciência dentro dessa disciplina. Nem sequer buscaremos a verdade, mas, sim, as condições de emergência de determinados discursos, dos efeitos de verdade que eles produzem e das práticas a eles associadas, produzindo certos modos de vida (HÜNING; GUARESCHI, 2009).

Mas, afinal, que Psicologia é essa que estamos propondo? Mais especificamente, estamos alinhados com o campo epistemológico da Psicologia social de matriz pós-estruturalista com base foucaultiana. As teorizações do filósofo francês possibilitaram o surgimento de uma epistemologia que proporciona novos estudos sobre o sujeito/a subjetivação e a sociedade. A concepção ontológica proposta pelo autor elabora a noção de subjetividade como um processo, e não como uma estrutura: ela é produzida a partir da esfera social, como efeito das relações de saber/poder e das condições históricas que operam na constituição dos discursos e práticas, fabricando os diferentes modos de subjetivação dos seres humanos em nossa cultura. Portanto, há mutualidade entre o sujeito e o campo social, distanciando-se de outras perspectivas da Psicologia social, que se alicerçam no dualismo indivíduo/sociedade (HÜNING *et al.*, 2014; SCISLESKI; HÜNING, 2018).

Foucault (2013) também analisa os modos de objetivação, isto é, os processos que tornam, dentro de uma sociedade, os seres humanos em sujeitos. Para isso, o autor investigou:

os discursos científicos e as formas pelas quais o sujeito é tomado como um objeto de saber; as práticas divisoras, ou seja, os modos como os sujeitos são divididos no seu interior e em relação aos outros (por exemplo, os criminosos e os cidadãos de bem); e o domínio da sexualidade, como os homens (e mulheres) aprenderam “a se reconhecer como sujeitos de uma sexualidade” (FOUCAULT, 2013, p. 119).

O diálogo com o arcabouço analítico dos modos de objetivação/subjetivação presentes na obra de Foucault auxilia-nos a construir novos problemas de pesquisa, novos percursos metodológicos e campos de investigações. Expandem-se, portanto, as possibilidades de produção na Psicologia social brasileira contemporânea, introduzindo ferramentas teóricas e conceituais que problematizam a esfera social. Na composição de campos relativamente novos para a disciplina, figuram as produções que analisam as temáticas do planejamento e do ordenamento dos territórios urbanos, associados aos modos de habitar e circular nas cidades (HÜNING *et al.*, 2014; HÜNING, 2015).

Por essa razão, vamos operar com a produção de modos de subjetivação/objetivação também vinculados aos métodos de planejamento e de administração dos territórios urbanos. Entendemos o território como espaço de construção da vida social, em que há uma coprodução entre território e subjetividade: ao mesmo tempo em que o sujeito institui o território, é instituído por ele. Pensar o território implica situá-lo em um contexto histórico, político e cultural, relacionando-o às formas de governo das vidas e aos processos de subjetivação (RODRIGUES; BAPTISTA, 2010).

O território é um fenômeno socialmente construído através das relações de poder em suas múltiplas dimensões. Território, por isso, tem a ver com poder, seja no sentido da dominância funcional, vinculado ao caráter mais material das relações econômico-políticas, em que há a predominância do valor de troca (controle físico, de recursos, produção), seja no sentido da dominância simbólica, tratado como símbolo de apropriação, de ordem estritamente cultural, relacionado ao valor de uso (abrigo, lar, segurança afetiva). Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e em diferentes combinações, funcional e simbólico. E os territórios são distinguidos consoante as ações dos atores que os constroem, visando a atingir/afetar, influenciar e/ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos (HAESBAERT, 2007).

Territorialidade é uma concepção mais ampla que a de território, é um componente do poder, uma dimensão simbólica, existindo, eficazmente, como uma estratégia político-cultural, estando intimamente ligada aos modos como as pessoas organizam o espaço e dão sentido ao lugar, bem como às formas como experimentam o mundo e o dotam de

significados. Pode ser empregada mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado. Por essa razão, pode haver territorialidade sem território, porém, a recíproca é empiricamente impossível, pois esvaziaria a noção de território concebido mediante as relações de poder na sociedade (HAESBAERT, 2007).

No nosso trabalho, também, faremos um diálogo fundamental com autores que analisam a produção dos territórios urbanos atravessados pela questão da raça. O psiquiatra antilhano Frantz Fanon e o filósofo camaronês Achille Mbembe apontam que o colonialismo inventou o jogo ficcional da diferença das raças, fabricando um gênero à parte, biologicamente inferior: os negros. A operacionalização do racismo proporcionava a cisão dos mundos urbanos sitiados, instaurando uma fragmentação espacial nas colônias, balizada pelo pertencimento ou não a determinado grupo racial. De um lado, estavam as zonas dos colonos europeus: iluminadas, protegidas e bem nutridas. De outro, as áreas destinadas aos colonizados, presididas pelo terror e pela barbárie (FANON, 2005; MBEMBE, 2017).

Nas sociedades ocidentais modernas, há a atualização de políticas fundamentadas na produção de um objeto ameaçador, na fabricação de um inimigo, que alicerçam os discursos e práticas de planejamento urbano pautados na segregação socioespacial das urbes. Assim como na época do jugo colonial, as relações entre território e raça são primordiais para a distribuição de modos distintos do governo da vida (e da morte) nas nossas cidades. Por essa razão, o desejo de resgate do sentimento de vida depende da ruptura total com aqueles que ocupam territórios estigmatizados, e, conseqüentemente, o seu desaparecimento e extermínio não será vivido como perda (MBEMBE, 2017, 2018).

Portanto, produziremos uma problematização do social, analisando os modos de operacionalização do racismo nos processos de urbanização e a imbricada fabricação das vidas marginalizadas nas cidades. Elaboraremos, além disso, uma interface com as discussões acerca das políticas de planejamento urbano e de suas implicações no cotidiano das urbes, bem como das relações entre território e modos de subjetivação/objetivação na sociedade atual (HÜNING *et al.*, 2014; HÜNING; GUARESCHI, 2009; MBEMBE, 2017).

## **2.2 A Psicologia e os percursos de problematização do urbano**

A aproximação da Psicologia com a problemática urbana não ocorreu no mesmo período de surgimento das lutas por melhores condições de vida nas cidades brasileiras. Desde o final do ciclo da ditadura militar, organizaram-se diversos movimentos sociais urbanos, que tinham um caráter eminentemente popular. Reivindicações por moradia digna,

pela melhoria dos transportes públicos e por saneamento básico foram algumas das diversas pautas de tensionamentos contra o Estado naquele período (SANTOS, 2008).

Essas mobilizações e articulações coletivas só foram possíveis com o processo de desgaste do regime militar diante da sociedade civil. Entretanto, no auge do período ditatorial, essas estratégias contestatórias foram sufocadas e inviabilizadas. O Ato Institucional n. 5 (AI-5), publicado em 13 de dezembro de 1968, foi o decreto mais radical da ditadura. O AI-5 dava pleno poderes ao presidente da república, permitindo o fechamento do congresso nacional, a censura prévia e a suspensão de *habeas corpus* em casos de crimes políticos, entre outras medidas de um governo totalitário. A linha dura do exército instaurava os “anos de chumbo”. Manifestações políticas ganharam *status* de clandestinidade, movimentos de resistência urbanos e rurais foram, gradativamente, sendo desarticulados com o assassinato, o desaparecimento ou o exílio de seus militantes (SANTOS, 2008; GASPARI, 2002).

Ao mesmo tempo em que os porões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) mutilavam corpos, desapareciam com estudantes e “suicidavam” dissidentes, o ufanismo tomava conta da nação. Entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil viveu a euforia do “milagre econômico”, o regime do pleno emprego, os grandes projetos públicos de desenvolvimento nacional e as memoráveis jogadas da seleção tricampeã mundial de futebol, em 1970. A taça do mundo era nossa, e a contradição também (GASPARI, 2002; SANTOS, 2008).

Na época dos anos de chumbo, a Psicologia estava mais voltada para temas relacionados a aspectos da vida privada do sujeito, o fortalecimento do núcleo familiar e os modos particulares que os indivíduos engendravam para conquistar o sucesso financeiro e profissional. Os espaços para debates sobre pautas coletivas eram interditados, inclusive, indivíduos que demonstrassem preocupações com mudanças sociais e políticas eram rotulados, por colegas psicólogos, como prejudiciais e desajustados para a sociedade do milagre econômico. Os direcionamentos hegemônicos da profissão estavam alinhados com os ideais do regime militar, havendo relatos de psicólogos/psicanalistas que participavam de sessões de tortura nos porões do DOPS, refinando as técnicas de extração de informações dos opositores à ordem estabelecida (COIMBRA, 1995).

Contudo, a eclosão da crise econômica, a revogação do AI-5 e o desgaste do regime junto à opinião pública contribuíram para o início do processo de abertura política. Diversos grupos populares e operários retornavam, gradativamente, ao espaço público, reivindicando direitos, melhores condições de trabalho, entre outras pautas democráticas. Novos modos de fazer política foram sendo forjados através do fortalecimento comunitário, indicando o

surgimento de novas identidades coletivas. Os movimentos sociais urbanos tiveram expressiva importância nesse período, lutando contra a exclusão socioespacial, a carestia e as desigualdades sociais (SANTOS, 2008; GASPARI, 2002).

Intimismo, família, sucesso profissional e normatividade não deixaram de ser, ao longo dos anos, temas caros para a Psicologia, mesmo com a redemocratização e a reorganização da sociedade. Acreditamos que a opção de fortalecimento da nossa profissão, pautada amplamente nesses objetos de estudo, traz um posicionamento político-científico, privilegiando a técnica, o individualismo e um descolamento das questões urgentes no corpo social. Essa opção, portanto, nada tem a ver com um respeito genuíno a uma suposta essência da Psicologia. São práticas construídas por determinadas condições sociais, culturais e políticas, não devendo, por isso, ser naturalizadas como a legítima forma de fazer ciência dentro da disciplina (HÜNING; GUARESCHI, 2009; PRADO FILHO, 2009).

A temática urbana aparece de modo disperso na história da Psicologia, até o fim da primeira década dos anos 2000. Vanderli Silva, na sua dissertação, pesquisou as publicações sobre os processos de urbanização presentes nos periódicos *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *Psico* e *Psicologia e Sociedade*, desde o período de inauguração das respectivas revistas até o ano de 2014. A autora aponta que a primeira publicação que aborda essa temática apareceu 38 anos após o início das atividades da disciplina no Brasil, no ano de 1987. Com poucos trabalhos durante a década de 1990, foi a partir de 2010 que artigos relacionados à problemática dos processos de urbanização começaram a aparecer com maior regularidade na área. Destaca-se que, apesar da proximidade temática, não há uma homogeneidade de referenciais teórico-metodológicos nesses estudos (SILVA, V. M., 2016).

Há autores que atribuem essa recente atenção da Psicologia para os temas dos processos de urbanização ao agravamento dos conflitos urbanos proporcionados pelos megaeventos que ocorreram no país, como a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. A introdução do Brasil no calendário oficial desses eventos esportivos, com significativa repercussão internacional, foi acompanhada, a princípio, de euforia e de grande expectativa de melhoria das condições urbanas das cidades-sede (REIS; LARA; GUARESCHI, 2015; VAINER, 2013).

A frustração foi ficando cada vez mais evidente à medida que a população foi percebendo que não haveria melhorias efetivas nos nossos centros urbanos. Pelo contrário, as práticas de exclusão social e de higienização dos espaços públicos, evidenciadas pelas remoções forçadas de comunidades dos seus territórios de moradia, a retirada de moradores de rua de determinados locais estratégicos, entre outras ações da gestão violenta da vida nas

idades, ajudaram a temperar e engrossar o caldeirão dos tensionamentos urbanos (REIS; LARA; GUARESCHI, 2015; VAINER, 2013).

Nesse contexto, apesar das contradições políticas e das pautas difusas, as Jornadas de Junho de 2013 foram o marco da aglutinação de uma série de frustrações e insatisfações de vários segmentos da sociedade brasileira. Dentro dessa pluralidade de reivindicações, as temáticas urbanas protagonizaram a circulação de diversos discursos, recolocando as lutas em torno do direito à cidade em evidência. Não por acaso, o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP), ao se opor ao aumento da tarifa do transporte público da capital do estado, foi o gatilho dessas manifestações, que se espalharam pelo território nacional, recolocando as lutas urbanas em evidência no Brasil (SECCO, 2013; VAINER, 2013).

Os movimentos sociais urbanos tiveram um espaço significativo no fim da ditadura militar e na conseqüente luta pela redemocratização, sobretudo porque apontavam as contradições de uma modernização acelerada e excludente pela qual nosso meio urbano havia passado. Após esse período, observou-se um deslocamento da arena política popular para o campo: os movimentos sociais rurais tiveram um protagonismo nas lutas sociais dos últimos anos (SANTOS, 2008; VAINER, 2013).

Não queremos nos estender em relação aos caminhos e desencadeamentos que ocorreram no Brasil depois desses eventos, sobretudo no jogo da macropolítica. Contudo, aparentemente, a insatisfação generalizada da população foi capturada e mais bem conduzida por um campo político mais reacionário e conservador que, nas últimas eleições, conseguiu eleger um candidato de extrema-direita para o posto de presidente da república. No entanto, para o nosso trabalho, delimitaremos nossa leitura desses megaprotestos no que diz respeito ao retorno da agenda urbana ao centro dos debates dos movimentos populares e a como esse processo teve um efeito na nossa disciplina, a Psicologia Social, desencadeando uma série de produções que relacionam subjetividade e processos de urbanização (SAFATLE..., 2018; VAINER, 2013; CHARLEAUX, 2018; MAZUI, 2018).

### **2.3 O urbano como mercadoria e as lutas pelo direito à cidade**

Estudantes secundaristas de Salvador, no ano de 2003, interditaram as principais avenidas da capital baiana, por uma semana, contra o aumento da tarifa de ônibus realizado pela prefeitura municipal, episódio que ficou conhecido como “A Revolta do Buzu” (SANTOS, 2008). Na mesma cidade, em março de 2018, o governo do estado deu o prazo de 48 horas para que 40 famílias da Ocupação do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), que se alojaram em um terreno no bairro de Escada, região conhecida como Subúrbio Ferroviário,



deixassem o local, sem negociar um destino para essas pessoas (AMEAÇA..., 2018). O que essas situações, aparentemente desconectadas, têm em comum? São lutas com pautas específicas, movimentos sociais com objetivos bem delimitados, mas que, juntos, estruturam enfrentamentos norteados por um conceito: o direito à cidade.

Os eventos utilizados foram delimitados no contexto de Salvador, capital do estado da Bahia, por conta de um alinhamento com o contexto macropolítico desta dissertação. Entretanto, os princípios referentes ao direito à cidade não foram formulados pelos soteropolitanos, tampouco são articulados apenas nessa metrópole. Henri Lefebvre foi um dos primeiros autores a utilizar academicamente o conceito de direito à cidade, presente no livro de título homônimo lançado em 1968. O livro é inspirado nos protestos dos movimentos sociais que denunciavam o cotidiano excludente e reivindicavam a produção de uma vida urbana significativa, divertida e menos alienada. Portanto, esse conceito surge das efervescências das lutas cidadinas, dos enfrentamentos dos franceses contra a estruturação das cidades a serviço da lógica capitalista (LEFEBVRE, 2011).

Lefebvre (2011) formula o seu pensamento como uma plataforma política utópica, inspirada no referencial teórico marxista, apoiado na perspectiva de ruptura com a lógica de mercantilização do espaço urbano. O autor tinha um posicionamento revolucionário, acreditando que a tarefa da classe trabalhadora urbana seria a de imaginar e reconstituir um novo tipo de cidade, priorizando o valor de uso, ao invés do valor de troca que é hegemônico no capitalismo. Porém, isso só seria efetivamente possível através de uma luta anticapitalista, focando na transformação do nosso cotidiano.

Para Harvey (2014), a gestão das cidades é pautada na necessidade do capitalismo de produzir terrenos lucrativos para a produção e absorção de excedente de capital. Perpetuamente, para a lógica capitalista, é fundamental a abertura de novos mundos urbanos e a consequente invenção de novas formas de habitar, de novos modos de deslocamento e de novos estilos de vida, através de um planejamento urbano capitaneado pelo contínuo reinvestimento da mais-valia, ou seja, do lucro.

Além disso, para Harvey (2014), o conceito de direito à cidade é vazio enquanto significativo, pois depende de quem lhe conferirá significado. Os capitalistas podem requerê-lo, assim como os movimentos sociais, e ambas as propostas são legítimas. Porém, os processos de urbanização sempre foram, em alguma medida, um fenômeno de classe. Assim sendo, sempre há um território e/ou um grupo em que a mais-valia é extraída, ao mesmo tempo em que há toda uma estrutura econômica e política que mantém esse lucro sob o controle de poucas pessoas, a exemplo de financistas, empreiteiros e investidores imobiliários.

O direito à cidade seria uma resposta, tanto no nível operacional como no político, a essa dinâmica excludente que confere a uma pequena elite política e econômica o planejamento das cidades em que vivemos. Portanto, Harvey (2014) busca convocar os cidadãos a refletir sobre qual o contexto urbano em que desejam viver, além de incitar a construção de um movimento global que fortaleça administrações mais democráticas. Para o autor, essa luta está distante de um direito individual de acesso aos recursos urbanos: ela está vinculada ao exercício de um poder que possa moldar os processos de urbanização de acordo com as necessidades coletivas, um direito ativo de refazer as cidades e de nos refazermos como seres humanos, buscando resgatar a potência do encontro e da vivência da diversidade que a cidade pode nos proporcionar (HARVEY, 2012, 2014).

A percepção da segregação e da fragmentação urbana não surgiu, para mim, após a entrada na universidade ou refletindo sobre os clássicos da literatura urbanista. Desde pequeno, boa parte dos meus fins de semana era destinada a visitar meus avós em um bairro periférico de Salvador. Na rua Major Pinheiro, o baba<sup>2</sup> era jogado em uma rua de terra batida: nossos pés chegavam ao fim da partida tão sujos quanto a bola, que passava diversas vezes pelo esgoto que corria margeando a calçada das casas. O quintal tinha uma vista para a sinuosa Ladeira do Cacau, mas, do lado de cá do morro, estávamos acima de um barranco que poderia deslizar a qualquer momento. Entretanto, as épocas de maiores tensões estavam destinadas aos períodos chuvosos, em que, rotineiramente, presenciávamos pela TV as patéticas entrevistas dos prefeitos, atribuindo às condições climáticas as causas das tragédias.

Minha família não precisou engordar os números estatísticos dos deslizamentos de terra, tão comuns na década de 90 do século passado, na capital baiana. Porém, estive submetida às dificuldades resultantes das precariedades dos moradores da cidade ilegal, buscando estratégias para a autoconstrução de moradia em locais de pouco interesse especulativo, expondo-se a reais perigos de morte, ao saneamento básico deficitário, ao acesso limitado aos transportes públicos e a todas as intempéries destinadas à população de baixa renda de uma grande capital (MARICATO, 2000).

Entretanto, a maior parte do meu cotidiano não era vivenciada nesse contexto. Minha infância transcorreu em condições de menor vulnerabilidade, dentro de um apartamento de três quartos, em um bairro tradicional da classe média soteropolitana, localizado no centro antigo de Salvador. O Barbalho, nessa época, preservava a arquitetura e os modos de vida de uma cidade antiga, mesclado com novidades da modernidade. O baba, dessa vez, era jogado

---

<sup>2</sup> Esse é o modo como, popularmente, os baianos referem-se aos jogos de futebol informais.

no fim de linha dos ônibus que se destinavam aos grandes centros urbanos da cidade, na rua asfaltada que dava acesso ao antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet-BA), atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), ou quando pulávamos o muro do quartel da Polícia Militar para brincar no campo de barro da corporação.

Essa realidade era contrastante com o que vivenciara na Capelinha do São Caetano, bairro dos meus avós. A infraestrutura urbana era completamente diferente: transporte público, segurança, escolas, tudo era acessível a dez minutos de caminhada pelo Barbalho. Havia um sentimento de que a “cidade” estava do nosso lado. Fazíamos parte dos espaços de visibilidade e de investimentos do poder público e privado. Essas disparidades sociais marcaram a minha infância, e as passagens recorrentes pelos muros (invisíveis ou geograficamente presentes) que separam as pessoas, dentro de uma mesma cidade, proporcionaram-me uma série de questionamentos que, à época, não tinha condições de responder. Para Andrea Scisleski e Simone Hüning:

Na organização urbana contemporânea isso constitui a delimitação de territórios de luz e sombra com fronteiras claramente demarcadas por muros, muitas vezes concretos, mas outras tantas invisíveis, muros simbólicos que separam zonas protegidas e iluminadas de zonas de insegurança e escuridão, e que deveriam por sua vez manter segregados “cidadãos de bem” e seres considerados marginais. Expressa-se aí a relação intrínseca entre a produção dos espaços e de subjetividades tributárias de diferentes direitos: aqueles que podem circular nas luzes e os que devem ficar restritos à escuridão, respeitando-se as fronteiras dos distintos universos. (SCISLESKI; HÜNING, 2016, p. 16).

Esse trânsito por territórios com diferentes condições socioeconômicas ajudou a constituir-me como pessoa. Essa atenção a dinâmicas urbanas foi acentuada com a inserção nos movimentos estudantis da Psicologia, mais especificamente, o Encontro Regional de Estudantes de Psicologia do Norte e Nordeste (EREP-N/NE). Pelas interlocuções criadas nesse período da formação profissional, pude conhecer inúmeras cidades da região Nordeste e perceber os distintos modos de ordenamentos urbanos. Apesar de suas especificidades, a tônica da exclusão territorial e suas consequências estavam presentes na maioria delas, sobretudo nas capitais.

Essa cisão no território das cidades não configura uma exceção, e sim uma regra. Maricato (2000) aponta que há duas propostas de “cidades” dentro de uma mesma cidade, produzidas por gestões urbanas que, efetivamente, contribuem para as desigualdades no tecido urbano. Para a autora, existe a cidade ilegal (ou real), uma vez que:

A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidades de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural. (MARICATO, 2003, p. 79).

Essa proposta de cidade coexiste em tensão com a cidade legal (ou formal), constituída por espaços urbanos mais estruturados e bem servidos de ações públicas e setores do capital privado. Nesses territórios, há um uso do solo urbano eficiente, os planos diretores são mais respeitados, seguindo as normas das legislações vigentes. Além disso, são áreas beneficiadas com aplicação de padrões e referências urbanísticas do primeiro mundo, representando verdadeiras ilhas modernas, e agora pós-modernas, cercadas pela cidade ilegal (MARICATO, 2003).

Os planos aprovados pelas câmaras municipais, de um modo geral, ideologicamente abarcam a universalidade do tecido urbano, apresentando um caráter responsivo às vulnerabilidades sociais, direcionamentos para um desenvolvimento urbano sustentável, entre outras propostas de viés inclusivo e democrático. Porém, a gestão urbana é capturada por grupos específicos, por interesses políticos de ocasião, investidores imobiliários, empreiteiros, dando alguns exemplos, que proporcionam uma seletividade dos territórios que serão privilegiados com os desdobramentos práticos desses dispositivos. Essa dinâmica subverte a lógica de que a cidadania é um direito, transformando-a em um privilégio a partir dos excludentes modos de administração dos territórios urbanos (MARICATO, 2000).

Nessas cidades retalhadas e fragmentadas, o discurso do progresso aparece, constantemente, como a justificativa para a implementação de novos mundos urbanos, novos territórios de exploração econômica. Desse modo, os gestores urbanos passam a operar a partir do conceito de cidade-mercadoria, compreendendo o espaço urbano como um produto a ser vendido dentro de um mercado altamente competitivo, em que outras cidades também apresentam seu *marketing* para atrair agentes econômicos. Portanto, esses espaços são vendidos pelo seu potencial de valorização, como produtos capazes de atrair investidores que desenham esses territórios de acordo com as possibilidades de lucratividade (VAINER, 2000).

Nessa lógica de mercantilização dos territórios urbanos, os centros históricos aparecem como uma possibilidade de geração de lucro através de projetos de revitalização urbana. Essa modalidade de intervenção urbana prevê a implementação de um planejamento

estratégico, de médio e longo prazo, focado na perspectiva de trazer novamente a “vida”, ou as dinâmicas perdidas, a uma região, desenvolvendo um caráter organicista e vitalista para os processos de urbanização. Os territórios denominados de “desvitalizados” são identificados por uma série de critérios que incluem o degradado estado físico das edificações, os índices de exclusão socioeconômica da população residente, assim como a decadência das atividades comerciais e de serviços, entre outros aspectos. Diante desse contexto, são formulados cenários de chegada, ou seja, projeções do que se pretende para o espaço em um período delimitado (MOURA *et al.*, 2006).

Os processos de revitalização urbana, em tese, são baseados em um conceito englobante, que pode integrar, no nível operacional, as metodologias e estratégias utilizadas em outras modalidades de intervenção no espaço urbano, a exemplo da renovação urbana, da reabilitação e da requalificação. Além disso, desenvolvem-se em uma perspectiva de sustentabilidade, focando na melhoria e na manutenção da qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconômicas e dos modos de vida, além de promover a valorização dos elementos de diferenciação, seja no aspecto cultural e dos usos dos costumes locais, seja no plano urbanístico arquitetônico (MOURA *et al.*, 2006; BOTELHO, 2005).

No Brasil, esses projetos de revitalização urbana são amplamente implementados em centros históricos, tecidos urbanos que possuíam a centralidade das suas respectivas cidades, presenciaram um apogeu econômico, em outras décadas, e assentavam uma classe social mais abastada. Entretanto, atualmente, apresentam uma condição física precária e são esvaziados ou ocupados por uma população de baixa renda que se estabeleceu no local após a desvalorização produzida pela lógica capitalista que abriu novos mundos urbanos, deslocando o contingente populacional com maior poder aquisitivo para outras regiões das urbes, inaugurando novas centralidades urbanas (BOTELHO, 2005; ROLNIK, 2006).

São territórios, portanto, que sofreram com a mudança das políticas urbanas e perderam o valor no mercado imobiliário, bem como foram alvos da sistemática ausência de estratégias de conservação do patrimônio histórico. Contudo, em um contexto altamente competitivo, em que as cidades-mercadorias são postas à venda, há uma busca incessante de conteúdos diferenciadores, que destaquem esse produto (a cidade) diante de uma conjuntura em que outros gestores buscam a captação de recursos através da mercantilização dos espaços urbanos. Nas últimas décadas, os aspectos culturais têm sido incorporados na formulação de projetos de revitalização, conferindo a determinados territórios um caráter singular e específico. Os centros tradicionais retornam ao foco das intervenções urbanísticas, que são

pautadas nos discursos de valorização das tradições locais e da preservação do patrimônio arquitetônico-cultural (ARANTES, 2000; BOTELHO, 2005).

Segundo Arantes (2000), o termo “revitalização urbana” pode ser apenas uma formulação dos urbanistas para escamotear o fenômeno da gentrificação, tornando mais palatável a invasão e a reconquista de uma região, encobrendo a estratégia de limpeza social. Nesses processos de urbanização, há uma reconfiguração da composição social dos residentes de um determinado bairro, um processo de mudança de paisagens urbanas, dos usos e dos modos de vida presentes em zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física e são ocupadas por uma população com menor poder aquisitivo. Gradativamente, uma classe média assalariada passa a ser cativada por algumas de suas características, a exemplo da arquitetura das construções, das ofertas de equipamentos culturais e históricos, da localização privilegiada, entre outros atrativos (ALCÂNTARA, 2018).

A simples chegada dessa camada populacional com maior poder aquisitivo não configura o processo de gentrificação e, sim, o conseqüente afluxo do capital nessas regiões. A concentração desses novos residentes provoca uma valorização econômica da região, alterando a disposição física, social e cultural, elevando o custo de vida do território. Há um aumento nos preços dos imóveis, os aluguéis são inflacionados, o comércio local torna-se mais oneroso e esse novo contexto socioeconômico torna inviável a permanência, na área, das populações mais pobres, que, paulatinamente, são forçadas a migrar para outras regiões marginalizadas da cidade (ALCÂNTARA, 2018; MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014).

Para que esse fenômeno seja possível, é necessário que o território-alvo de gentrificação tenha sofrido uma significativa depreciação dos imóveis e uma conseqüente desvalorização da região. Esse quadro socioeconômico estimula os empreendedores a investirem na compra das edificações a baixíssimo custo, reformando-as, reabilitando-as e, posteriormente, vendendo-as para um público com maior poder aquisitivo. No Brasil, esse processo geralmente tem o desenho de uma parceria público-privada, com o poder público entrando com um aporte financeiro nas intervenções, vide a revitalização urbana, assim como a promoção de flexibilização dos trâmites burocráticos, atraindo os investidores privados que compram imóveis em larga escala e passam a deter um amplo domínio sobre o planejamento daquele local (ALCÂNTARA, 2018; MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014).

Segundo essa perspectiva, o processo de gentrificação é um produto estrutural dos mercados fundiários e imobiliários, cujo interesse principal reside na extração do lucro desse

fenômeno. Configura mais uma das modalidades de utilização da habitação como uma mercadoria, um acesso à riqueza. O mercado financeiro subverte a lógica de moradia como um bem social, conferindo protagonismo ao seu valor como um produto. Essa dinâmica confronta as lutas pelo direito à moradia que são norteadas pela compreensão de que a garantia da residência está associada à dignidade humana (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014; BOULOS, 2012; ROLNIK, 2015).

A composição desses moldes de acesso à moradia, hegemonicamente ordenada pelo mercado financeiro, cria barreiras e restrições, selecionando, através do poder aquisitivo, quem poderá adquirir uma habitação. No Brasil, tradicionalmente, o mercado habitacional ficou limitado às elites e classes médias nos grandes centros urbanos, segmentos sociais que tinham a possibilidade de adquirir o imóvel à vista ou financiar, via crédito imobiliário, suas residências em parcelas compatíveis com as suas condições econômicas. Ao resto da população, que não tinha condições de arcar com essas despesas, restavam o aluguel, os loteamentos ilegais, as invasões em áreas de riscos ambientais, os imóveis ociosos, entre outras soluções que o desenvolvimento urbano brasileiro destinou para grande parte da população (MARICATO, 2000; BOULOS, 2012).

O direito à moradia está afirmado pela Constituição Federal de 1988, incluído no rol dos direitos sociais, definindo como uma obrigação do Estado brasileiro a promoção de construção de moradia, melhores condições habitacionais e saneamento básico. Os movimentos sociais que lutam por esse direito reivindicam, portanto, a consolidação das garantias constitucionais. Essas pautas referentes à habitação estão inseridas como uma das diversas facetas das lutas pelo direito à cidade, pois o acesso à moradia traduz uma das modalidades de legítimo pertencimento à cidade. Apesar de não poderem ser confundidos, esses dois direitos não podem ser dissociados (REIS, 2017).

No ano de 2001, os movimentos sociais conseguiram uma significativa vitória ao incluir, na legislação nacional, o Estatuto das Cidades. Esse foi um importante marco nas políticas públicas urbanas do país, pois garantiu as diretrizes para administrações mais democráticas das nossas cidades, a institucionalização de instrumentos e mecanismos de participação popular, com a criação de conselhos e conferências na gestão urbana, bem como a descentralização da administração da União, aumentando o poder dos estados e municípios. Um dos desdobramentos desse dispositivo, e talvez o de maior repercussão nos centros urbanos, foi a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com a promessa de efetivação do direito à moradia previsto na Constituição Federal (HARVEY, 2012; BRASIL, 2001; BOULOS, 2012).

O PMCMV foi uma saída estratégica do Governo Federal para responder à recessão que acometeu a economia mundial em 2008. Pautada na perspectiva de diminuir o déficit habitacional e fortalecer um mercado habitacional em crise, o PMCMV teve um grande aporte de recursos da União, em parceria com o setor imobiliário, feito mediante o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Embora seja um fenômeno inédito na história das políticas habitacionais no país, proporcionando a famílias com rendas menores a três salários mínimos o direito à casa própria, ainda manteve alguns problemas presentes na segregação socioespacial. Na composição dessa parceria entre o público e o privado, as grandes construtoras adquiriram terrenos vazios nas principais capitais do país, podendo definir o desenho urbano, transformando determinadas regiões como territórios destinados a bairros de luxo, enquanto em outras, mais afastadas do centro, são construídos conjuntos voltados para essa camada populacional de baixa renda, sem infraestrutura adequada e com uma área construída muito pequena (BOULOS, 2012).

Apesar da abertura do mercado habitacional para as classes menos favorecidas, através dos subsídios e das parcerias com as grandes construtoras, o PMCMV não conseguiu solucionar o problema do déficit habitacional no país. O número de casas necessárias para atender a todas as famílias que precisam continuou com os índices elevados. O último levantamento realizado pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que o déficit habitacional, no país, alcançou índices recordes, chegando a 7,78 milhões de famílias sem moradia ou habitação digna (GAVRAS, 2019). As razões para esse cenário são as mais variadas, incluindo a redução do crédito imobiliário para financiamento de imóveis, as altas taxas de desemprego e a queda da renda do brasileiro nos últimos anos (BOULOS, 2012).

Neste trabalho, vamos analisar um projeto de revitalização urbana que está em andamento no Centro Histórico de Salvador, mais precisamente nos Arcos da Montanha ou Arcos da Ladeira da Conceição da Praia. Essa comunidade é composta por artífices que ocupam a Ladeira da Conceição desde o fim do século XIX e utilizam os arcos como oficinas e, em alguns casos, também como residência. O estado de degradação física do território configurou a principal justificativa do poder público para iniciar uma investida, objetivando a expulsão desses moradores.

No decorrer da nossa pesquisa, iremos articular como as questões da mercantilização dos territórios e a produção de uma seletividade acerca de quem pode ou não ocupar esse local podem configurar estratégias de gentrificação urbana. Também pretendemos trazer o debate para os modos como são administradas as vidas cidadinas, os discursos que são



produzidos, a história que queremos contar sobre determinadas zonas e seus moradores. Esses enunciados, ao conferirem legitimidade e segurança para uns, ao mesmo tempo contribuem para as políticas de esquecimento e de apagamento de outros (FOUCAULT, 2010; SILVA, 2018).

#### **2.4 Percurso metodológico**

Nosso território de análise está localizado na Ladeira da Conceição da Praia, mais precisamente nos arcos que dão sustentação à Ladeira da Montanha, Centro Histórico de Salvador (CHS). Esse local é ocupado, desde o fim do século XIX, por uma comunidade de trabalhadores artesanais que reinventaram o uso dessa infraestrutura para construir suas oficinas e/ou residências. Entretanto, desde 2014, ela é alvo de políticas de revitalização urbana capitaneadas pelo poder público e por seus parceiros associados, com o objetivo de trazer uma nova vitalidade ao local (“VÁRIAS...”, 2015; MENDONÇA, 2015; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017).

A Ladeira da Conceição da Praia sofreu, assim como todo o CHS, com as políticas de expansão urbana em Salvador, ocorridas mais marcadamente no século XX, que produziram novos mundos urbanos e novas centralidades nessa metrópole. Erguido no apogeu do período colonial, o antigo centro perdeu sua funcionalidade e importância para a capital baiana, desencadeando um cenário de esquecimento e abandono. Inicialmente esvaziado, após a migração da elite para outras áreas da cidade, foi, gradativamente, reocupado por uma população com um poder aquisitivo mais baixo, majoritariamente negra (ZANIRATO, 2007; SILVA, R. H. A., 2016; BRITTO; MELLO; MATTA, 2017).

Apesar de ter sido implementado o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, com início na década de 1990, que reconfigurou a região do Pelourinho, enquadrando-a nos moldes de uma política de consumo para a indústria do turismo, outras regiões do CHS permaneceram invisíveis, como é o caso da Ladeira da Conceição da Praia. Porém, aparentemente, essa lógica de apagamento das subjetividades e modos de existência presentes nos arcos foi o que permitiu que os artífices pudessem consolidar uma dinâmica singular no território, mesmo que a gradativa deterioração da infraestrutura dos arcos e, conseqüentemente, das residências e/ou oficinas fosse dando contornos ao local (SANT'ANNA, 2003; ZANIRATO, 2007; MOURAD, 2011; BARRETO, 2016).

O encontro com esse local de pesquisa ocorreu durante a elaboração do meu projeto de qualificação para a dissertação, através de interlocuções com colegas de diferentes disciplinas que residem em Salvador. Os debates foram realizados, predominantemente, por *e-mails* e

vídeoconferências via Skype. Vale destacar que essa estratégia foi estruturada porque não moro mais na capital baiana. Há seis anos, resido em Maceió, estado de Alagoas. Contudo, dessas trocas surgiu a indicação de debruçar-me sobre o conflito entre o poder público e os artífices pelo uso dos Arcos da Ladeira da Montanha.

Inicialmente, fiquei desorientado com a descoberta desse território. Julgava conhecer satisfatoriamente a região, pois já residi em diferentes bairros que estão situados no CHS ou nas suas adjacências. Minha perspectiva socioespacial da área estava cristalizada: acreditava que não havia buracos no mapa afetivo que havia elaborado para o centro da cidade. Porém, durante as interlocuções mencionadas, fui surpreendido pela constatação de que não tinha conhecimento da existência dessa comunidade, e os arcos representavam, no máximo, uma imagem de cartão-postal. A Ladeira da Conceição da Praia configurou-se, para mim, como um território de sombra, de invisibilidade, apesar de circular, cotidianamente, pelas suas proximidades.

Passado o desconforto inicial, comecei a refletir sobre as condições que produziram minha seletividade acerca dos espaços que poderiam ser circulados no centro histórico soteropolitano, bem como daqueles locais proibidos. Certamente, essas escolhas não são constituídas, apenas, pela experiência individual. O ordenamento dos nossos territórios urbanos é pautado por uma seletividade de quais espaços podem/devem ser visibilizados e de quais podem/devem ser invisibilizados. Nesse jogo de luz e sombra, há produção de realidades e discursos que promovem segregações; de um lado, há zonas que recebem os investimentos públicos e privados e devem ser protegidas; de outro, há espaços que são abandonados e estigmatizados como áreas de perigos e de decadência social. Essas comunidades invisibilizadas são segregadas do tecido urbano, simbolicamente e/ou geograficamente, gerando um obscurecimento das formas de vida que nelas residem (SCISLESKI; HÜNING, 2016).

Os Arcos da Ladeira da Montanha configuram-se, na minha percepção de centro histórico, como um desses locais de invisibilidade. Apesar de a revitalização do Pelourinho ter derrubado barreiras simbólicas dentro do CHS, jogando luminosidade em locais antes esquecidos, outras localidades permaneceram abandonadas pelo poder público e pelos investimentos privados. Neste trabalho, focaremos no período em que os Arcos da Montanha voltam a ser lembrados pela cidade, passando a estar na mira de políticas de revitalização urbana. Esse retorno à pauta dos investimentos do poder público é viabilizado através do uso desses instrumentos urbanísticos que pretendem resgatar a vitalidade do território, ao mesmo tempo em que fazem uma limpeza social da região (SCISLESKI; HÜNING, 2016).

Desse modo, nossas questões norteadoras são: O que significa essa revitalização? O que se faz em nome dessa revitalização? O que desvitaliza essa área? Como essa comunidade é descrita pelos documentos? Como e quais discursos aparecem justificando essas intervenções? E a quais práticas tais discursos são associados? Que vidas são produzidas e que vidas são descartadas nesses projetos? Que vidas são essas que são incompatíveis com a plenitude do conceito de vida? Que cidade é construída por esses discursos e práticas? E, por fim, quais os modos de objetivação, subjetivação e governo presentes nessas práticas de revitalizações urbanas?

Para responder a essas perguntas, utilizamos uma metodologia inspirada nas contribuições teórico-metodológicas de Michel Foucault. Para o autor, o método não é um *a priori* da pesquisa: ele é fabricado a partir da construção do objeto ou do problema a ser pesquisado. Deve ser corrigido, revisto ou alterado, dependendo das necessidades que são impostas pelo percurso analítico. Nesta dissertação, optamos por trabalhar com um território residindo em outra cidade, e, por essa razão, o uso de algumas estratégias foi necessário para a composição dos nossos materiais de análise (FERREIRA NETO, 2015).

A busca documental foi estruturada como o nosso principal alicerce na seleção dos materiais desta pesquisa. Para nossa proposta de utilização dessa ferramenta, um documento não é transparente, nem imparcial. A sua montagem é o resultado de várias forças entrecruzadas, marcadas por tensões, disputas e alianças que ocorrem em determinadas circunstâncias sociais, políticas e históricas. Esses materiais são efeitos de práticas concretas, são associados a poderes que os autorizam ou não, que os validam em certos espaços, enquanto os omitem em outros. Portanto, eles orientam modos de viver, sentir e pensar, sendo instrumentos poderosos na circulação de normas sociais (LEMOS *et al.*, 2015).

Os documentos não são provas de verdade, nem são neutros. São pistas, rastros do passado e devem ser analisados mediante as circunstâncias pelas quais foram fabricados: as regras de produção implicadas, os meios de circulação e recepção em uma determinada sociedade (LEMOS *et al.*, 2015).

Na nossa busca, acessamos documentos disponíveis na internet, através dos portais de busca Google e Yahoo. Utilizamos as seguintes palavras-chave: “Arcos da Ladeira da Conceição da Praia”, “Arcos da Montanha”, “Artífices da Ladeira da Conceição da Praia”, “Revitalização dos Arcos da Montanha”, “Projeto Iphan Bahia e os Arcos da Montanha”, “Prefeitura Municipal de Salvador e o Projeto de Revitalização dos Arcos da Montanha”, “Os impactos das chuvas no centro histórico de Salvador”, “Mortes no Centro Histórico de Salvador devido às chuvas de 2015”, “Demolições de casas no centro histórico de Salvador

após as chuvas de abril e maio em 2015”, “Projeto Revitalizar Salvador”, “Projeto 360 Salvador”.

Os documentos foram selecionados sob os seguintes aspectos: a) documentos produzidos pelo poder público que estejam relacionados aos projetos de revitalização nos Arcos da Montanha; b) pronunciamentos dos gestores públicos que justifiquem esses processos de revitalizações urbanas; c) discursos e práticas investidos na produção de mecanismos de exclusão urbana sofridos pelos artífices; d) projetos urbanísticos anunciados para depois das eventuais remoções; e) publicações nas redes sociais que apresentem as estratégias de resistência dessas comunidades diante desses processos de exclusão socioespacial.

Para organizar os documentos, de modo a facilitar as nossas análises, elaboramos três eixos: 1) Projeto de revitalização urbana – Iphan Bahia; 2) Chuvas no Centro Histórico de Salvador, no ano de 2015; 3) Projeto Revitalizar. Dispomos de um quadro, como apêndice desta dissertação, com os documentos devidamente inseridos em cada um dos eixos. Nem todos os materiais identificados foram introduzidos na nossa pesquisa, e destacamos os documentos incorporados ao estudo. Esse enquadramento foi composto tendo em conta a dinâmica do conflito e os períodos de maior intervenção do poder público, através de discursos e práticas, e a organização das táticas de resistência concebidas pelos artífices e pelos outros movimentos sociais parceiros.

No primeiro eixo, elegemos, como marco inicial, a notificação de despejo que a comunidade recebeu, em 2014, dando um prazo de 72 horas para que desocupasse as oficinas e/ou residências, sem que tivesse havido um acordo, nem planejamento prévio de realocação dos trabalhadores. Essa medida estava vinculada às ações do projeto de revitalização urbana proposto pelo Iphan Bahia, com recursos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades históricas. Pretendiam-se realizar reformas e restauros nas edificações e, posteriormente, construir residências artísticas nos Arcos da Montanha (MENDONÇA, 2015).

Desse ponto de partida, seguimos os rastros que os materiais de análise nos indicavam, problematizando os discursos e práticas sustentados pelo Iphan Bahia e pela Prefeitura Municipal de Salvador que justificam a emergência da revitalização urbana. Interrogamos os documentos com as seguintes questões norteadoras: Quais os critérios de escolha desse território para essas políticas de urbanização? Como a comunidade aparecia nesses documentos? Como foi fabricada a necessidade de remoção da comunidade (temporária ou

definitiva)? Quais os moldes dessa intervenção? E quais as táticas de resistência da comunidade?

No segundo eixo, tomamos como objeto de análise uma sequência de intervenções do poder público no período de chuvas, em 2015, mais especificamente nos meses de abril e maio, no CHS. Naquela época, ocorreram desabamentos de casarões e sobrados em diferentes áreas do polígono do sítio histórico, ocasionando o óbito de alguns residentes. Esse cenário desencadeou uma série de discursos e práticas que apontavam a necessidade de proteção da população e da emergência de ações paliativas por parte da prefeitura no território, justificando, inclusive, eventuais remoções de moradores (SALVADOR, 2015; ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, 2015a). Analisamos os documentos pesquisados com as seguintes questões: Como eram fabricados esses enunciados? Quais as estratégias do poder público formuladas em nome da defesa da vida dessa população? Como esses discursos de proteção à vida poderiam ser vinculados a táticas de limpeza étnico-social dos Arcos da Montanha?

No terceiro eixo, analisamos os discursos sustentados pelo poder público para sustentar a necessidade de implementação do Programa Revitalizar. Essa proposta de intervenção urbana é o quarto de oito eixos de uma ação global da administração municipal, intitulada Salvador 360, com o intuito de acelerar o crescimento econômico e social da capital baiana. O Revitalizar está focado nos onze bairros que estão inseridos no Centro Antigo de Salvador, incluindo o CHS, e tem por finalidade dar uma nova vida a essa região (JAIMES, 2017; SALVADOR, 2017).

Durante o processo de apresentação do projeto e aprovação do Programa Revitalizar, na Câmara Municipal de Salvador, foram sustentados discursos que apontavam a necessidade de resgatar a vitalidade no coração da primeira capital do Brasil. A dinâmica social presente era apontada como incapaz de sustentar o pleno vigor do território, necessitando de uma intervenção do poder público. Em posse dos materiais catalogados, foram feitas as seguintes questões: Qual conceito de vida era sustentado pela prefeitura? Como apareciam, nos documentos, os discursos de desvitalização? Como as comunidades ocupantes do CHS eram apresentadas por esses enunciados? Quais eram as táticas de resistência dessas comunidades? Quais as repercussões do Programa Revitalizar para os artífices da Ladeira da Conceição da Praia?

Apesar desse enquadramento proposto e da formulação dos três eixos, não fizemos um recorte temporal. Acreditamos que o processo de revitalização dos Arcos da Montanha não constitui um fenômeno isolado e faz parte de toda uma lógica de organização e/ou

reorganização socioespacial da área central de Salvador. Por essa razão, também analisamos os moldes do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado na década de 1990. Essa intervenção urbana teve um impacto significativo na dinâmica socioespacial do CHS, constituindo a invenção de um novo uso do território pela capital baiana e pelos turistas (SILVA, R. H. A., 2016).

Para selecionar os materiais referentes a esse tema, optamos por trabalhar com fontes secundárias, pesquisas que já foram publicadas por outros acadêmicos sobre o citado projeto de revitalização do CHS. Por isso, empregamos, exclusivamente, o recurso da revisão bibliográfica para analisar esse episódio. Essa intervenção urbanística tem sido estudada por uma série de autores de diferentes disciplinas, ao longo das quase três décadas em que o programa está em andamento. Por essa razão, há um número significativo de materiais disponíveis que nos auxiliaram nas nossas problematizações (LEMOS *et al.*, 2015).

Para acessar esses materiais, também foram utilizados os portais de busca Google e Yahoo. Na nossa busca, foram empregados os seguintes descritores: “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador”, “Negritude e o Pelourinho”, “Baianidade autêntica e o Pelourinho”, “Turismo e o Pelourinho”. A seleção ocorreu sob os seguintes critérios: a) materiais relacionados ao Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador; b) documentos que apontassem os moldes dessa intervenção urbanística; c) pesquisas que abordassem qual noção de “ser baiano” foi associada a essa revitalização; d) publicações que apontassem quais vidas foram descartadas do CHS e quais modos de ser foram incluídos após essa intervenção; e) produções acadêmicas que analisassem como a indústria do turismo inventou um novo uso para o CHS e quais discursos foram associados a essa proposta.

Apesar de a nossa pesquisa ter sido estruturada para utilizar apenas a busca documental, durante o processo, outras necessidades foram se impondo. Por isso, empregamos o recurso da memória do pesquisador acerca da sua vivência na cidade do Salvador, sobretudo das experiências enquanto residente dos bairros situados no Centro Antigo de Salvador.

Nesta pesquisa, tomamos a memória como uma estratégia de poder, uma dimensão política que produz modos de subjetivação/objetivação atrelados às nossas práticas urbanas. A organização das nossas cidades, também, está alicerçada na fabricação de lembranças e esquecimentos, nos tipos de história que queremos contar sobre determinados territórios, fazendo circular discursos específicos de sucesso e de fracasso dos modos de ser, bem como sustentar diferentes táticas de governo das vidas cidadinas (SILVA, 2018).

Nesse sentido, a rememoração tem como objetivo a produção de um olhar menos naturalizado sobre nossas cidades, proporcionando uma vivência aberta ao inusitado e, conseqüentemente, ao estranhamento de nós mesmos na construção do nosso cotidiano. Problematizar os processos de urbanização e as relações de poder atravessadas pela memória é investir na fabricação de uma vida cidadina com mais possibilidades de encontro com as nossas urbes (SILVA, 2018).

Para análise dos materiais colhidos, utilizaremos uma proposta inspirada na arqueogenealogia, que tem como ferramenta de pesquisa a busca das discontinuidades discursivas nas práticas e relações de poder. É uma proposta de investigação que não se propõe a generalizações totalizadoras, pois visa a problematizar as práticas sociais, desnaturalizando verdades, objetos, práticas de objetivação e de subjetivação dos modos de ser e de estar no mundo (LEMOS *et al.*, 2015; PRADO FILHO; LOBO; LEMOS, 2014).

Uma análise arqueogenealógica volta-se para as condições e possibilidades que estão presentes na formação de um campo de saber. Ela dá um tratamento histórico-político aos discursos, tomando-os como elementos do poder. A análise externa dos discursos permite investigar as regras discursivas e os modos como ocorreu a disciplinarização de determinados saberes e práticas (PRADO FILHO, 2009).

A proposta genealógica trava o combate contra as práticas de desqualificação e de sujeição de saberes que, ao longo da história, foram silenciados e/ou sepultados em nome de um saber científico, universal e verdadeiro. Portanto, trata-se de uma insurreição de saberes locais, uma anticiência, que não pretende criar grandes narrativas, nem produzir uma história linear. Pelo contrário, a discontinuidade e o rompimento com recortes históricos consagrados constituem-se ferramentas genealógicas que permitem a problematização dos discursos e práticas que ganham efeitos de verdade no nosso cotidiano (FOUCAULT, 2010; PRADO FILHO; LOBO; LEMOS, 2014).

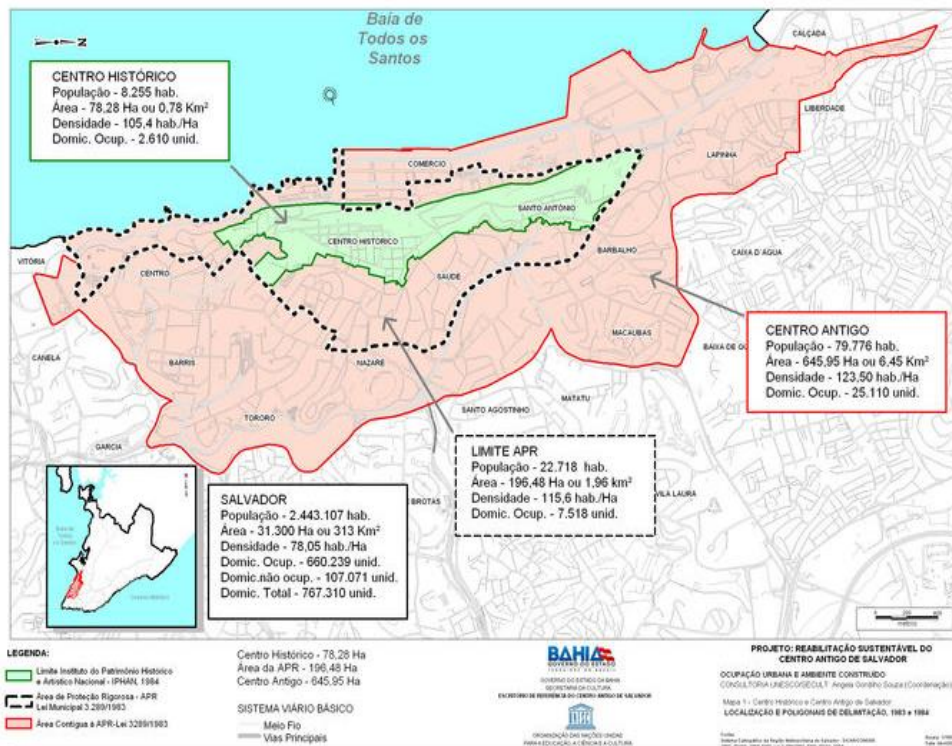
Por fim, Michel Foucault também aponta para uma atitude crítica no ato de pesquisar, possibilitando o questionamento das formas de governo das vidas e as estratégias de assujeitamento no jogo político da verdade. Ao problematizar as práticas sociais que fabricam os sujeitos de conhecimentos e objetos, analisando os dispositivos de saber-poder, assumimos uma postura bélica e combativa que contribui para modos de subjetivação e para a criação de novas possibilidades de vivência nas cidades (PRADO FILHO; LOBO; LEMOS, 2014).

### 3 REVITALIZAÇÕES URBANAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

#### 3.1 Revitalização urbana do Pelourinho e a fabricação de uma afro-baianidade autêntica

O Barbalho faz parte do centro antigo da primeira capital do país. Faz limite com o CHS, que, desde 1985, é considerado Patrimônio Histórico pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). No início da década de 1990, era comum que crianças com seus respectivos responsáveis se reunissem, nos fins de tarde, para brincar no Largo do Santo Antônio Além do Carmo. O belíssimo pôr do sol, com vista privilegiada para a Baía de Todos os Santos, era seguido pelas badaladas dos sinos da igreja que batizou o bairro, encerrando as atividades vespertinas. Nessa época, ir além do limite desse largo, em direção ao Pelourinho, não era recomendado, pois era um lugar de perigo e depravação humana, diziam os boatos (BAHIA, 2010).

**Figura 2 – Limites do Centro Antigo e Centro Histórico de Salvador**



Seguros, do lado de cá das fronteiras simbolicamente erguidas, nós, os cidadãos “legítimos” do centro antigo, não queríamos contatos, nem associações com a população pobre e miserável que ocupava os degradados casarões e sobrados do Pelourinho e das adjacências. Havia uma segregação espacial naquele território, sustentada por uma série de



regras de exclusão e evitação, restringindo movimentos e circulação pelas ruas do centro tradicional de Salvador.

Para consolidar nossos desejos de distância daquelas pessoas, fazíamos circular discursos desqualificadores e de medo, ou, simplesmente, ignorávamos os modos de vida presentes naqueles territórios. Caldeira (2000), ao analisar o contexto paulistano da década de 1990, aponta que os processos que fomentavam as discriminações sociais, nessa metrópole, eram alicerçados por uma série de enunciados que marginalizavam determinados grupos e constituíam a segregação socioespacial como um valor. Eram estratégias de poder que, através da afirmação da diferenciação, consolidavam muros simbólicos, ou nem tanto. Na zona central de Salvador, esse contexto era reproduzido com a invenção de narrativas que impossibilitavam a circulação por aquele território estigmatizado e o encontro com uma população enquadrada nos estereótipos da pobreza.

Entretanto, nem sempre essa população foi a “cara” do CHS. A ocupação do território por essas famílias de baixa renda está ligada ao processo de esvaziamento econômico do local e ao surgimento de novos centros urbanos em Salvador. Originalmente, assentava a elite colonialista e os órgãos de administração da província, e foi estruturado como um nó de articulação das principais vias da primeira capital do país, por ser dotado de uma topografia privilegiada (ZANIRATO, 2007; SILVA, R. H. A., 2016).

Os casarões e sobrados simbolizavam a imponência do poder colonial português e, em larga medida, foram erguidos no apogeu do sistema escravagista brasileiro. Na época das suas construções, não havia sistemas de saneamento básico, de abastecimento de água e de energia elétrica. Os escravos e escravas carregavam, pelas ladeiras íngremes, os dejetos humanos, água e todas as mordomias para seus senhores (ZANIRATO, 2007; SILVA, R. H. A., 2016).

A abolição da escravatura, no fim do século XIX, e as reformas proporcionadas pelo governador J. J. Seabra, no início do século XX, iniciaram a ruptura com a dinâmica colonial e a introdução da lógica modernista, com a implantação da ideologia higienista e a ordenação dos espaços urbanos pela ciência positivista. Antigos sobrados, ruas estreitas, casas pouco ventiladas, parte significativa dessa cidade antiga veio abaixo com a reforma urbana iniciada em 1912: Salvador encontrava o futuro (ZANIRATO, 2007; BRITTO; MELLO; MATTA, 2017).

Esses progressos urbanos nem sempre foram constantes, porém, marcaram a expansão urbana da capital baiana durante todo o século XX. Esse período foi decisivo para a gradativa perda de importância da tradicional região central soteropolitana. Sobretudo a partir da década de 1960, Salvador e região metropolitana presenciaram a criação do Polo Petroquímico de

Camaçari (Copec) e do Complexo Industrial de Aratu (CIA), atraindo um grande contingente populacional para o entorno dessas áreas industriais. Além disso, a abertura de um novo centro financeiro e comercial na região do Iguatemi, impulsionado pela inauguração do Shopping Iguatemi, deslocou a população de maior poder aquisitivo para suas proximidades. Por outro lado, os órgãos administrativos saem do CHS e se destinam ao recém-criado Centro Administrativo da Bahia (CAB), na Avenida Paralela (BRITTO; MELLO; MATTA, 2017).

Esses foram alguns dos processos urbanos que, aos poucos, contribuíram para que Salvador fosse projetada no cenário nacional como uma metrópole regional, ao mesmo tempo em que o CHS sofria com o seu abandono e degradação. A perda do interesse do capital especulativo por essa região, a ausência de investimento do poder público e a consequente desvalorização dos imóveis proporcionaram a chegada de uma população negra e pobre que adotava estratégias de subdivisão e/ou sublocação dos cômodos dos imóveis, para tornar financeiramente viável sua estadia. Porém, as condições de moradia eram insalubres (ZANIRATO, 2007).

Quando os sobrados começaram a ser sublocados, passaram a abrigar um número crescente de habitantes por metro quadrado, acentuando-se a precariedade de renovação do ar, mormente se levarmos em conta que havia cômodos sem janelas ou respiradouros de qualquer espécie. Isto obrigava os moradores ao emprego de iluminação artificial a qualquer hora do dia pela falta de luz natural. (SANTOS, 1990, p. 27).

As anacrônicas condições de moradia, a superlotação, as privações de acesso à água e à higiene básica, além das dificuldades orçamentárias das famílias, impossibilitavam uma habitação de qualidade no território. Diante dessa realidade, o poder público, a partir da década de 1960, implementou programas de intervenção urbana, buscando aliar o turismo, o desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio histórico. Entretanto, esses projetos não conseguiram o impacto esperado, pois suas ações eram pontuais, sem ter uma ampla repercussão na região. Porém, com a retomada do poder do Estado pelo grupo político conservador liderado por Antônio Carlos Magalhães, em 1991, a revitalização do CHS passou a ser o carro-chefe da gestão, alicerçada na perspectiva de valorização da identidade cultural e de preservação das tradições da Bahia (ZANIRATO, 2007; SANTOS, 1990; SANT'ANNA, 2003).

No ano de 1992, começou uma série de intervenções do governo do estado no CHS, com o intuito de revitalizar a área através da instalação de estabelecimentos de comércio e serviços. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador foi elaborado para

ocorrer em sete etapas e, atualmente, está na sua fase final. Ao longo desse período (1992 - atualmente), o Pelourinho e as adjacências foram ordenados para serem objetos de consumo na política do turismo e da indústria cultural do estado. Consolidaram-se diversas atividades voltadas para esse uso do espaço urbano, como lojas de artesanatos, *souvenirs*, restaurantes, bares de alto padrão, entre outros serviços (MOURAD, 2011).

Essa foi a primeira intervenção urbanística ocorrida no Brasil capitaneada pela Secretaria de Cultura de um governo estadual, evidenciando a proposta de priorizar a gestão simbólica do lugar. O Pelourinho, anteriormente, representava o símbolo da autoridade da coroa portuguesa no período colonial, bem como o ícone da dominação dos escravos na primeira capital do país. Após essa revitalização, foi associado à política de valorização das tradições baianas, alicerçada nas heranças culturais do continente africano em Salvador (SILVA, R. H. A., 2016).

As seis primeiras etapas do projeto foram organizadas para transformar o Pelourinho em um *shopping center* a céu aberto, intervindo nos aspectos estruturais e estéticos do território, tal como a constituição de uma política de reafirmação do sentido de “ser baiano”, resgatando as raízes culturais e projetando Salvador, em nível nacional e internacional, como o local de excelência da valorização do negro na constituição da identidade brasileira. A imagem de uma Bahia tradicional foi constituída através de autênticos cenários/espetáculos construídos para ofertar ao visitante uma experiência singular e genuína nas ruas e ladeiras do sítio histórico (MOURAD, 2011; SILVA, R. H. A., 2016).

O CHS passou a ser apresentado como o templo da baianidade, o lugar ideal para apreciar os modos de vida de um povo culturalmente incomum: místico, eternamente feliz e hospitaleiro. Território em que as três matrizes étnicas da nação (branca, negra e indígena) convivem em harmonia, sob as diretrizes da democracia racial. Vale destacar que há várias representações e/ou perspectivas de baianidade, mas estamos apontando para a imagem que foi estruturada como produto a ser comercializado pela indústria do turismo (GUERREIRO, 2005; BATISTTA, 2014). Para a antropóloga Goli Guerreiro:

Não se pode (...) reduzir a “baianidade” a uma única representação ou perspectiva. Talvez seja mais rico falar em “baianidades”. Há uma baianidade que é a experiência concreta das pessoas que interagem em Salvador e seu Recôncavo, ou seja, o ser e estar do baiano em sua vida cotidiana (assim como há mineirismo, gauchismo, carioquismo). Há ainda a construção política de uma diferença regional e local. Há a baianidade que se delinea no mundo das artes, na literatura, música, dança, artes plásticas, expressões culturais que estão ancoradas nesta mesma vida cotidiana. E há a imagem turística que se apóia na interface dessas várias perspectivas. (GUERREIRO, 2005, p. 15).

Um jeito de ser baiano foi destacado no processo de diferenciação da cidade do Salvador na indústria do turismo, realçando sua herança multicultural, com forte predominância das influências afrodescendentes. A baianidade em questão traz as marcas de uma ideia de africanismo na vida cotidiana da metrópole, uma referência estereotipada e simplificada da África que, por vezes, nega a complexidade geopolítica e a diversidade cultural desse continente que, geralmente, é imaginado como sendo um país (BATISTTA, 2014).

As indústrias da cultura e do turismo utilizaram uma parcela da dinâmica social do povo negro soteropolitano, inventando uma ideia de baianidade autêntica e de afrodescendência legítima, limitando e apagando outros modos de vida para os afro-baianos. Valores e práticas culturais antes depreciados foram transformados em elementos fundamentais de representação da negritude pura e da Bahia tradicional, a exemplo da capoeira, do candomblé e do acarajé, para citar alguns. Os discursos hegemônicos colonizaram o senso comum, criando uma imagem de Salvador repleta de estigmas, e padronizaram as formas de expressão dos baianos, sobretudo dos negros (BATISTTA, 2014).

Desse modo, cores vivas embelezavam os casarões e sobrados, pessoas brancas de sotaques e idiomas diferentes subiam e desciam as ladeiras do Pelô, atendidos por negros que expressavam uma alegria “genuína” e vendiam as mais variadas mercadorias, fazendo o capital circular, novamente, sob a presença das pedras portuguesas trazidas pelos navios coloniais. As fronteiras que segregavam o CHS foram derrubadas e, agora, era possível vivenciar o encontro tolerante das raças, dançar ao som dos batuques ancestrais africanos, contemplar os saltos ornamentais dos capoeiristas e saborear uma culinária apimentada e regada a azeite de dendê. O visitante estava imerso em um fragmento da África, com a paisagem da arquitetura colonial portuguesa, em pleno nordeste brasileiro (SANT'ANNA, 2003; SILVA, R. H. A., 2016).

O Olodum, tradicional grupo cultural afro-baiano, talvez, seja um dos melhores símbolos da revitalização do CHS vinculada à fabricação, ao enaltecimento e à divulgação de uma baianidade afrocentrada. Foi fundado no ano de 1979, no Maciel/Pelourinho, quando o bairro ainda era um cenário de guerra, um grande amontoado de ruínas e mofos, ao mesmo tempo em que era um ponto de encontro e de resistência do movimento negro soteropolitano. O samba-reggae, ritmo criado em Salvador e característico do bloco, era acompanhado de letras que faziam/fazem referência à luta antirracista, ao mesmo tempo em que retornavam/retornam a uma África mítica e ancestral como fonte essencial de uma identidade afro-baiana autêntica (FISCHER *et al.*, 1993; PITOMBO, 2019).

A instituição tornou-se, ao longo de 40 anos de existência, uma das principais marcas que o Brasil construiu internacionalmente, estabelecendo-se como uma das mais prestigiadas entidades do movimento negro no mundo. A imagem construída pelo grupo cultural está intimamente ligada ao carnaval de Salvador e, sobretudo, ao CHS. Desde a sua criação, o Olodum apresenta-se como uma espécie de porta-voz do território, inserindo nas suas letras aspectos do cotidiano do bairro (FISCHER *et al.*, 1993; PITOMBO, 2019). Em 1994, inebriados com os ventos das mudanças ocorridos no Pelourinho, gravaram a música “Cartão Postal”, que traduz todas essas novidades: “Olha a cara dele, Pelourinho não é mais aquele (...) Você não fica à toa, tem muita gente boa (...) Aqui tudo mudou (...) Pelourinho primeiro mundo, cartão postal de Salvador” (CARTÃO..., 1994). Mas o que mudou? Que pessoas boas são essas que agora ocupam o Pelourinho? Que nova cara é essa do centro histórico?

Não eram, obviamente, os antigos moradores do território que estavam compondo o cenário de cartão-postal vendido pela indústria do turismo do governo do estado. Essas famílias foram dispersadas na fase inicial do projeto, já que eram incompatíveis com a imagem do negro festivo a ser consumida pelos turistas. A estratégia do poder público consistiu em oferecer um valor indenizatório para que essa população deixasse o centro histórico. Caso houvesse resistência, ela seria despejada. A alegação dos técnicos, à época, foi que, após estudos criteriosos, evidenciou-se que essas pessoas não tinham condições econômico-culturais para conservar as moradias, nem estavam aptas a serem inseridas no novo uso do bairro (ZANIRATO, 2007; SANT'ANNA, 2003).

Portanto, esse projeto teve a proposta de, inicialmente, livrar-se da “chaga” que persistia no centro histórico, ou seja, a população indesejada que lá residia, bem como a aposta na abertura de um *shopping center* a céu aberto, projetando uma afro-baianidade autêntica e uma Bahia tradicional como atrações turísticas. Entretanto, essa lua de mel durou pouco, menos do que se previa. Após estudos encomendados para contornar os aspectos da crise que se instalava, ficou constatado que a reforma não atraía, de modo satisfatório, seu principal público-alvo: os turistas (SANT'ANNA, 2003; SILVA, R. H. A., 2016).

Sem atender às expectativas da indústria do turismo, foram criadas estratégias para aproximar o público de alta renda da cidade. Essa política também fracassou, já que esses consumidores preferiam circular por centros de cultura e lazer próximos às suas residências, a exemplo dos bairros Rio Vermelho, Barra e Iguatemi. Na prática, quem mantém a vitalidade do Pelourinho são os moradores das regiões centrais, compostas por uma classe média baixa, que consome pouco os produtos ofertados nas lojas voltadas para os visitantes (SANT'ANNA, 2003).

Tentando contornar o esvaziamento do centro histórico e criar uma maior rentabilidade para o plano, foi projetada a sétima etapa do programa, que tem como principal característica a diversidade do uso desse espaço urbano, incluindo a reforma de casarões e sobrados para fins habitacionais. Contudo, isso foi realizado de modo a organizar, classificar e selecionar o território, constituindo microterritórios, separando as moradias dos servidores públicos das quadras destinadas às habitações de interesse social, por exemplo. Essas práticas chocam-se com os discursos dos técnicos do governo, que sustentavam a importância da mistura social (MOURAD, 2011).

Essa breve retomada dessa significativa revitalização ocorrida no CHS evidencia táticas e estratégias que são compreendidas como gentrificação urbana, caracterizadas por intervenções em territórios antes desvalorizados economicamente, porém atraentes do ponto de vista histórico e cultural, que passam por uma mudança radical para atrair novos atores e atividades, expulsando os antigos moradores. Esses fenômenos mudam a perspectiva e o uso dos bairros, possibilitando a circulação de outros modos de vida (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014).

A cidade, nesse contexto, passou a ser uma mercadoria, um produto a ser vendido em um mercado financeiro extremamente competitivo, em que outras urbes também estão no balcão de negócios. Nesse modelo modernista de conceber o planejamento urbano, a principal inspiração para a gestão é uma empresa. Governantes passam a agir estrategicamente, concebendo os territórios sob sua administração como potenciais fontes de lucro, pautando suas decisões a partir de informações e expectativas geradas no e pelo mercado. A analogia de cidade-empresa não está restrita apenas ao âmbito gerencial e/ou operacional. Há uma redefinição do conceito de cidade, transformando-a em um sujeito/agente econômico, com uma natureza mercantil que tem a pretensão de legitimar a aproximação e/ou apropriação de instrumentos do poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2000).

Por isso, um *marketing* urbano é cada vez mais determinante no planejamento e na gestão das cidades. Um diagnóstico é elaborado levando em conta as características desses territórios e os potenciais investidores. A imagem passa a ser gerenciada não para quem a vive, mas para um público externo, que possa, efetivamente, consumir esse produto. Os territórios com potencial de exploração são formatados para atrair uma rede de investidores capazes de dinamizar a região, explorando-a economicamente. No caso de Salvador, o centro histórico tem, no pacote, a imponência de sítio histórico tombado pela Unesco e a cultura afrodescendente, ambos moldados a serviço da indústria do turismo (VAINER, 2000; SILVA, R. H. A., 2016).

Nesse cenário, foi fabricada e difundida uma história única sobre o território, aliando a preservação do sítio histórico, as raízes de um Brasil miscigenado e o enaltecimento de uma herança cultural africana. Essa imagem naturalizada de uma baianidade autêntica passou a fomentar modos de objetivação que limitavam as possibilidades de ser baiano, sobretudo as de ser afro-baiano. A cobertura dos veículos midiáticos, as propagandas do governo do estado e da prefeitura faziam circular um tipo específico de negritude, que deveria ser incorporada pelo soteropolitano legítimo no contato com seus pares e, especialmente, com os turistas (BATISTTA, 2014; SILVA, R. H. A., 2016).

A contadora de história nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em uma palestra proferida no *Technology, Entertainment and Design* (TED), no ano de 2009, aponta que a construção de uma história única sobre uma pessoa e/ou um povo é uma questão de poder. Como as narrativas são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas dependem dos jogos de poder implicados nas estratégias de dominação e assujeitamento. Essa tática consiste na fabricação e na incessante repetição de uma só imagem desses personagens, tornando-a definitiva. Para a escritora, o problema está na produção de estereótipos, que não estão absolutamente equivocados, mas apresentam apenas fragmentos dos modos de vida desses sujeitos. A consequência desse processo é apropriar-se da experiência do outro de modo superficial, através da atitude de negligenciar as outras narrativas que constituem um território e/ou um indivíduo (CHIMAMANDA..., 2013).

Apesar de a história única do CHS, inventada após a relatada revitalização, ter sido estruturada em torno da valorização da negritude legítima, fabricando uma ideia de resgate da essência de ser baiano, havia territórios dentro desse mesmo sítio histórico que eram governados mediante estratégias de abandono e esquecimento, negligenciando os modos de vida dos afrodescendentes. Porém, essa disposição territorial é dinâmica e sofre alterações de acordo com as novas demandas de ordenamento urbano. Territórios antes invisibilizados, zonas de escuridão, passam a ser alvos do avanço das cidades, constituindo novos modelos de progresso urbano (SCISLESKI; HÜNING, 2016).

No próximo tópico, trabalharemos com as condições socioeconômicas que proporcionaram o surgimento de uma comunidade afro-baiana nos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia. Atualmente, essa comunidade é alvo de projetos de revitalização urbana que, para serem viabilizados, necessitam de discursos e práticas que desqualificam os modos de ser e habitar o território. Esses trabalhadores artesanais ocupam o local há aproximadamente um século, e a dinâmica socioespacial que constituíram, ao longo de

décadas, passou a ser compreendida pelo poder público como sem vida e/ou dotada de uma vida inferior.

### **3.2 Arcos da Ladeira da Montanha: a reinvenção do uso por uma comunidade afro-baiana**

Janeiro, à tarde, sol de verão em Salvador. O trânsito na Avenida Carlos Gomes, região central da capital baiana, seguia sua rotina habitual de um dia normal de semana, com buzinas, fumaça e caos. Pedestres desviavam de buracos na calçada, forçados a dividir o asfalto com carros e ônibus. Comércio de todo tipo de mercadorias e prédios tampavam a visão da Baía de Todos os Santos, exceto quando alguma brecha permitia a contemplação da paisagem turística. Goteiras de ar-condicionado pingavam na cabeça, e o calor encharcava a camisa. Minha caminhada, na contramão do trânsito, tinha como destino a Praça Castro Alves.

Chegando à praça dedicada ao poeta, fiz uma pausa para contemplar toda a beleza da Baía de Todos os Santos, tendo a Ilha de Itaparica como pano de fundo. Porém, meu destino não era fazer companhia à estátua do saudoso abolicionista. Por isso, tomei um fôlego e segui para a cidade baixa, passando pelo topo da Ladeira da Montanha, descendo a Ladeira da Conceição da Praia. Agora, estava no fluxo correto do trânsito, e os carros iam no sentido do bairro do Comércio. No pé da ladeira, estava a Basílica da Nossa Senhora da Conceição, marco inicial da tradicional e midiática festa do Senhor do Bonfim. Poderia ver, agora, o Elevador Lacerda e o Mercado Modelo a poucos metros: estava no epicentro da rota turística de Salvador.

Apesar de transitar por cartões-postais da cidade do Salvador, fiz um percurso que não é habitual para os turistas, nem mesmo para os soteropolitanos. Segui da cidade alta para a cidade baixa, passando por ladeiras e ruas que estão no avesso do itinerário da indústria do turismo, territórios esquecidos das políticas de preservação do patrimônio histórico, por enquanto. Minha trajetória tinha como finalidade a Ladeira da Conceição da Praia, para visitar os Arcos da Montanha e presenciar a rotina da comunidade de artífices que ali se localiza.

Crianças entravam e saíam de um dos arcos, sob os gritos de uma mulher mais velha, receosa de um potencial atropelamento. Um mestre e um aprendiz estavam na calçada, com suas ferramentas fora da oficina, provavelmente fugindo do calor que invadia os arcos, no meio de tarde. Alguns mais corajosos, com a camisa nos ombros, resistiam à sufocante sensação térmica e manuseavam o ferro em brasa dentro de uma das edificações. Alguns tiravam uma sesta. Um novo mundo urbano estava sendo descoberto por mim.



Não foi uma caminhada tranquila. Essas ruas e ladeiras que transitei, algumas só havia utilizado em épocas de Carnaval, quando a organização habitual do centro histórico fica em suspensão, e as fronteiras invisíveis (ou nem tanto) são suspensas, temporariamente, permitindo novas rotas de circulação. Além disso, há toda uma rede discursiva que produz a sensação de insegurança quando assumimos os avessos do sítio histórico soteropolitano como percurso de deslocamento.

Mesmo com esse misto de insegurança e de ansiedade, segui pelas ruas e ladeiras do centro histórico. Destaquei, em linhas anteriores, que essa região não é totalmente estranha. Fui morador de localidades adjacentes em ocasiões diferentes da minha vida. Por isso, sei que o fato de ser negro e de ter *dreadlocks* facilitava a minha circulação por ali. Não sou interpelado por olhares interrogadores, nem me sinto um estranho. Essas impressões afinam-se com as afirmações que já haviam sido apontadas nos materiais de análise, quando pesquisava a zona central soteropolitana. O patrimônio histórico, como já foi destacado anteriormente, passou por um processo de esvaziamento, sendo, gradativamente, reocupado por uma população majoritariamente negra e pobre. Apesar das políticas de revitalização ocorridas em décadas passadas, os espaços que não foram contemplados com essas intervenções conservavam essa dinâmica socioespacial. Na Ladeira da Conceição da Praia, reside e/ou trabalha uma população de afro-baianos de baixa renda.

**Figura 3 – Arcos da Ladeira da Montanha fotografados da Baía de Todos os Santos.**



Fonte: Garcez (2009)

Subindo a Ladeira da Conceição, é possível compreender o apelo da sociedade do século retrasado ao reclamar por um aclave menos íngreme. Construída em 1549, detém o peso histórico de ter sido a primeira ladeira erguida pelos portugueses, no início do período colonial, com a finalidade de ser uma das ligações entre a cidade alta e a baixa. A empreitada realmente é penosa, e suponho que deveria ser ainda mais difícil quando era uma das principais vias de escoamento de mercadorias e cargas do porto de Salvador (OS ARCOS..., 2014; “VÁRIAS..., 2015; BELO, 2015; BAHIA, 2016).

Atendendo a pedidos da população do século XIX e a uma série de interesses econômicos da época, o Barão Homem de Melo, presidente da província da Bahia, em 1878, solicitou a construção de uma ladeira com uma inclinação mais suave, que pudesse facilitar o trânsito de pessoas e de cargas. Entregue em 1879, essa obra, de alta engenharia para o período, contava com uma estratégia fundamental para a viabilidade do projeto: arcos de sustentação. Essa infraestrutura permitiu que a ladeira pudesse, enfim, ser finalizada. Concluída, a construção foi batizada em homenagem ao barão e, posteriormente, rebatizada informalmente como Ladeira da Montanha, como popularmente é conhecida (BELO, 2015; BARRETO, 2016; MENDONÇA, 2015).

Não há registros oficiais, até onde pudemos investigar, sobre a data exata em que os primeiros artífices chegaram aos arcos. Entretanto, segundo depoimentos dos trabalhadores que hoje ocupam o território, há relatos de que os primeiros mestres que ressignificaram o uso original dos arcos foram escravos libertos, que buscavam novos modos de vida na primeira capital do país, organizando estratégias de sustento e moradia após a abolição da escravatura (FERREIROS..., 2014; “VÁRIAS..., 2015; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017).

A Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, em 1888, foi resultado de uma ampla mobilização popular associada a uma conjuntura geopolítica favorável à tramitação do projeto abolicionista. As elites imperiais, de um modo geral, eram pró-escravidão e criavam estratégias para abafar as pautas emancipatórias dentro do jogo político brasileiro, mesmo com o fim do tráfico negreiro, em 1850. Porém, nas décadas finais do século XIX, o Brasil tornou-se o último país a manter o regime escravocrata nas Américas, criando uma crise nas instituições políticas nacionais, demandando a necessidade de buscar saídas para resolver essa incômoda situação (ALONSO, 2018).

Após embates entre as alas abolicionista e escravagista, a abolição foi, enfim, aprovada no parlamento brasileiro. As elites e as classes médias urbanas costuraram, no âmbito legislativo, um acordo de modo a atender aos anseios de ambos os lados. Por essa razão, apesar da euforia popular, foi sancionada uma lei conservadora, sem a incorporação de

direitos aos recém-libertos, bem como sem nenhum projeto de inclusão social ou de indenização dos alforriados. Assim, a referida lei não buscava a eliminação das hierarquias raciais naturalizadas na sociedade brasileira (FRAGA, 2018).

Um novo Brasil estava sendo forjado, porém, balizado pela atualização das estratégias de reprodução do racismo estrutural. A Lei Áurea foi o último ato de um Império em declínio que, meses depois, viria a desaparecer. A proclamação da República apoiava-se na narrativa de incorporar os anseios de um país que mirava o futuro, ao mesmo tempo em que rompia com um passado defasado. Porém, apesar de ter inserido a dinâmica do trabalho assalariado, a aplicação da racionalização no planejamento urbano e os discursos de integração das raças fundantes da nação, relegava aos negros recém-libertos os territórios marginalizados nos centros urbanos, modernizando os padrões de exclusão socioespacial pautados pela questão da raça (OLIVEIRA; SOUZA, 2014; FRAGA, 2018; ALONSO, 2018).

A ressignificação dos Arcos da Montanha configurou-se como mais um dos desdobramentos de uma emancipação incompleta. Os primeiros artífices recorreram à infraestrutura projetada para sustentar a Ladeira da Montanha para estabelecer suas residências e/ou oficinas. A hierarquização pautada na raça, presente em Salvador e na sociedade brasileira, organizava a disposição territorial da capital baiana, forçando os negros alforriados a buscarem estratégias de moradia em territórios marginalizados. Nos fins do século XIX, o acesso à habitação na zona central soteropolitana era restrito aos potenciais compradores que possuíam um alto poder aquisitivo ou aos inquilinos que tinham condições de arcar com os altos valores dos aluguéis. Os primeiros desbravadores dos arcos não estavam enquadrados em nenhuma dessas possibilidades, restando a opção de ocupar territórios que estavam excluídos do mercado imobiliário vigente (SANTOS, 1990; FRAGA, 2018).

Ao longo de décadas, várias especialidades contribuíram para a constituição da Ladeira da Conceição como um tradicional território de ofício do povo afro-baiano. Sapateiros, estofadores, limpadores de rádio, construtores de radiolas, porém, não contribuem mais com a reprodução social da comunidade, pois perderam as condições de sustentabilidade com o surgimento de novas lojas e de novas tecnologias (OLIVEIRA; PEREIRA, 2017). Entretanto, na ladeira:

Apesar da modernização dos modos de produção e da emergência de uma indústria da construção civil dinâmica e afoita - focada na reprodução veloz e em grande escala - resiste nesse território um coletivo de trabalhadores que dominam técnicas, processos e modos de fazer, pautados na transmissão atenta, no convívio cotidiano, nos segredos revelados sem pressa, no tempo alongado da confiança e da co-

presença. Até passarem de aprendizes a mestres, perpetuando assim a tradição de um saber ancestral. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2017, p. 7).

A maioria das oficinas e/ou residências foram passadas de pai para filho. Muitos dos artífices que retiram seu sustento dos arcos aprenderam o ofício na observação e reprodução dos saberes dos seus mestres. Manuseiam máquinas e ferramentas que, na sua maioria, datam do início do século passado, produzindo peças autorais e exclusivas que carregam a originalidade e a criatividade pertinentes ao trabalho artesanal, num confronto com a cultura da massificação e da padronização dos utensílios. Algumas obras de arte que são confeccionadas nessas oficinas são expostas em museus nacionais e internacionais, reconhecidas pelo trabalho primoroso dos mestres (“VÁRIAS...”, 2015; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017).

Essa dinâmica parece não interessar aos novos moldes projetados pelo poder público para o território. Intervenções urbanísticas são direcionadas para os Arcos da Conceição da Praia sob o conceito de revitalização urbana e, entre outras estratégias, propõem a remoção completa desses trabalhadores. Para nossa pesquisa, a emergência da produção e da sustentação desses processos urbanos reeditam o racismo como elemento essencial da exclusão social no Brasil. Por isso, trabalharemos com as problematizações que Frantz Fanon e Achille Mbembe desenham para o termo negro, já que ambos apontam as relações entre a operacionalização do construto biológico da raça e a administração dos territórios, desde o período colonial (FANON, 2005; MBEMBE, 2017).

Para os dois autores, o termo negro advém de uma atribuição, uma alcunha em que o europeu colonizador buscou, durante os séculos da brutalidade colonial, encerrar os homens de cor. Esse termo não designa o reconhecimento de humanos iguais aos outros: ele inaugura a produção de uma raça à parte, um gênero particular, biologicamente inferior (FANON, 2008; MBEMBE, 2017).

Portanto, o negro é uma invenção do branco, e sua existência surge dessa fantasia. Não há uma essência no negro: sua criação está intimamente vinculada ao jogo ficcional instrumentalizado no jugo colonial. O branco, por outro lado, é uma criação da imaginação europeia, naturalizada e universalizada no Ocidente. Nem o negro, nem o branco existem em essência, para esses autores. Essas duas categorias representam apenas um vazio, uma crença cultivada, reproduzida e disseminada pelo mundo ocidental, que passou a conduzir as formas de governo nas sociedades modernas (FANON, 2008; MBEMBE, 2017).

O arranjo colonial demoliu os sistemas de referência dos negros, seus modos de aparência, bem como desqualificou sua indumentária, desestruturando todo um mundo

simbólico que existia antes da invasão dos colonos e do tráfico negreiro. O território dos colonizados era impermeável à ética, e os negros eram compreendidos como os inimigos dos valores, depositários de forças malélicas. Para se referir aos escravos, era utilizada uma linguagem zoológica, sempre os animalizando. “O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, na verdade, o colono tem razão quando diz que ‘os’ conhece. Foi o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado” (FANON, 2005, p. 52).

Trata-se de uma fantasia bem-sucedida, que se tornou a marca dos modos como o Ocidente se mostra ao mundo. Ao instituir-se no real enquanto verdade social afetiva, a suposta diferenciação das raças produz formas singulares de predação, brutalidade e crueldade, tornando-se o alicerce da subjugação e da exploração das pessoas negras, fabricando um objeto específico, uma espécie de quintessência do mal, que justifica os mais variados modos de violência contra os negros pelo mundo (MBEMBE, 2018; FANON, 2008).

Desse modo, apesar de o colono ter produzido o colonizado, ou, em outras palavras, apesar de o negro ser uma invenção necessária para as brutalidades da ocupação colonial, ambos continuaram estranhos, configurando a ausência de possibilidades de conciliação. O racismo colonial desenhou as bases de uma tecnologia de poder que desumaniza o outro, permitindo que não haja nenhum compadecimento com sua eliminação ou sua exposição à morte. Os conquistadores europeus acreditavam que não havia qualquer vínculo comum com os escravos, podendo governá-los na mais absoluta ilegalidade e terror. O mundo colonial era dividido em compartimentos, deixando, em lados opostos, as zonas habitadas por brancos e negros, distribuindo a administração da vida e da morte pelo constructo da raça. Esses modos de governo das vidas configuram-se como um dos pilares das sociedades ocidentais modernas (MBEMBE, 2017).

Para Mbembe (2017), as narrativas hegemônicas acerca da democracia buscam consolidar a ideia de que as sociedades democráticas obtiveram um triunfo sobre a brutalidade e a violência física, características fundamentais das sociedades guerreiras. A pacificação dos espaços sociais seria, portanto, a diferença dos regimes democráticos. Mbembe, opondo-se a essa leitura, argumenta que, ao mesmo tempo em que o ocidente se esforçava para consolidar as democracias modernas, implementava o terror nos territórios colonizados. O funcionamento e a sobrevivência das democracias dependeriam da exteriorização da violência, da aplicação de uma lei de exceção nesses não-lugares.

Mbembe (2017) ainda aponta que as democracias convivem, continuamente, com comunidades de semelhantes, promovendo círculos de separação. Além disso, nesse mesmo regime político, há a criação de discursos e práticas vertidos para um conjunto de pessoas que

sempre foram consideradas estrangeiras, um excedente populacional indesejável que a sociedade tem o desejo de descartar, e o faz sempre que necessário. A nossa época privilegia a separação, o movimento de ódio e as hostilidades contra um inimigo fabricado.

Esses muros de segregação, simbólicos e/ou geográficos, são erguidos para que as sociedades contemporâneas possam lidar com o excesso de presença. O sentimento de vida de uma parte da população depende da ausência ou do desaparecimento de determinados grupos, o que jamais será vivido como perda. Presenciamos a organização societária estruturada na separação entre semelhantes e não semelhantes, e, conseqüentemente, uma série de diferenciações de governo das vidas e dos territórios, de acordo com o círculo de pertença (MBEMBE, 2017).

Os projetos de revitalização urbana dos Arcos da Montanha estão balizados por essa dinâmica de fabricação de círculos de semelhança e da conseqüente produção de uma fragmentação da disposição territorial das cidades, atravessada pela questão da raça. Desenvolveremos, no próximo tópico, as análises acerca das noções de revitalização que estão sendo produzidas, tendo as seguintes perguntas norteadoras: O que significa essa revitalização? O que se faz em nome dessa revitalização? Que vidas são produzidas e que vidas são descartadas nesses projetos?

### **3.3 As estratégias de revitalização urbana, os artífices e as práticas de resistência da comunidade**

Setenta e duas horas foi o prazo dado, pela Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Município (Sucom), para que os trabalhadores dos Arcos da Montanha saíssem dos seus locais de trabalho, para que fossem realizadas obras de reparo das edificações, que seriam projetadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Superintendência da Bahia (Iphan-BA) e financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Cidades históricas. Até então, o ritmo das batidas dos machados moldando ferros em brasa, o barulho estridente das maquitas desenhando os mármores, a confecção de ferramentas de orixás, que seriam assentadas com o axé de algum praticante de religião de matriz africana, sossegadamente, mantinham a rotina dos artífices, tendo como testemunha a Baía de Todos os Santos. Porém, um sentimento constante de alerta deu novos contornos ao cotidiano desses profissionais, após a notificação entregue no dia 15 de julho de 2014 (MENDONÇA, 2015; FERREIROS..., 2014; OS FERREIROS..., 2014; PEREIRA; OLIVEIRA, 2017).

Um verdadeiro jogo de empurra em relação à autoria da notificação foi estabelecido, porque as primeiras informações que haviam sido divulgadas indicavam que o Iphan-BA havia solicitado o despejo dos moradores. O órgão negou. Entretanto, apesar de as casas estarem sob gerência da prefeitura, ninguém da administração municipal assumiu a paternidade da estratégia (MENDONÇA, 2015; IPHAN..., 2014). Esse episódio gerou um desencontro entre as instâncias federais e municipais:

O IPHAN jamais emitiu qualquer notificação a quem quer que seja acerca de qualquer ação nos Arcos da Montanha. O IPHAN não atua através da ação de terceiros. Por ser uma autarquia federal suas ações se dão, única e exclusivamente, por seus prepostos, fiscais, dirigentes e por seu superintendente. (NOTA..., 2014, não paginado).

O fato é que a misteriosa notificação pegou de surpresa os artífices, deixando-os atônitos, sem saber para onde ir, já que, além da carta de despejo, havia apenas o silêncio do poder público. Não ocorreu nenhum diálogo prévio e, mesmo após a ida à Sucom, para maiores esclarecimentos, tiveram evasivas respostas. Ao que tudo indica, não existia um plano urbanístico pronto. Só em dezembro do mesmo ano, cerca de cinco meses após o ocorrido, o Iphan-BA publicou uma nota afirmando que havia finalizado o projeto. Ou seja, os profissionais seriam despejados, e a suposta reforma não teria condições legais de início, dado que não havia, ainda, dispositivos norteadores para a sua implementação (MENDONÇA, 2015; FERREIROS..., 2014; OS FERREIROS..., 2014).

Essa primeira investida do poder público, objetivando a expulsão imediata dos artífices, seria o início de um conflito pela permanência desses trabalhadores no território. Desenhavam-se modos de governo das vidas que estavam alicerçados na compreensão de que essa comunidade passaria a ser indesejada no CHS, um contingente populacional excedente que deveria ser despejado daquele território, através de práticas arbitrárias, ilegais e violentas (MBEMBE, 2017).

Nesse ato inaugural, o poder público, com essa aparente desorganização e com os desencontros, reproduzia práticas que só podem ser direcionadas a grupos que estão fora do círculo de semelhantes, populações que devem ser privadas, total ou parcialmente, dos seus direitos. São estratégias que fabricam a sensação de que não há nada em comum entre os cidadãos legítimos das cidades e aqueles que estão fora desse círculo de semelhantes. Por isso, o despejo, a extinção total de uma comunidade em um território, pode ser utilizada como tática para que alguns grupos populacionais possam viabilizar novos mundos urbanos (MBEMBE, 2017).

Porém, diante de uma série de protestos e denúncias da militância que se organiza no CHS (e simpatizantes), o poder municipal recuou da estratégia de despejo imediato e informou aos moradores que o prazo de três dias estava obsoleto. Além disso, após as reivindicações, foram abertas jornadas de negociações entre a prefeitura, o Iphan-BA e os artífices, mediadas pelo Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), buscando ajustar os termos que garantiriam a permanência dos profissionais no território (MENDONÇA, 2015; FERREIROS..., 2014; BORGES, 2014; MARTINS, 2014).

No dia 8 de dezembro, data destinada às comemorações da Nossa Senhora da Conceição, em Salvador, a comunidade organizou um protesto contra o Iphan-BA, questionando os termos e os objetivos sustentados pelo órgão federal com a finalidade de expulsá-los do território. Essas, entre outras ações, deram visibilidade ao conflito da comunidade pela luta para permanecer no Centro Histórico de Salvador (MARTINS, 2014).

**Figura 4 – Protesto dos artífices nos festejos de Nossa Senhora da Conceição da Praia**



Fonte: Iphan... (2014)

Porém, por que um lugar à mesa de negociações, um espaço nos debates e a possibilidade de opinar sobre o destino do território em que residem e trabalham há décadas só foi possível por um ato de resistência? Por que o manto da invisibilidade só foi retirado após o barulho que os artífices e outros movimentos sociais do centro antigo fizeram, atraindo a atenção da mídia local e mobilizando a opinião pública?

Para Foucault (2010, 2013), se há o exercício do poder, há possibilidade de resistência, de modos de romper com as formas de assujeitamento, criando formas de ação e novos modos de existência. Além disso, analisar as práticas de resistência é um modo eficiente de



esclarecer as relações de poder, pois proporciona a descoberta dos seus pontos de aplicação e dos métodos de sujeição utilizados, através do antagonismo das estratégias. Podemos entender quais noções de política de revitalização urbana estão sendo operadas nos Arcos da Montanha, investigando não apenas a racionalidade interna do poder e as diversas estratégias do poder público para efetivar as obras de melhoramento do território, mas, também, como os sujeitos estão lutando pela sua permanência.

Além disso, a ausência de diálogo não parece ter sido acidental. Estruturar uma logística de permanência ou um plano de redirecionamento para essa comunidade, seja definitivo ou temporário, não parecia fazer parte da pauta do poder público. Seja de qual órgão governamental tenha partido a notificação, a intenção não era a de reconhecer esses artífices como cidadãos plenos de direitos. O poder estruturado na lógica racista sustenta o discurso de que os negros não têm condições de conduzir o seu próprio destino. Por estarem localizados em um nível de maturidade inferior, necessitam do constante suporte e da lucidez da civilização branca. Por isso, qual sentido faria convidá-los para decisões tão importantes, mesmo que as negociações impactassem os seus modos de vida e os territórios em que trabalham/residem? (FANON, 2008).

Nas primeiras apresentações da proposta de revitalização, havia uma promessa de que, ao fim das obras de restauro, seriam entregues residências artísticas. Contudo, em nenhum documento ficou claro quais seriam os artistas contemplados com as moradias. Após as críticas e questionamentos, a Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura (Sedes), à época, afirmou que os trabalhadores que ocupavam os arcos seriam os beneficiários. No entanto, não foi assinada nenhuma garantia, fato que contribuiu para a intensificação das inseguranças entre os artífices. Arelada a isso, mantinha-se a pressão para que os profissionais saíssem dos arcos, para que os trâmites legais pudessem ser adiantados, pois, de acordo com o projeto, só poderiam ser feitas as obras de restauro de uma única vez, visando a reduzir os custos operacionais (MENDONÇA, 2015; FERREIROS..., 2014; BORGES, 2014; MARTINS, 2014; OS ARCOS..., 2014).

Por isso, entre os trabalhadores, havia uma desconfiança sobre essa medida. Não confiavam nas garantias “de boca” dadas pela Sedes, e a logística apresentada era incapaz de atenuar esse sentimento, já que a prefeitura sequer indicava qual seria o local para o qual os artífices seriam direcionados enquanto as obras estivessem em andamento. Toda essa falta de planejamento refletia-se na paralisação dos trâmites legais. Essa estratégia de limpeza e dispersão da população indesejada já foi praticada em outros tempos no centro histórico

soteropolitano, em outros moldes, mas com a mesma finalidade: abrir espaço para que novos mundos urbanos fossem inaugurados (MENDONÇA, 2015).

Essas práticas gentrificadoras parecem ser os modos como o poder público costuma tratar a população negra e pobre no CHS. Em linhas anteriores, retomamos um dos processos de revitalização mais impactantes, ocorrido no Pelourinho e adjacências, e os destinos dados à população que residia no local. Esta foi considerada um entulho que deveria ser retirado para que as obras de revitalização pudessem ser bem-sucedidas. Cerca de 20 anos depois, sob novos desenhos urbanísticos, a necessidade repete-se: é preciso que outros modos de vida ocupem o centro histórico soteropolitano.

Além disso, novamente, o diálogo do poder público com a comunidade era atravessado pela nebulosidade nas informações compartilhadas, nas mesas de negociações acerca do projeto de revitalização. Essa falta de clareza contribuiu para o constante estado de alerta entre os artífices. Essa comunidade, continuamente, é tratada com negligência, e o território que ocupa é administrado fora das possibilidades de legalidade vigentes, com condutas e práticas de exceção (MBEMBE, 2017).

No ano de 2015, o mistério, mais uma vez, voltou a assombrar os artífices dos Arcos da Montanha. Um major e sua guarnição, sem identificação e sem notificação, abordaram os trabalhadores, alegando que deveriam sair imediatamente dos arcos, pois as construções seriam demolidas. Era uma manhã do mês de maio, e outras casas já haviam virado pó nas redondezas, por causa do perigo de desabamento. Era época de intensas chuvas na capital baiana (O QUE..., 2015; OLIVEIRA, 2015).

Além disso, o major sem-nome chegou a oferecer R\$ 300,00 para que os artífices saíssem das oficinas, garantindo que estava tudo regularizado para a liberação do aluguel social, pelo período necessário para a finalização das obras de moradias, financiadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Sem sucesso na abordagem, o militar ficou exaltado, apontou sua arma para um dos trabalhadores e, horas depois, entrou em um carro preto e nunca mais voltou à Ladeira da Conceição da Praia (O QUE..., 2015).

O major anônimo não se apresentou como militar para a comunidade. Moradores chegaram a essa informação após presenciar os diálogos da sua equipe e os modos como os subordinados se referiam ao encarregado da abordagem. Muito menos trazia alguma notificação que tivesse o respaldo de algum órgão municipal ou federal para a ação. Nosso questionamento reside na necessidade do anonimato dos militares nessa ação de despejo: se a proposta era proporcionar proteção aos artífices, já que se previa o realojamento das pessoas

em um lugar mais “seguro” contra os desabamentos, por que a não identificação? A que e a quem serviam os moldes dessa ação? (O QUE..., 2015).

Esse relato da comunidade indicava algumas ilegalidades da abordagem da polícia militar. Em primeiro lugar, os militares não estavam com as tarjetas de identificação que destacam o posto em que atuam e o chamado “nome de guerra”, nome do agente ou seu registro na corporação. Segundo o art. 26, capítulo 1º, título III do Estatuto Disciplinar dos Policiais Militares da Bahia, é uma transgressão disciplinar o militar não portar a plaqueta ou tarjeta de identificação, salvo se previamente autorizado ou em situações policiais específicas, sendo previstas penalidades para esse tipo de ação. Não sabemos a quais situações específicas o estatuto se refere, já que não há uma descrição detalhada desse item no decorrer do documento (BAHIA, 2003).

A ausência de identificação impossibilita a denúncia da abordagem e a investigação da corregedoria da polícia. Além disso, era impossível confirmar sequer a suspeita de que esses indivíduos sejam ativos da corporação militar baiana. Foi uma abordagem sem pistas e rastros, que autorizava o cheque em branco para as violações de direitos, além de passar uma mensagem de intimidação para as pessoas que estavam sendo abordadas, pois se limitavam as possibilidades de denúncias (O QUE..., 2015; OLIVEIRA, 2015).

Fora essas transgressões praticadas por esses misteriosos militares, os supostos policiais agiram como intermediários de um contrato de aquisição de moradia via crédito imobiliário, através do programa federal Minha Casa, Minha Vida. O problema é que esse hipotético negócio foi firmado sem a participação de nenhum dos trabalhadores, sem nenhuma informação acerca da localidade em que as residências estavam sendo construídas, nem detalhes arquitetônicos das casas. Obviamente, era uma falácia, que foi desmascarada posteriormente pelos artífices, após investigarem, em uma das agências da Caixa Econômica Federal (CEF), os termos da transação (O QUE..., 2015).

No decorrer do estatuto disciplinar citado anteriormente, não identificamos em qual item está previsto o uso dos agentes de segurança pública como corretores de imóveis ou, na melhor das hipóteses, com as atribuições dos funcionários da Secretaria Municipal da Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil (Sindec) da prefeitura municipal. No documento que norteia as ações dessa secretaria municipal, há a previsão de ações de cadastramento, recolhimento de informações, acompanhamento, gerenciamento e possíveis orientações pertinentes à inclusão de beneficiários nos programas de habitação social. Não há nenhuma indicação do uso de policiais sem identificação nessas abordagens (BAHIA, 2003; SALVADOR, 2016b).

A ilegalidade parece ser o padrão das ações de despejo a que essa comunidade vem sendo submetida. Essa estratégia de convencimento, que tinha por finalidade a saída “pacífica” dos artífices do seu local de convivência e de sustento, foi mais um dos atos de fortalecimento do sentimento de instabilidade e insegurança. Dessa vez, a ação arbitrária ocorreu depois de seguidas rodadas de negociação junto às instâncias governamentais municipal e federal, que foram suspensas após a saída do Iphan-BA da mesa de negociações (ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, 2015a; O QUE..., 2015).

Os trabalhadores protestaram contra a ação desses supostos policiais, por interpretarem como um insulto e um desrespeito as horas de debates e construções que já haviam sido conquistadas com os encontros semanais, na sede da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura. Oficialmente, nenhum órgão pronunciou-se sobre essa abordagem súbita e misteriosa, e os artífices, até o presente momento, não sabem quem ordenou mais essa ação de despejo (ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, 2015a; O QUE..., 2015).

Passados dois anos, em uma tumultuada sessão na Câmara Municipal de Salvador, foi aprovado o Projeto Revitalizar, em abril de 2017. Entre acusações de ilegalidades na tramitação da matéria, com direito a bate-boca entre a base política do prefeito e a oposição, um mandado de segurança foi deferido pela justiça baiana, a pedido da bancada oposicionista, impedindo a sanção do projeto pela prefeitura. Porém, após uma manobra governista, o decreto foi assinado por Antônio Carlos Magalhães Neto, entrando em vigor no mês seguinte (JUSTIÇA..., 2017; APÓS..., 2017).

Além disso, os gritos de protesto dos moradores do centro, criticando os moldes do programa, foram recebidos como baderna e retaliados com ameaças de expulsão das galerias da Câmara, por parte do presidente da casa. A votação foi realizada dois dias depois de um casarão desabar, na região do centro antigo, vitimando três pessoas de uma mesma família. Essa tragédia, em mais uma edificação tombada pelo Iphan-BA, provocou um senso de urgência, no legislativo soteropolitano, em busca de medidas urgentes para essas fatalidades (SOTERO, 2017; PITTA, 2017).

Definitivamente sancionado, o projeto abrange os imóveis localizados dentro da Área de Proteção Cultural e Paisagística do Centro Antigo e do Conjunto Urbano e Arquitetônico da Cidade Baixa de Salvador, tombado pelo Iphan-BA, em conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Essas duas regiões compreendem onze bairros da cidade que, segundo a prefeitura, estariam precisando de estímulos públicos para a

revitalização dos seus espaços, trazendo novamente a vida e a circulação de pessoas (CORDEIRO, 2016; SALVADOR, 2017; SOTERO, 2017).

O Revitalizar faz parte de um programa mais global da prefeitura, denominado Salvador 360. Segundo informações divulgadas pela gestão municipal, o programa é dotado de oito eixos de ação, tendo como focos a geração de emprego e renda e a promoção de empreendimentos. O Revitalizar faz parte do quarto eixo de ação, tendo como objetivo a requalificação de imóveis abandonados ou subutilizados no território, objetivando a recuperação do Centro Antigo como uma região economicamente ativa e atrativa para os turistas (CORDEIRO, 2016; SALVADOR, 2017; JAIMES, 2017).

De acordo com o projeto, os proprietários que aderirem ao Revitalizar serão responsáveis por realizar obras de restauro, recuperação ou reforma do imóvel, com a contrapartida da redução, em 50%, do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), por um período máximo de dez anos. Além disso, ficarão isentos de pagamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis (ITIV) os proprietários que adquirissem os imóveis com a finalidade de uso e conservação das residências, em consonância com as exigências da prefeitura municipal. Esses são alguns dos incentivos fiscais que a prefeitura está lançando, com o intuito de não precisar utilizar, exclusivamente, recursos públicos para a dinamização do centro histórico (CORDEIRO, 2016; SALVADOR, 2017; SOTERO, 2017).

Após a notificação da prefeitura, os proprietários terão, a partir do início da obra, três anos, no caso de edificação ou restauração, e dezoito meses, no caso de recuperação e reforma, para concluir as obras em andamento. Descumprindo os prazos estabelecidos, e caso seja constatada a ausência de intervenções nas edificações, a administração municipal poderá estatizar os imóveis, sem qualquer ressarcimento ou contrapartida para os proprietários (SALVADOR, 2017).

A Ladeira da Conceição da Praia está dentro do polígono de ação do Projeto Revitalizar. A insegurança, por isso, voltou a rondar os Arcos da Montanha, pois os artífices não sabem se os imóveis que ocupam participarão dessa nova lei da prefeitura. Só há informações de que cerca de 500 imóveis serão alvo de notificações. Todo o desenho do programa aponta para uma estratégia de gentrificação do CHS. Segundo militantes do direito à moradia no centro histórico de Salvador, a prefeitura tem ciência de que os moradores não têm condições de arcar com as reformas e os restauros previstos. Além disso, apontam que esses benefícios são interessantes para grupos de investidores que vêm comprando diversos imóveis na região (ALMIRANTE, 2017; LIMA; LOPES, 2017; MELO; AZEVEDO, 2017).

No dia 4 de fevereiro de 2019, mais uma surpresa para os artífices. Do púlpito da Câmara Municipal de Salvador, o prefeito da capital proferiu o discurso de abertura do ano legislativo da casa. Entre balanços da sua gestão e projetos futuros, o gestor afirmou que resgataria o projeto de Revitalização dos Arcos da Conceição da Praia. Referia-se ao projeto elaborado pelo Iphan-BA, programado para ser financiado pelo PAC - Cidades históricas. Porém, a novidade residia no fato de que as obras, dessa vez, seriam custeadas com recursos exclusivos da prefeitura municipal (PREFEITO..., 2019).

No momento, não temos condições de nos aprofundar nessa nova investida da Prefeitura de Salvador em relação ao território ocupado pelos artífices. O discurso da gestão executiva foi proferido em um período que não mais possibilita problematizações, dado o prazo de finalização da pesquisa. Porém, julgamos pertinente a incorporação desse episódio para sinalizar que o conflito ainda permanece no território, com a continuidade das estratégias de revitalização urbana.

No capítulo seguinte, discutiremos como o poder público e seus parceiros associados produzem verdades sobre os Arcos da Montanha, além de como são fabricados os discursos de resistência dos artífices e dos movimentos sociais parceiros da comunidade. Nossa intenção não é arbitrar sobre a verdade, tentando descobrir quem está com os melhores argumentos racionais para a questão. Problematizaremos como determinados enunciados são naturalizados e conduzem nossos modos de viver a cidade.

#### 4 FABRICANDO O DESPEJO

Era uma tarde soteropolitana, em plena Maceió. Recebendo visitas de Salvador na minha residência atual, tivemos a oportunidade de colocar os assuntos em dia, depois de meses de espera. O clima do reencontro era marcado pela saudade e pela velocidade com que diversos assuntos eram abordados, tamanha a urgência em atualizarmos uns os outros. Os temas cotidianos eram debatidos na sala de estar, submetidos às regras da informalidade genuína de uma reunião descontraída. De repente, uma sentença suspendeu-me da conversa por alguns instantes: “Tem que sair mesmo”.

Demorei a entender quem deveria sair e de qual lugar. Porém, não tardou muito para perceber que estavam conversando sobre os artífices da Ladeira da Conceição da Praia. Após essa afirmação, deixei de absorver os argumentos por um período impreciso, rememorando. Pela primeira vez, tive um encontro com o tema desta pesquisa fora do ambiente acadêmico, sem o rigor de um trabalho científico. A informalidade imperava, também, na abordagem desse assunto, e as fundamentações, objetivando uma eventual expulsão da comunidade, eram plausíveis e logicamente estruturadas, evidenciando uma perspectiva que ainda não tinha: Salvador já iniciara o processo de fabricação da retirada dessas pessoas do centro histórico.

É improvável que uma comunidade seja expulsa de um território urbano sem que, antes, sejam produzidas as condições para que isso seja possível. É um processo lento, por vezes silencioso. Em outros momentos, escancarado e barulhento. Não há como prever quais serão os mecanismos e estratégias implementados em um processo de remoção urbana, pois cada conflito tem um enredo específico. Entretanto, é preciso que se fabriquem indivíduos descartáveis, inviáveis e incômodos naquele espaço: é necessário que parte da população da cidade sinta naturalidade no rompimento dos vínculos entre comunidade e território (MBEMBE, 2017; FOUCAULT, 2010)

No ato da remoção, telespectadores devem presenciar, pela tela da televisão, o drama alheio, dos despejados, como algo inevitável. Pessoas desamparadas, catando seus pertences e colocando em sacos de lixo que, posteriormente, serão enviados para outro local: um abrigo provisório, uma residência paga por um aluguel social temporário ou lugar nenhum. O destino, por vezes, pouco importa. Esse enredo foi vivido num evento de remoção urbana que testemunhei, o da Vila dos Pescadores do Jaraguá, em Maceió. Em junho de 2015, após anos de conflitos entre a comunidade tradicional e a prefeitura municipal, uma ação judicial sentenciou o fim da ocupação de uma população de pescadores artesanais em uma faixa litorânea da orla da capital alagoana. O trágico desfecho foi produzido mediante a circulação

de discursos desqualificadores, que tinham o objetivo de transformar a comunidade em um objeto indesejado naquele território, em inimigos da cidade, por isso, passíveis de remoção (PADILHA, 2017).

Abater o inimigo, no caso, expulsar as pessoas que são fabricadas como contrárias ao progresso urbano, representando o entrave para a melhoria do uso do território degradado, é o estágio final de um processo discursivo, de um jogo de verdade e poder. No conflito que abordamos nesta pesquisa, o desfecho ainda está incerto e nebuloso. Porém, o processo de objetivação das vidas que lutam pela permanência no território está em andamento, e são essas práticas e mecanismos discursivos que vamos problematizar neste capítulo.

Algumas perguntas nos nortearão no decorrer do presente capítulo: Quais e como são fabricadas as condições que naturalizam atos que objetivam o despejo dos artífices? Como essas vidas são objetivadas através desses projetos de revitalização urbana? Que vidas são essas que são incompatíveis com a plenitude do conceito de vida? Quais são os enunciados utilizados pelo poder público e por seus parceiros associados que justificam esses projetos de revitalização urbana?

#### **4.1 O racismo como operador estratégico do planejamento urbano**

No início de todo planejamento urbano, a fase de identificação dos problemas de um território é denominada diagnóstico. Esse termo da etimologia médica não é utilizado de modo acidental nos documentos elaborados por especialistas em urbanismo, no Brasil. Remonta ao período higienista no país, expressivo no início do século passado, em que a metáfora orgânica era empregada, compreendendo a cidade como um organismo vivo, com funções correspondentes à biologia animal. A urbe, portanto, precisaria ser saudável e obedecer a regras de higiene, evitando doenças que pudessem pôr em risco a sua existência e o seu funcionamento ideal (MOURA *et al.*, 2006; OUTTES, 2014).

A cidade era vista como um lugar sujo, desordenado e propício à proliferação de doenças. A administração do caos urbano, o controle das populações e o disciplinamento dos modos de vida passaram a demandar o surgimento de profissões específicas e de um saber legítimo, respaldado pela ciência moderna. Os problemas das urbes deveriam ser tratados por especialistas, urbanistas e médicos sociais, responsáveis pela prescrição de soluções (OUTTES, 2014; FOUCAULT, 2008).

Esse modo de operar a política através da regulamentação da população, utilizando a administração desse meio artificial, que é a cidade, foi um fenômeno instaurado no século XVIII. Anteriormente, o soberano tinha o poder de vida e de morte: ele podia fazer morrer e



deixar viver. A soberania era, essencialmente, um direito de espada, funcionando de um modo desequilibrado, pesando sempre para o exercício da morte. “O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 2010, p. 202). Por exemplo, quando uma pessoa cometia alguma infração, fazia um desagravo ao corpo do Rei e deveria ser punido. Para demonstrar força e autoridade, eram realizadas grandes ritualizações públicas, promovendo-se grandes e dispendiosos espetáculos a céu aberto, cerimônias brilhantes e imponentes em que boa parte da sociedade testemunhava a eliminação do infrator (FOUCAULT, 2010).

Em meados do século XVIII, a Europa passava por uma explosão demográfica e por uma consolidação da industrialização, alterando, significativamente, as dinâmicas dos territórios urbanos. Essas sociedades emergentes exigiram o surgimento das tecnologias do poder que pudessem dar conta de novos problemas políticos e sociais. A mecânica de funcionamento da soberania mostrou-se inoperante para responder a essas novas demandas: escapavam muitos eventos, tanto no nível do detalhe quanto no das massas, fomentando o aparecimento do disciplinamento dos corpos e da biopolítica (FOUCAULT, 2010).

O poder disciplinar foi introduzido na sociedade, primeiramente, ocupando-se da vigilância e do treinamento dos indivíduos nas instituições, manipulando os corpos para produzir sujeitos dóceis e úteis. Portanto, um poder individualizante. A biopolítica, por outro lado, preocupa-se com uma nova estrutura de coletividade: a população. Não estava centrada no indivíduo, mas na vida, uma tecnologia de poder que agrupava fenômenos próprios da massa, buscando controlar uma série de eventos aleatórios, estudando sua probabilidade e, eventualmente, organizando estratégias de intervenção (FOUCAULT, 2010).

Essa nova arte de governar as massas humanas deveria ser investida nos processos biológicos e biosociológicos, buscando métodos mais racionais e menos dispendiosos para o exercício do poder. A biopolítica tem como objeto e objetivo a vida dos homens e mulheres, a defesa, o fortalecimento e a manutenção da espécie humana. O Estado investe no fazer viver, preocupa-se com o “como” da vida, com eventos que são próprios do homem-espécie: nascimento, mortalidade, longevidade etc. (FOUCAULT, 2010).

Uma nova forma de lidar com os problemas políticos e sociais foi colocada pelo biopoder. A preocupação não estava mais centrada na punição exercida após a infração, mas, também, em uma mecânica do poder que pudesse elaborar métodos de prevenção e controle, assim como a probabilidade da ocorrência de determinados eventos. A produção do saber científico e a intervenção do Estado operavam nas virtualidades, no que os indivíduos

poderiam fazer. Esses dispositivos de normalização vêm estruturando o mundo ocidental desde a instauração do capitalismo industrial (FOUCAULT, 2010).

Esses novos problemas políticos demandavam saberes e técnicas voltadas para a regulamentação das massas. A estatística foi o instrumento fabricado para mensurar e quantificar a população, proporcionando a produção de conhecimento sobre determinado fenômeno. Através da demografia, o Estado pôde elaborar um saber voltado para a previsibilidade acerca da ocorrência de determinados eventos, a prevenção de acidentes, o controle e, quando possível, a eliminação dos riscos. Enfim, administrando as coletividades através da narrativa da valorização da vida (FOUCAULT, 2008, 2010).

Porém, como é possível que haja a morte e o assassinio de certas populações e subjetividades em que as tecnologias do poder são investidas no fazer viver? Foucault (2010) nos aponta que o poder de matar não parou de ser exercido pelo Estado, porém, passou a ser direcionado para determinadas vidas e populações. O filósofo não discorre apenas sobre o assassinio direto, mas, também, sobre o “fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente a morte política, a expulsão, rejeição, etc” (FOUCAULT, 2010, p. 216).

Foucault (2010) indica que, para que seja possível, dentro da economia do biopoder, o exercício de soberania, o direito de poder matar, o Estado é obrigado a utilizar o racismo, o Racismo de Estado. A função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possível a função assassina, direta ou indireta, do Estado nas sociedades modernas. A produção de defasagem de determinados grupos em relação a outros, dentro da população, promove diferentes modos de administração da vida e da morte, pautados na raça.

O construto biológico da raça é utilizado como instrumentação política, associando a determinados grupos a alcunha de representar um risco político e social para os modos de vida de uma sociedade. Coexiste, nas sociedades modernas, a mecânica do biopoder, investido na valorização da vida, com o velho direito da soberania, o direito de matar. A morte da raça ruim, o desaparecimento dos degenerados, dos anormais, dos indesejáveis, representa a segurança e a pureza da sociedade (FOUCAULT, 2010).

Foucault (2010) estrutura seu trabalho sobre o racismo centrando suas análises no contexto europeu, apontando o Estado nazista como um dos mais completos exemplos de como a generalização do biopoder fabrica, em torno da questão biológica da raça, a noção do inimigo político, organizando uma política de guerra contra seus adversários externos e sobre sua própria população.

Mbembe (2017) problematiza essas análises do surgimento do terror na era moderna focando no contexto europeu. Para o autor, a escravidão instaurada nas colônias foi uma das primeiras experimentações da biopolítica. A dominação colonial era um disciplinamento e um esquadrinhamento do território, justificados pela hierarquização das raças como estratégia de exercício do poder. De um lado, havia a metrópole, com sua civilização supostamente evoluída, centrada em valores democráticos e na valorização da vida. Do outro lado, uma zona sitiada administrada na mais absoluta barbárie, nos moldes de um Estado de exceção, subjugando uma população pela narrativa biológica.

O racismo, estruturado sobretudo nas colônias ocidentais, tem como função primordial o questionamento da humanidade do outro. O encontro dos colonizadores com os autóctones desencadeou uma série de discursos de diferenciação e segregação que operavam como táticas de dominação e sujeição. Os negros, para a civilização branca europeia, não constituíam um humano pleno: sequer saberiam afirmar se havia humanidade nessas pessoas. Eram seres primitivos e bestiais, que viviam em um estado de infância contínua que só poderia ser superada com a incorporação dos valores da raça evoluída, a branca (FANON, 2008).

O poder colonial especializava sua ocupação, dividindo os espaços em compartimentos, definindo limites e regulações internas, com a presença contínua e imediata de dispositivos de poder que promoviam a exclusão recíproca. Esse mundo cindido em dois era habitado por espécies diferentes, e a fragmentação territorial da colônia era pautada no pertencimento ou não a determinada raça. As áreas destinadas à raça inferior eram presididas pela mais absoluta violência e barbárie. Por não serem humanos, ou serem humanos incompletos, poderiam ser administrados com a constante implantação do terror (FANON, 2005).

A possibilidade de conciliação entre esses dois mundos era improvável, pois essas duas zonas eram opostas e não atendiam a uma unidade superior. Eram zonas habitadas por espécies diferentes, que não tinham nada em comum. A cidade do colono era uma cidade sólida, asfaltada, iluminada e protegida, enquanto a cidade do colonizado era uma “cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada” (FANON, 2005, p. 56), um território onde “nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa” (FANON, 2005, p. 55).

Para Mbembe (2017), nos contextos urbanos contemporâneos, há a atualização de uma disposição territorial fragmentada, pautada na invenção de uma humanidade inferior, de um objeto ameaçador que precisa ser segregado, combatido e exterminado. A fabricação de um inimigo, assim como na ocupação colonial, é fundamentada na produção de clichês,

estereótipos e caricaturas que reforçam a necessidade de total separação entre aqueles que nada têm em comum. Para o autor, na dinâmica das sociedades atuais, o resgate do sentimento de vida de uns depende da ruptura, do desaparecimento e da dizimação daquele outro, cuja ausência não será vivida como perda.

O filósofo camaronês aponta como, hoje, estão funcionando as práticas de subjugação da vida ao poder da morte. Para Mbembe (2017), há um entrelaçamento dos mecanismos da disciplina, da biopolítica e da necropolítica no governo das vidas contemporâneas. O necropoder é a expressão máxima da normalização da ideia de que só há a possibilidade do exercício do poder às custas da vida de alguém. A naturalização do terror, da produção de mortes em massa, está a serviço de uma economia de hostilidades, do ódio contra um inimigo ficcional, ou seja, da sociedade da inimizade (MBEMBE, 2017).

Foucault (2008, 2010), Mbembe (2017) e Fanon (2005) apontam como a relação entre território, população e raça foi/é primordial para regulamentar a distribuição de modos distintos de administração da vida e da morte, sobretudo nos contextos urbanos. A estruturação das urbes no Ocidente, geralmente, especializa as práticas de violência e barbárie, fabricando exclusões socioespaciais, expondo a sua própria população aos mais variados riscos de morte e/ou à própria aniquilação do corpo físico. Através do racismo, a função de soberania continua a operar nas cidades, orientando as práticas do planejamento urbano.

No Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, a figura do negro era associada à degeneração humana e à caricatura do ser inferior, necessitando de constante controle e vigilância. A natureza dos afro-brasileiros, portanto, sua herança genética, era propensa à violência e à vadiagem. Essa população apresentava, virtualmente, a probabilidade de causar distúrbios sociais e infrações, demandando saberes que pudessem antecipar, regulamentar e controlar essas vidas, evitando riscos ao ordenamento da cidade (COIMBRA, 2001).

Os espaços urbanos ocupados pelos negros, geralmente as favelas, mocambos e cortiços, no início do século passado, eram fabricados como localidades propícias aos vícios e à desordem. Existia a produção de uma relação entre território, população e raça, produzindo o discurso das classes perigosas que estavam assentadas em determinadas áreas pobres da cidade. O Estado fomentava dispositivos que objetivassem os moradores dessas comunidades, estigmatizando os modos de vida nesses territórios e impedindo a livre circulação dessas pessoas pela capital carioca (COIMBRA, 2001).

Em outra capital do Sudeste, Carolina Maria de Jesus (1960), em seu diário sobre as mazelas da vida dos moradores pobres na capital paulista, denunciava como a ocupação territorial da cidade de São Paulo, na década de 1950, era marcada pela exclusão social. A autora descreve: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 1960, p. 33). No quarto de despejo, a favela, era colocado tudo aquilo que a sociedade não queria, aquilo de que deveria, de algum modo, livrar-se sempre que necessário.

A analogia que a autora faz entre a organização das cidades e uma residência nos possibilita perceber como Jesus (1960) denunciava o local dos pobres, sobretudo negros, na disposição urbana paulistana de meados do século passado. Eram tratados como lixos, entulhos humanos, que poderiam ser despejados quando o poder público e os parceiros de ocasião despertassem o interesse especulativo no território que ocupavam, empurrando essa população para outra zona marginal da cidade.

A história do Brasil é repleta de episódios em que a relação entre território e racismo orientou modos específicos de intervenção do Estado, pautados na valorização e na defesa da vida de uns e na produção da morte, direta ou indireta, de outros. Essa cisão dentro da sociedade, a qualificação das raças como superiores e inferiores, foi respaldada pela produção de saberes e por técnicas fabricadas pela ciência moderna. Vale destacar que o estatuto do saber científico tem o poder de objetivação dos sujeitos, dividindo-os no seu interior e em relação aos outros. Por exemplo: o louco e os sãos, o doente e o sadio, os criminosos e os cidadãos de bem (COIMBRA, 2001; FOUCAULT, 2010)

No conflito em questão, os Arcos da Montanha, alvo de políticas de revitalização urbana, são ocupados, majoritariamente, por afro-baianos, desde o fim do século XIX. São trabalhadores negros que constituíram, nesse território, um tradicional espaço destinado ao ofício artesanal. A figura do especialista, que produz um saber que respalde a necessidade de intervenção nesse território, não é destituída de viés político, muito menos formula suas sentenças em uma suposta neutralidade.

A ação bélica do Estado e de seus parceiros de ocasião, investida contra uma parte da população soteropolitana, traduz modos de governo das vidas que estão alicerçados no terror, com a implementação de estratégias de poder que fabricam políticas de morte (MBEMBE, 2017). Foucault (2010) aponta que a ausência de conflitos entre nações e o estabelecimento das leis e da ordem não significam que estamos em paz absoluta, sustentando que política é uma guerra continuada por outros meios. Ainda segundo o filósofo francês,

[...] uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém. (FOUCAULT, 2010, p. 43).

O diagnóstico de um território como desvitalizado estigmatiza uma comunidade, atribuindo a esses indivíduos um estatuto de incompletude e inferioridade. A relação entre território, comunidade e cidade é ressignificada por esses documentos urbanísticos. Um novo olhar é vertido para essas pessoas, que passam a ter suas vidas atravessadas pelo atributo da desvitalização. Uma realidade é fabricada, produzindo uma sociedade cindida, segregada entre uma população que ocupa territórios plenos de vitalidade e outra, em que há uma dinâmica socioespacial defasada (MOURA *et al.*, 2006; FOUCAULT, 2010; SCISLESKI; HÜNING, 2016).

Apontar que um território ocupado por uma comunidade negra, no CHS, necessita de intervenções do poder público, com a finalidade de resgatar uma suposta vitalidade, tem como operador político a questão da raça. Há, em curso, a estruturação de uma hierarquização acerca dos modos de subjetivação presentes na capital baiana. Determinadas dinâmicas sociais são incompatíveis com a plenitude do conceito de vida sustentado pelo poder público. Portanto, para nossa pesquisa, os termos revitalização/desvitalização apresentam um atravessamento pautado no racismo.

No próximo tópico, abordaremos como está sendo fabricado o objeto indesejável, a comunidade a ser removida do centro histórico de Salvador. Que redes discursivas estão sendo produzidas com a finalidade de constituir os artífices como descartáveis e passíveis de despejo? Como está sendo fabricada a noção de que essa comunidade é incapaz de resgatar a vitalidade do território em que reside/trabalha há, aproximadamente, um século?

#### **4.2 A trama discursiva que justifica a revitalização urbana nos Arcos da Montanha**

No ato inicial, ainda em 2014, quando houve o suposto desencontro entre as instâncias do poder público em relação à autoria da notificação de despejo, foi desencadeada, pelo Iphan-BA e pela prefeitura, toda uma rede discursiva que desenhava a impossibilidade da permanência dos artífices na Ladeira da Conceição da Praia. A revitalização, inicialmente, era essencial para a manutenção das construções centenárias. Os especialistas alegavam que

Localizados na Ladeira da Conceição da Praia, os arcos têm relevância histórica, e chama a atenção seu precário estado de conservação, com destaque para o arruinamento acelerado do revestimento externo e interno, deficiência das instalações elétricas e hidrossanitárias, proliferação de fungos, infestação por insetos

xilófagos, trazendo por consequência insalubridade ao seu interior. Há também graves patologias no sistema estrutural de apoio aos pisos dos mezaninos. (OS ARCOS..., 2014)

Nesse trecho, extraído do *blog* oficial do Iphan-BA, havia uma preocupação com o estado precário das edificações e de suas instalações. Essa é uma tônica desse momento inicial do processo de revitalização, e a comunidade pouco aparece nos documentos pesquisados. Não existia um estudo, nem um planejamento para as pessoas que residem e trabalham nos arcos, como se nem ocupassem o local. Três dias, segundo a notificação, eram suficientes para que os artífices arrumassem seus pertences e deixassem as residências/oficinas no centro histórico (OS ARCOS..., 2014; OS FERREIROS..., 2014).

Nos territórios excluídos socioespacialmente das cidades, a falta de atributos e signos acerca das pessoas que moram nessas localidades contribui, também, para a produção do esquecimento e do desconhecimento dos modos de vida desses habitantes. Essas comunidades, geralmente, constituem um espaço vazio. Embora não possam ser apagadas completamente, podem ser ignoradas. O vazio não seria representado pelo espaço em si, mas pela falta de atribuição de sentidos, tornando-as imperceptíveis. Essa estratégia de ausência de atributos e/ou de visibilização negativa estará sempre presente no enredo do conflito em questão. Seja atribuindo signos inerentes à desvitalização e/ou ignorando seus modos de vida nos diagnósticos, essas duas táticas discursivas seguem fabricando a comunidade para a cidade (SCISLESKI; HÜNING, 2016).

No decorrer do processo de negociações entre o poder público e a comunidade, surgiu um novo entrave para o desfecho da revitalização: a burocracia. Segundo o superintendente do Iphan-BA, na ocasião:

Estamos aguardando esse acordo, porque os ocupantes tradicionais precisam sair provisoriamente e retornar depois, porque é impossível fazer essa obra por etapas. Isso tornaria o custo extremamente elevado, então precisamos fazer todos os serviços de cada tipo de uma só vez. (BORGES, 2014, não paginado).

Segundo as argumentações do superintendente, a continuidade dos trâmites burocráticos necessários dependia de um acordo entre as partes que viabilizasse a saída temporária de todos os artífices. A reforma só seria possível se as obras fossem feitas de uma única vez, pois necessitaria de um menor aporte financeiro. A alegação era a de que a União não aprovaria uma licitação prevendo custos mais elevados, havendo a opção de barateá-los. Porém, a prefeitura não apresentava nenhum plano alternativo, um local para o qual os artífices pudessem ser encaminhados durante a realização da reforma, nem dava garantias de

retorno ao término das intervenções. A comunidade, prontamente, recusou a proposta, e o impasse estava instalado (BORGES, 2014).

Nesse discurso do poder público, apresentava-se a estratégia de recorrer à legalidade para viabilizar a saída da comunidade. A burocracia era colocada como um obstáculo a ser superado, e a única solução seria recorrer à compreensão da comunidade, objetivando o convencimento das pessoas que seriam desalojadas, sem ter uma alternativa de realocação. A recusa da proposta pelos artífices era apontada, pelos representantes do poder público, como o entrave para a continuidade das reformas. Os moradores e trabalhadores dos Arcos da Montanha começavam a ser fabricados como inimigos da revitalização, do progresso urbano, da melhoria das suas condições de vida (MENDONÇA, 2015).

Sem resolutividade no impasse, as reformas não ocorreram no território, apesar de a DPE-BA mediar as negociações entre os artífices, o Iphan-BA e a prefeitura municipal do Salvador. Segundo a publicação na página oficial dos trabalhadores, no *Facebook*, as conversas foram encerradas depois que representantes do Iphan-BA se ausentaram do processo político e não compareceram mais às reuniões agendadas, em janeiro de 2015, aumentando o clima de insegurança nos Arcos (ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, 2015b).

Seguindo esse clima de insegurança, em maio de 2015, os artífices foram constrangidos com uma nova investida que pretendia a remoção total da comunidade, dessa vez por uma guarnição de policiais misteriosos, em um período chuvoso (O QUE..., 2015). Tipicamente, o mês de maio apresenta significativos índices pluviométricos que atingem toda a extensão da capital baiana. No ano de 2015, o volume de chuvas alcançou patamares históricos, registrando os maiores números dos últimos vinte anos. Em decorrência desse temporal, transtornos foram presenciados pela cidade, com a ocorrência de desabamentos de edificações, deslizamentos de terra, alagamentos das principais avenidas, cenários catastróficos em diferentes pontos da cidade (CHUVA..., 2015; ACM NETO..., 2015; SALVADOR JÁ..., 2015).

A disposição geográfica de Salvador contribui para que esses transtornos aconteçam, bem como a negligência do poder público. Quando ainda era residente da capital baiana, recordo-me de que, quando começava o período de maior intensidade das chuvas, a população ficava em sinal amarelo, atenta para a possibilidade de transtornos diversos. Não era incomum amanhecer com notícias de que grandes avenidas estavam intransitáveis, com imagens de pessoas nadando pela água suja em busca de um abrigo, com deslizamentos de terra em alguma localidade, com sobreviventes ou não. Todo esse cenário catastrófico tinha



desdobramentos diretos no nosso cotidiano: colégios e universidades suspendiam aulas, órgãos públicos decretavam ponto facultativo e várias áreas dos comércios tiravam o dia para limpar os estabelecimentos e contabilizar os prejuízos (DESLIZAMENTOS..., 2018).

No período chuvoso de 2015, cerca de vinte pessoas morreram, tragicamente, em diferentes zonas da cidade, em decorrência de deslizamentos de terra em encostas e de desabamentos de moradias em áreas de risco. Um desses óbitos ocorreu no centro histórico, após uma parede desabar no quarto de uma vítima, na Ladeira da Preguiça (SALVADOR JÁ..., 2015). Esse cenário de caos impulsionou a prefeitura a tomar medidas emergenciais e paliativas para proporcionar mais segurança às pessoas, alegavam. No perímetro tombado pela Unesco, a Sucom, com a permissão do Iphan-BA, demoliu cerca de trinta imóveis ameaçados de desabamento (SALVADOR, 2015). A Defesa Civil de Salvador (Codesal) apontava

[...] que todos os imóveis já haviam sido condenados pela Codesal há anos. Após os incidentes que ocorreram na região, e as fortes chuvas, os danos estruturais se tornaram ainda maiores, sendo necessária à [*sic*] imediata demolição para evitar acidentes e garantir a segurança da população. A Sucom ressalta que a demolição é sempre a última ação a ser feita, porque, além de dispendiosas aos cofres municipais, elas só são realizadas quando os imóveis e as estruturas correm risco de desabar. (SALVADOR, 2015, não paginado).

O cenário habitual do centro histórico foi alterado, temporariamente, com a chegada de retroscavadeiras e caminhões utilizados na demolição dessas edificações seculares. A preocupação com a vida das pessoas passou a ocupar o centro dos debates, e a pauta da proteção das comunidades passou a nortear as ações. Esse discurso do medo também balizou algumas intervenções na Ladeira da Conceição da Praia, com quatro imóveis demolidos na localidade. Vale destacar que, na abordagem realizada pela misteriosa guarnição da Polícia Militar nos Arcos da Montanha, a alegação do suposto major foi a de que as construções seriam demolidas por conta dos riscos agravados, após as intensas chuvas. Portanto, essa remoção visava, segundo o misterioso militar, à proteção dos artífices (PREFEITURA..., 2015; LADEIRA..., 2015; O QUE..., 2015; CARVALHO, 2015).

Operacionalizar o discurso que pretende proporcionar a segurança de uma população que está ameaçada de protagonizar uma tragédia, em período chuvoso, tem um impacto significativo em Salvador. Os soteropolitanos estão habituados a testemunhar, em décadas diferentes, desastres por conta da precária infraestrutura da cidade, bem como pessoas com baixo poder aquisitivo serem forçadas a ocupar espaços de risco, em decorrência do restrito acesso à moradia na capital baiana (DESLIZAMENTOS..., 2018; MARICATO, 2003).

Silva (2017) aponta que a utilização do discurso de segurança e proteção, como justificativa para a remoção urbana, tem sido uma estratégia política frequente, em diferentes capitais do país, inclusive com respaldo de especialistas e instituições, a exemplo das Secretarias Municipais de Defesa Civil, que produzem saberes e técnicas de intervenção para lidar com o problema. A gestão do risco e a prevenção de acidentes constituem modos de administração e regulamentação das vidas nos territórios ocupados, majoritariamente, por uma população de baixa renda.

Sob a égide do discurso da proteção, são impetradas, também, estratégias de dominação e controle. As análises realizadas com o objetivo de compreender os eventuais desdobramentos que as intempéries naturais poderiam ocasionar, em uma determinada comunidade, fazem parte dos mecanismos de segurança utilizados para o controle das populações, possibilitando a intervenção nos fenômenos coletivos. Há a produção de um contexto específico (as áreas de risco), de uma problemática específica (os riscos de desabamento) e, por fim, de todo um conjunto de práticas e saberes destinados a controlar esse novo contexto (FOUCAULT, 2008; SILVA, 2017).

A ocorrência das chuvas intensifica essa estratégia política, inserindo a narrativa dos fenômenos naturais como causas dessas tragédias. No Brasil, nos discursos relacionados à gestão dos riscos, é comum o aparecimento de interpretações que culpabilizam as condições climáticas pelas calamidades. Silva (2017) problematiza como a própria legislação brasileira aponta, de modo contundente, as intempéries ambientais como as principais responsáveis pelas catástrofes, e, conseqüentemente, as ações das defesas civis do país orientam seus saberes e intervenções por esse viés. Por outro lado, dá-se um peso menor às condições socioeconômicas que forçam essas pessoas a ocupar e permanecer nessas áreas.

Vale destacar que a ocupação desses territórios de risco é a solução encontrada pela população, que não tem possibilidade de ter o acesso formal à habitação. Ocupam áreas ambientalmente frágeis: encostas, grotas, manguezais, palafitas suspensas em marés, assim como terras e/ou imóveis abandonados, como casarões e prédios antigos em estado de degradação. Vivem em situação de segregação territorial, não por uma necessidade de confrontação ou por desapego à lei, mas pela necessidade de ter uma residência, mesmo exposta às mais variadas adversidades (MARICATO, 2003).

Outro aspecto que Silva (2017) problematiza é a culpabilização das pessoas, que são colocadas pelos discursos como as principais responsáveis pelos eventuais sinistros que as atingem. O fato de resistirem a sair de determinado território que está dentro dos critérios de

alto risco aparece mediante uma narrativa desqualificante, proporcionando a execução de ações arbitrárias. Essas técnicas do poder também aparecem no nosso campo de pesquisa.

Em coletiva realizada na tarde desta segunda-feira (11), no Palácio Thomé de Souza, centro de Salvador, o prefeito ACM Neto afirmou que entrará na Justiça contra os moradores que se recusarem a sair das áreas consideradas de alto risco pela Defesa Civil. No último domingo (10), um deslizamento de terra ocorrido durante forte chuva deixou quatro pessoas mortas na Cidade Baixa. Em abril, outros dois deslizamentos deixaram 15 mortos na capital baiana. (ACM NETO..., 2015).

O discurso amplificado pelo veículo de comunicação local, vinculado à família do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto, era de que o gestor, visando à proteção das famílias que ainda estavam sob ameaça de morte, pretendia acionar o judiciário, buscando uma maior celeridade. Essa medida seria destinada àquelas pessoas que não queriam sair de suas casas, e que estavam, segundo os discursos, colocando as suas vidas em risco (ACM NETO..., 2015).

Contudo, esse cenário não representava, necessariamente, uma novidade para a gestão pública municipal. O centro histórico de Salvador, desde a década de 1970, vem passando por seguidos estudos da Codesal que têm o intuito de mapear os casarões e sobrados em situação de risco. Em média, a cada década, esse estudo é atualizado pela prefeitura, identificando as edificações ameaçadas de desabamento. No último relatório técnico, divulgado em 2018, realizado por vistorias da defesa civil através do Projeto Casarões, cerca de 45% das 639 edificações foram enquadrados em alguma categoria de risco. Portanto, o fenômeno dos desabamentos de edificações antigas está há anos na lista de acontecimentos prováveis, bem como já tem toda uma rede de especialistas debruçados sobre o problema (SALVADOR, 2009, 2019).

No ano de 2015, porém, a situação de degradação dos casarões tornou-se inaceitável. A queda de paredes e a consequente vitimização de moradores do centro histórico impôs uma situação de calamidade, exigindo ações do poder público. Foucault (2008) aponta que as intervenções do Estado passaram a ser formuladas pelo cálculo de custo. Quanto custa reformar um casarão? Quanto custa preservar uma edificação antiga? Em vista dessas virtuais despesas, os mecanismos de segurança são produzidos de modo a fixar limites que sejam, economicamente e socialmente, aceitáveis dentro de uma média que não se deve avançar, permitindo um funcionamento social estável. Porém, quando uma tragédia ocorre nessas localidades, rompendo o limite do tolerável, essas comunidades passam a ser lembradas. Essa inserção no círculo de visibilidade da cidade tem, como consequência, a fomentação de

estratégias e de tecnologias de poder que resultam em medidas de expulsão e na impossibilidade de permanência no território, dessa vez pelo discurso da valorização da vida.

Os moradores e militantes sociais confrontavam esse argumento de segurança, apontando que ele configurava mais uma estratégia de limpeza étnica. Acusavam a gestão pública de operacionalizar o discurso do medo para poder viabilizar uma gentrificação urbana, aproveitando-se de um momento trágico para concretizar remoções urbanas. Os artífices dos Arcos da Montanha também são alvo dessa estratégia, pois, na Ladeira da Conceição da Praia, foram realizadas intervenções sob a justificativa da segurança: o acesso à ladeira foi interditado, e houve demolições de edificações, expulsões de artífices e ameaça de novas remoções (ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, 2015a). Uma das artífices deu o seguinte depoimento, em um vídeo produzido por um ativista político:

O que eles tão dizendo é que tão<sup>3</sup> querendo remover a gente aqui dos arco, por conta de, no caso, desabamento. Não! Porque se fosse o caso de desabar, há um ano atrás, no caso, já tinha desabado. E o que, o que sustenta a Montanha somos os arcos, aqui. E assim, se os arcos tivessem tão pecuário, quer dizer, não era permitido passar caminhões e caminhões, ôndibus em excesso. Né isso? (informação verbal)<sup>4</sup> (O QUE..., 2015)

A trabalhadora referia-se ao intenso fluxo de trânsito na Ladeira da Montanha, que é uma das ligações mais utilizadas entre a cidade baixa e a cidade alta. Apontava que o argumento de demolição dos arcos tem questões a serem problematizadas, pois, se houvesse o risco iminente de desabamento, uma das intervenções a serem efetuadas seria a interdição da circulação nessa ladeira. Mas essa possibilidade não foi sequer apresentada para a cidade, salvo quando houve a interrupção da circulação de carros e ônibus, na época específica de demolição de casarões na ladeira, retomada ao fim do trabalho (O QUE..., 2015).

Passado o período das chuvas, restaram as ruínas e o pó dos casarões que foram demolidos pela prefeitura. Essa estratégia de proporcionar a segurança, objetivando evitar uma tragédia através da remoção dos artífices, perdeu a força e a potência. Contudo, no fim do ano de 2016, em uma cerimônia realizada na Associação Comercial da Bahia (ACB), no bairro do Comércio, cidade baixa de Salvador, o prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto lançou o projeto Revitalizar, com o discurso de dinamização social do centro histórico através de incentivos fiscais e da redução de tributos para os proprietários (SALVADOR, 2016a). Segundo o prefeito:

<sup>3</sup> A transcrição segue a fala original da entrevistada.

<sup>4</sup> Fala da artífice Simone Venâncio em vídeo disponibilizado em 27 de maio de 2015.

O nosso objetivo fundamental é garantir, através desse pacote de incentivos tributários e de redução de impostos, de que esses imóveis possam ser revitalizados e, acima de tudo, tenham uma destinação para moradia ou para o setor econômico, através de comércio e serviços. O grande lance do Centro Antigo de Salvador é garantir a sua ocupação. (SALVADOR, 2016a, não paginado).

No discurso de apresentação do Revitalizar para a sociedade soteropolitana, Antônio Carlos Magalhães Neto começou a estruturar os moldes dessa nova investida do poder público para todo o polígono do Centro Antigo de Salvador. O prefeito apontou que uma das principais preocupações reside no vazio ocupacional do território, identificado pela sua gestão, propondo reverter esse quadro através de dispositivos que atraiam pessoas e/ou empresas que tenham capital necessário para trazer uma nova vitalidade à zona central da capital baiana (SALVADOR, 2016a).

Segundo o secretário que estava à frente da pasta de Desenvolvimento, Trabalho e Emprego, à época, Bernardo Araújo: “O Centro Histórico é um desafio para todas as cidades do mundo, porque eles se degradam e têm elevados custos de restauração. A prefeitura entendeu que precisava de um instrumento para estimular a conservação” (CORDEIRO, 2016, não paginado). O programa Revitalizar, por isso, convida investidores privados a verterem recursos próprios, tendo, como contrapartida, o abrandamento dos custos burocráticos de um imóvel na região. Segundo a diretora de desenvolvimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur), Mila Paes, a prefeitura não teria condições de arcar com as reformas, necessitando de um aporte externo (LIMA; LOPES, 2017). Além disso, refere-se às edificações-alvo do projeto com o seguinte enunciado: “Eles representam algum risco à cidade” (LIMA; LOPES, 2017, não paginado).

Segundo o posicionamento oficial da prefeitura de Salvador, faz-se necessária a parceria público-privada (PPP) para a conservação, manutenção e resgate da vitalidade do centro antigo de Salvador, através da dinamização do comércio e da ocupação das construções históricas. O Revitalizar engloba soluções para esses problemas, além de proporcionar a prevenção de futuras tragédias. O discurso de defesa da vida, a instauração de um ordenamento urbano que produza vitalidade e a gestão menos dispendiosa são, novamente, resgatados pelo programa (FOUCAULT, 2008, 2010).

Além disso, há a afinação com os discursos neoliberais na gestão pública, que afirmam defender estratégias eficientes e mais racionais na distribuição dos recursos do Estado, lideradas por prefeitos que se espelham, cada vez mais, na dinâmica empresarial. Ou seja, os neoplanejadores urbanos concebem e instauram a urbe como um agente econômico, e as

idades deixam de ser apenas objetos passivos e passam a assumir a forma de um sujeito ativo. Inseridos no mercado, demandam um saber vinculado à lógica do planejamento estratégico, transpondo as regras e moldes da administração do setor privado para o território da administração estatal (VAINER, 2000).

A prefeitura de Salvador, portanto, passa a estruturar a sua rede discursiva nessas limitações orçamentárias e na conseqüente necessidade de parcerias. Segundo secretários da prefeitura, apesar da abrangência do projeto, não há como esperar a resolução de todos os problemas do centro antigo através desse dispositivo:

É parte de um conjunto de ações que temos para Salvador. Eu encaro a atração de turistas como uma consequência, se tivermos centro vivo, com pessoas morando e atividades empresariais, a gente teria naturalmente a presença de turistas. Teria que ser habitável para moradores e comerciantes. (ALMIRANTE, 2017, não paginado).

No discurso proferido pelo então secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, Guilherme Bellintani, aparece o termo “centro vivo”, definindo que isso seria possível com a ocupação habitacional e com atividades empresariais. Novamente, a questão da vida aparece nessa nova investida do poder público, porém: Qual conceito de vida é requerido pelo poder público? Por que a dinâmica socioespacial atual é compreendida como desvitalizada? A quem interessa uma nova vida no território?

A maioria da população que reside no Centro Antigo de Salvador é composta, vale lembrar, de pessoas negras que estruturaram seus modos de vida nesse território, após a perda de interesse econômico na região. Ocupam construções seculares que foram abandonadas pelo poder público e conseguiram, com todas as adversidades, instituir uma dinâmica socioespacial na região. Essas investidas do poder público, de revitalização do Centro Antigo, objetivam priorizar os diagnósticos, negligenciando esses modos de vida instituídos (SANT'ANNA, 2003; ZANIRATO, 2007; MOURAD, 2011).

Segundo Scisleski e Hüning (2016), discursos oficiais geralmente iluminam determinadas comunidades, apontando atributos que desqualificam seus modos de vida, deixando no escuro a vida dos trabalhadores, suas histórias de convívio e cuidado mútuo. Silva (2018) defende que o esquecimento se tornou uma estratégia política, constituindo jogos de poder e produzindo relações de descarte com a vida. Por meio da fabricação de verdades sobre determinados grupos populacionais, são produzidos modos específicos de governo das vidas, através do apagamento das subjetividades presentes em determinados territórios.

Essa política do esquecimento, por outro lado, permite que determinados modos de vida possam imprimir uma dinâmica específica em um território. Foi através da negligência

com a comunidade, da falta de interesse habitacional e de preservação do patrimônio histórico que famílias de baixa renda puderam ocupar casarões antigos no centro antigo de Salvador, conseguindo estruturar singulares formas de habitar o território. Ou seja, há uma potência no esquecimento, há produção de vitalidade em zonas de sombras urbanas (SILVA, 2018).

Por essa razão, ativistas políticos que organizam as estratégias de resistência comunitária no território problematizaram os enunciados que apontam a zona central como dotada de uma vida inferior, denunciando-os como mais uma ferramenta de limpeza étnica e social da região (ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, 2015a; LIMA; LOPES, 2017). Segundo a coordenadora do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), Maura Cristina:

Revitalizar é trazer vida ao que não está vivo, mas o centro antigo tem vida. Tem gente que mora no local há 60 anos, que nasceu no local. O projeto fala de imóvel abandonado, mas não fala em que tipo de imóvel deteriorado, em quais condições de uso. Isso não está claro. As pessoas ficam inseguras porque as experiências anteriores foram da mesma forma. (ALMIRANTE, 2017, não paginado).

O Projeto Revitalizar tem um público-alvo definido, exposto no decorrer do documento oficial: os proprietários dos casarões ou futuros compradores. Atualmente, segundo o posicionamento do integrante do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), Manoel Nascimento, a maioria dos habitantes da região central do Salvador é composta de inquilinos e/ou pessoas que se estabeleceram em edificações abandonadas. Por esse perfil de população, o projeto exclui uma parcela considerável dos atuais residentes da região (LIMA; LOPES, 2017).

No caso dos artífices da Ladeira da Conceição da Praia, ainda segundo o ativista, o projeto proporciona outras questões, agravando o cenário. A proposta da prefeitura reside na ocupação, estimulando a implementação de atividades culturais, de economia criativa, de educação, pesquisa e desenvolvimento, de lazer e entretenimento. Os trabalhadores dos arcos são representantes de um ofício artesanal, não se enquadrando nos critérios exigidos pela gestão municipal. Além disso, a maioria não é proprietária legal das edificações, não podendo ser beneficiada com o Revitalizar (LIMA; LOPES, 2017).

No cartaz abaixo, produzido pelos diversos movimentos sociais que se intitulam Articulação do Centro Antigo, há o posicionamento desses grupos políticos e o convite para a sessão de aprovação do projeto, na Câmara Municipal de Salvador. Essa votação entrou na agenda do legislativo municipal após o desabamento de um casarão na região do centro antigo, no bairro da Soledade. Novamente, houve a vitimização de moradores nessa tragédia, justificando a celeridade da pauta dos vereadores. O discurso da proteção e da segurança entra, novamente, na pauta dos mecanismos de poder, agora com

o respaldo do legislativo municipal (ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA, 2017; SOTERO, 2017; PITTA, 2017).

**Figura 5 – Cartaz produzido pela Articulação Centro Antigo.**



Fonte: Artífices da Ladeira da Conceição da Praia (2017)

O Revitalizar foi aprovado pelos vereadores de Salvador e, desde então, vem sendo utilizado como um instrumento de gentrificação urbana no território. Hotéis de luxo, a exemplo do Fera Palace e do Fasano Hotel Salvador, que têm diárias entre R\$ 400,00 e R\$ 3.700,00, foram contemplados com isenções fiscais do programa. Na Rua Chile, nas proximidades da Praça Castro Alves, apenas um investidor adquiriu cerca de 120 imóveis e, também, foi beneficiado com os dispositivos do quarto eixo do programa Salvador 360. Além disso, essa tradicional rua do centro antigo de Salvador passou, recentemente, por obras de requalificação urbana realizadas pelo governo do estado da Bahia, orçadas em R\$ 5 milhões. Grupos de investidores aguardam que essas parcerias entre o poder público e o capital privado impulsionem uma nova dinamização no território e viabilizem a abertura de restaurantes, lojas, galerias de arte, farmácias, entre outros equipamentos urbanos (ROCHA; CASTRO, 2019).

Entre essas propostas, está a revitalização urbana dos Arcos da Montanha, bem como toda uma lógica de gradativa remoção de outras comunidades afro-baianas do Centro Antigo de Salvador. Um novo tipo de vida vem sendo atraído para esse território, nos moldes de uma vitalidade plena, seguindo os critérios de dinamização socioespacial propostos pelo poder público e por seus parceiros do setor privado. A população negra que produz, há décadas, modos de ser e de habitar nesse espaço tende a perder as condições de permanência na região, seja por não ter a posse da escritura dos



imóveis e/ou por não ter condições de arcar com as reformas e a manutenção das construções antigas (ROCHA; CASTRO, 2019).

Por fim, esse instrumento urbanístico vem sendo implantado como mais uma das estratégias de limpeza étnico-social dos Arcos da Montanha. Novamente, os artífices são alvos de ações do poder público que os enquadram em critérios que estruturam seus modos de ser como desvitalizados. Essa investida contra a população afro-baiana utiliza o conceito de vida como decisivo para a implementação de práticas de gentrificação urbana, para justificar a inviabilidade da permanência dessa comunidade no território. O racismo e a consequente produção de uma vida inferior conduzem as práticas de um planejamento urbano fragmentado, cindindo nossas cidades através da estruturação de zonas habitadas por pessoas que devem ser protegidas e governadas dentro da legalidade, bem como de outras zonas que são descartáveis e despejáveis, expostas, permanentemente, às condições de terror.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar é, sem dúvidas, uma aventura. Por isso, é tão difícil encerrar. Porém, precisamos concluir o trabalho, apesar do nosso desejo de prosseguir. Fizemos um percurso que tinha como objetivo problematizar os discursos e práticas de revitalização urbana no Centro Histórico de Salvador, mais especificamente, nos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia. Território de ocupação de uma comunidade negra, que trabalha com o ofício artesanal há cerca de um século e que, atualmente, vive em constante ameaça de despejo capitaneada pelo poder público.

Produzimos análises pautadas nos modos de objetivação, subjetivação e governo das vidas e dos territórios urbanos. A questão da raça foi fundamental para compreendermos: a) como foi/é possível que intervenções arbitrárias, em algumas ocasiões ilegais, fossem/sejam realizadas contra os artífices, com o intuito de despejá-los das suas residências e/ou oficinas; b) como os discursos foram fabricados com o intuito de tornar essa população indesejável no Centro Histórico de Salvador, justificando uma eventual remoção urbana.

No primeiro capítulo, discutimos a aproximação do pesquisador, graduado em Psicologia, com os problemas vinculados à produção das cidades e suas relações com os modos de subjetivação/objetivação. Um caminho repleto de percalços, inquietudes e coragem, já que o percurso histórico e político dessa disciplina privilegia produções científicas e métodos de intervenção centrados no indivíduo, investigando as causas e buscando soluções dentro do sujeito. As relações de poder dentro da disciplina, as disputas e o contexto histórico contribuíram para a legitimação de determinados saberes no campo da Psicologia, enquanto outros foram sendo desqualificados, ocupando um espaço marginalizado, a exemplo das relações entre território e subjetividade.

As questões pertinentes ao planejamento urbano, à administração das cidades e aos interesses envolvidos nessas práticas de governo foram apropriadas e legitimadas em outros campos do saber científico, como o urbanismo. A Psicologia teve uma tímida aproximação com esses temas, sobretudo porque a constituição da disciplina, no Brasil, ocorreu durante o período militar. Nos anos de chumbo, os profissionais da área estavam mais interessados em temas relacionados à vida privada do sujeito, ao fortalecimento do núcleo familiar e aos modos particulares que os indivíduos engendravam para conquistar o sucesso financeiro e profissional. Os debates sobre pautas sociais e constituição das cidades, bem como sobre a correlação entre território e subjetividade, foram pouco pesquisados pelos psicólogos.

Essa opção político-científica configurou determinados temas como de interesse genuíno e legítimo para os psicólogos. Abordamos como essa constituição pouco tem vinculação com um respeito a uma suposta essência da Psicologia. São práticas determinadas pelas condições sociais, culturais e políticas, não devendo, por isso, serem naturalizadas como a única maneira de produzir conhecimento na disciplina.

Percebemos uma alteração, nesse cenário, com a ocorrência de megaeventos no país, notadamente a Copa do Mundo e as Olimpíadas. As exigências de uma estruturação urbana para receber esses eventos esportivos visibilizaram uma série de problemas concernentes ao planejamento das cidades brasileiras, sobretudo dos grandes centros. A partir de 2010, começaram a aparecer mais publicações da Psicologia sobre o tema, sobretudo no campo da Psicologia Social, demandando a estruturação de novos espaços de debate e discussões para essas questões que interpelavam a disciplina. Uma situação, porém, ainda incipiente.

Entretanto, pessoalmente, ainda sinto desconforto em compor alguns debates acerca das questões de território, fora dos poucos eventos da Psicologia que abrem espaço para essa discussão. Socialmente, essa aproximação ainda não parece ser bem estabelecida. Colegas de outras áreas, militantes de movimentos sociais urbanos, pessoas vinculadas ao poder público, parecem não compreender como uma disciplina que privilegia o indivíduo e suas supostas questões internas pode contribuir com debates acerca dos modos de administração das cidades. Pode ser uma impressão, como pode ser mais um desdobramento dessa constituição histórica, cultural e política da disciplina. Fica a questão em aberto.

O primeiro capítulo, também, foi destinado à discussão metodológica e às ferramentas escolhidas para a produção das nossas análises. A busca documental foi utilizada como o principal alicerce do nosso trabalho. Além disso, operamos com o recurso do uso da memória e as relações com a produção das cidades. Nossa pesquisa não teve um recorte temporal, porque, apesar de focarmos no projeto de revitalização dos Arcos da Montanha, investigamos outras intervenções urbanas ocorridas no CHS que nos auxiliaram na compreensão dos conflitos e disputas que ocorrem na zona central da capital baiana. Para analisar nossos materiais empregados, a arqueogenealogia proposta por Michel Foucault permitiu-nos a problematização dos discursos e das práticas sociais, bem como a desnaturalização das verdades, objetos e práticas de objetivação/subjetivação presentes no conflito em estudo.

No segundo capítulo, discutimos que noção de revitalização está sendo produzida referente aos Arcos da Ladeira da Conceição. Nossos materiais de análise nos indicavam que seria necessário ampliar a busca por materiais, pois a luta pela permanência dos artífices não é um caso isolado no território, apesar de ter suas singularidades. Contudo, os impactos de

intervenções urbanísticas, nas imediações dos Arcos, repercutem nos modos de vida dessa comunidade.

Portanto, apresentamos, inicialmente, um panorama do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Essa intervenção, implementada pelo governo do estado, com início na década de 1990, estruturou toda uma política da indústria do turismo e foi o primeiro projeto de revitalização a ser executado por uma Secretaria de Cultura no Brasil. Houve uma associação entre as políticas urbanas e a gestão simbólica do lugar, bem como a exploração das raízes afrodescendentes de Salvador, projetando o CHS como o templo da baianidade.

Salvador passou a ocupar, no imaginário nacional, um significativo espaço de valorização da cultura afrodescendente no país, possuindo, nas suas credenciais, o fato de ser considerada a cidade mais negra do país. As indústrias do turismo e da cultura exploraram a relação entre cidade e raça, capitalizando a imagem de uma urbe imersa na cultura afro-brasileira, com um povo criativo e eternamente festivo. Foram formuladas políticas de atração de visitantes nacionais e estrangeiros, ávidos por uma experiência singular de contato com as raízes do Brasil colonial e, ao mesmo tempo, pelo consumo de toda a simbologia de uma negritude genuína. O negro-produto, portanto, ocupou o lugar de figura essencial no projeto de cidade-mercadoria que vendia a capital baiana no mercado competitivo do turismo.

Complementando essa primeira parte, apontamos o processo de gentrificação do Pelourinho, com a expulsão da população negra e pobre que ocupava os antigos casarões e sobrados no período de esvaziamento do sítio histórico. O perfil mercadológico implementado no território excluía esse contingente populacional, configurando os moldes propostos pela política de revitalização do governo do estado. A solução, à época, foi a remoção completa desses moradores que não se enquadravam no novo perfil de negritude que estava sendo elaborado, abrindo espaço para um *shopping center* a céu aberto no coração da cidade.

No decorrer do capítulo, abordamos as noções de revitalização urbana presentes no conflito que está em andamento no território ocupado pelos artífices, na Ladeira da Conceição da Praia. Problematizamos, com base nos trabalhos de Frantz Fanon e Achille Mbembe, como a questão da raça opera nas políticas de produção de exclusão socioespacial, balizando práticas de governo das vidas e dos territórios urbanos que são pautadas por ações arbitrárias e, em alguns momentos, ilegais. Modos de administração das vidas que ocupam esse território tornaram possível o envio de uma notificação de despejo, dando 72 horas para que os trabalhadores procurassem outro lugar para continuar seus ofícios e/ou residir.

Ainda analisando as intervenções arbitrárias no território, foram abertas negociações entre o poder público e os trabalhadores, somente após protestos e questionamentos dos

movimentos sociais que lutam pela permanência no Centro Histórico da cidade. Por meio da resistência organizada pela comunidade, em parceria com outras frentes de militância, foi possível promover debates, mediados pela DPE-BA, acerca dos destinos projetados para o território. Porém, o diálogo foi inviabilizado por falta de interesse político do Iphan-BA.

A ilegalidade também deu contornos aos modos de intervenção no território, objetivando a remoção completa da comunidade. Em 2015, uma guarnição da Polícia Militar, sem identificação, foi enviada para promover o despejo dos artífices, em um período chuvoso na capital baiana, empunhando armas, amedrontando e ameaçando os moradores. Esse episódio intensificou o cenário de insegurança na Ladeira da Conceição da Praia.

No ano de 2016, houve o lançamento do projeto Revitalizar, que tem como objetivo beneficiar proprietários de imóveis no Centro Antigo da cidade, além de prometer a dinamização econômica da região, sem levar em conta os modos de vida presentes atualmente. Essas práticas nos apontam que a noção de revitalização proposta pelo poder público também impacta os artífices dos Arcos da Montanha, desqualificando as relações entre comunidade e território, bem como estruturando estratégias de intervenção que tornem a permanência dessa população cada vez mais inviável na Ladeira da Conceição da Praia.

No terceiro capítulo, analisamos como essas práticas de administração das vidas na cidade do Salvador foram/são possíveis. Como está sendo fabricada uma rede discursiva com o objetivo de inviabilizar a permanência dos artífices no centro histórico da capital baiana? Nossas análises apontam que, em um processo de remoção urbana, é necessário que, antes da expulsão propriamente dita, sejam produzidas as condições históricas e políticas que inviabilizem a continuidade da comunidade no território. A cidade precisa vivenciar com naturalidade o eventual rompimento desses vínculos. No caso da nossa pesquisa, deve estar consolidada a noção de incapacidade daquela população para manter a vitalidade do território, restando somente o seu despejo.

Continuamos trabalhando com a questão da raça, auxiliados por Fanon e Mbembe, acrescentando as contribuições conceituais referentes à biopolítica proposta por Michel Foucault. Iniciamos o capítulo apontando como o racismo aparece como operador político e estratégico na produção das cidades fragmentadas, assim como na fabricação de zonas urbanas habitadas por uma população inferior e passível de políticas de terror. Abordamos, também, alguns momentos históricos, no Brasil, em que o construto biológico da raça capitaneou uma série de políticas de segregação socioespacial e de estigmatização de comunidades negras, com o discurso de defesa da sociedade.

No decorrer do capítulo, focamos na problematização dos discursos de pessoas ligadas ao poder público. Analisando os documentos pesquisados, percebemos que o diagnóstico da desvitalização do território desqualificava a comunidade que ocupa os Arcos da Montanha. Essas sentenças respaldadas por especialistas ressignificavam a relação entre a comunidade e a cidade: essa população passava a ser dotada de uma vida inferior, incapaz de produzir uma vitalidade desejável no local. Por outro lado, apareciam como justificativa para o projeto de revitalização as precárias condições estruturais das oficinas/residências, sem mencionar os modos de vida presentes no território, tampouco os impactos socioculturais resultantes de uma possível reforma, havendo, portanto, a produção de visibilidade negativa e/ou de uma invisibilidade da comunidade.

Outro aspecto que discutimos, nesse capítulo, relaciona-se ao uso das tragédias como instrumento de remoção da população negra do centro histórico de Salvador. A ocorrência de fortes chuvas resultou no desabamento de edificações históricas que estavam em estado precário de conservação, vitimando pessoas dentro do sítio histórico. Esse episódio foi utilizado como justificativa para a demolição de casarões e sobrados condenados pela Defesa Civil, balizada pelo discurso da defesa da vida.

Problematizamos como essas vidas eram esquecidas e depreciadas no centro histórico, em condições de normalidade. Contudo, em decorrência das fatalidades, passaram a ser alvo de políticas de segurança e proteção à vida. Acreditamos que essas medidas foram pautadas em um oportunismo da administração pública, que, aproveitando-se da mobilização da cidade diante das mortes, executou soluções imediatas e paliativas. Sob essa justificativa, a prefeitura iniciou todo um conjunto de demolições e expulsões da população negra no território. Na Ladeira da Conceição da Praia, os artífices também passaram a ser impactados por essa rede discursiva e foram convocados a sair de suas casas e/ou oficinas, para ficar em segurança.

Na parte final do capítulo, analisamos os discursos que são sustentados na necessidade de implantação do Projeto Revitalizar. A dinamização econômica e a ocupação do território aparecem como o principal vetor de implementação do projeto. Em outras palavras, a vida precisaria ser resgatada no Centro Antigo de Salvador. Porém, a estratégia da prefeitura era realizar uma parceria com proprietários dos imóveis, dando, como contrapartida, benefícios fiscais e redução de impostos. No entanto, a maioria da população que reside no território são locatários ou ocuparam algum imóvel abandonado. Por isso, o Revitalizar não incide sobre boa parte dos moradores da região. No caso dos artífices, esse cenário não é diferente, pois não possuem o título de posse das residências/oficinas. Esse contexto aponta para uma

gradativa expulsão da população negra e pobre, através de um instrumento legal, e para a chegada de novos modos de ser e habitar no território.

Por fim, nossa pesquisa não tem a pretensão de encerrar as questões sobre o tema, tampouco proferir sentenças definitivas sobre os instrumentos de revitalização urbana sustentados pelo poder público. No decorrer do trabalho, percebemos que há uma relação entre planejamento urbano e modos de subjetivação/objetivação em torno do uso da negritude soteropolitana na constituição do processo de urbanização no CHS.

Na primeira proposta, as políticas de revitalização do CHS foram pautadas por discursos de resgate das raízes históricas e culturais de uma Bahia tradicional, fundamentada na africanização da imagem do baiano autêntico. As reformas dos casarões e sobrados e a reabilitação da infraestrutura do sítio histórico foram vinculadas à estratégia de objetivação da população afro-baiana a serviço da indústria do turismo. Foi constituída uma negritude estereotipada, embasada em um conceito de continente africano simplificado e homogêneo, que passou a contar uma história única do Pelourinho e da adjacência: um local de enaltecimento e respeito a essa negritude soteropolitana, um verdadeiro templo da baianidade afro.

Toda essa trama discursiva encobre as políticas de gentrificação, mais precisamente de limpeza étnico-social, em andamento no mesmo sítio histórico. A repetição dessa história única sobre o CHS impede a profusão de outros discursos para o território. Por exemplo, os que apontariam para a produção de políticas de remoção urbana contra uma comunidade afro-baiana para viabilizar projetos de revitalização urbana, tema da nossa dissertação.

Nesse avesso do CHS, estão situadas políticas de segregação socioespacial contra os artífices da Ladeira da Conceição da Praia. O conceito organicista da vida é utilizado como um operador de exclusão social, definindo quais comunidades e territórios atendem aos critérios de vitalidade sustentados pelo poder público e por seus parceiros associados. O racismo, para nós, alicerça a noção de “vida” empregada pelo poder público, pois, na fabricação da fantasia da diferenciação das raças, há a imbricada produção de seres superiores e inferiores. Estes últimos têm sua humanidade questionada. São seres biologicamente defasados e, por isso, a dinâmica socioespacial que constituíram é diagnosticada como desvitalizada, ou seja, sem vida.

Contudo, apesar de, aparentemente, existir uma contradição nesses dois modos de governo das vidas negras no CHS, há uma complementaridade. Para que haja uma expansão territorial, com a finalidade de ampliar a exploração cultural e turística do sítio histórico e da baianidade estereotipada, faz-se necessária a fabricação de novos mundos urbanos na zona

central soteropolitana. Por essa razão, comunidades negras que não se enquadram nesses novos moldes devem ser descartadas da região, mediante projetos de revitalização urbana, agravando as condições de exclusão social na capital baiana e agravando a exposição dessa população despejada aos mais variados riscos de morte, em nome de uma nova colonização dos modos de ser e habitar.



## REFERÊNCIAS

“VÁRIAS queixas” no centro antigo de Salvador. **Passa Palavra**, Salvador, 1 jun. 2015. Disponível em: <http://passapalavra.info/2015/06/104621>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

ACM NETO pedirá na Justiça a retirada de moradores de área de risco. **G1 Bahia**, Salvador, 11 maio 2015, 21:41. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/05/acm-neto-pedira-na-justica-retirada-de-moradores-de-areas-de-risco.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ALBUQUERQUE, C. O antigo cinema Glauber Rocha será reaberto com 800 lugares. **Correio**, Salvador, 8 dez. 2008, 13:00. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/o-antigo-cinema-glauber-rocha-sera-reaberto-com-800-lugares/>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ALCÂNTARA, M. F. de. Gentrificação. In: PEIXOTO, F. A. (coord.). **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>. Acesso em: 5 fev. 2019.

ALMIRANTE, J. Revitalização do centro de Salvador prevê desconto em impostos e desapropriação de imóveis; moradores se preocupam. **G1 Bahia**, Salvador, 20 maio 2017, 08:00. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/revitalizacao-do-centro-de-salvador-preve-desconto-em-impostos-e-desapropriacao-de-imoveis-moradores-se-preocupam.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2018.

ALONSO, A. Processos políticos da abolição. In: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 1. p. 358-366.

AMEAÇA de remoção em ocupação do MSTB em Escada. **Passa Palavra**, Salvador, 6 mar. 2018. Disponível em: <https://passapalavra.info/2018/03/118561/>. Acesso em: 15 maio 2019.

APÓS TJ questionar projeto para Centro Antigo de Salvador, lei entra em vigor, diz presidente da Câmara. **G1 Bahia**, Salvador, 24 maio 2017, 20:41. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/apos-tj-questionar-projeto-para-centro-antigo-de-salvador-lei-entra-em-vigor-diz-presidente-da-camara.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA. **Este território tem dono!** Salvador, 27 maio 2015a. Facebook: [artificesdaladeira](https://www.facebook.com/artificesdaladeira). Disponível em: [https://www.facebook.com/artificesdaladeira/posts/387259844792353?\\_\\_tn\\_\\_=K-R](https://www.facebook.com/artificesdaladeira/posts/387259844792353?__tn__=K-R). Acesso em: 12 maio 2018.

ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA. Nota pública sobre a declaração do prefeito acerca da revitalização dos arcos da Ladeira da Conceição. Salvador, 9 fev. 2019. Facebook: [artificesdaladeira](https://www.facebook.com/artificesdaladeira/). Disponível em: <https://www.facebook.com/artificesdaladeira/>. Acesso em: 12 maio 2018.

ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA. [Sem título]. Salvador, 17 jun. 2015b. Facebook: artificesdaladeira. Disponível em: <https://www.facebook.com/artificesdaladeira/>. Acesso em: 12 maio 2018.

ARTÍFICES DA LADEIRA DA CONCEIÇÃO DA PRAIA. [Sem título]. Salvador, 20 abr. 2017. Facebook: artificesdaladeira. Disponível em: <https://www.facebook.com/artificesdaladeira/>. Acesso em: 12 maio 2018.

BAHIA, L. Assim nasceu Salvador. **iBahia**, Salvador, 13 jun. 2016, 21:51. Disponível em: <https://www.ibahia.com/detalhe/noticia/assim-nasceu-salvador/>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BAHIA. Polícia Militar do Estado da Bahia. **Estatuto disciplinar dos militares do estado da Bahia**. Salvador: Polícia Militar do Estado da Bahia, 2003. Disponível em: [http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=533&Itemid=543](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=533&Itemid=543). Acesso em: 18 dez. 2018.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **Centro antigo de Salvador: plano de reabilitação participativo**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.centroantigo.ba.gov.br/arquivos/File/Avancosbaixaresolucao.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BARRETO, I. B. S. Identidade, memória e pertencimento: a tradição de artífices dos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 12., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos [...]** Salvador: UFBA, v. 1, 2016. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/>. Acesso em: 13 mar. 2019.

BATISTTA, I. A. T. Uso da imagem do negro para a promoção do turismo da Bahia. **III Seminário Políticas para a Diversidade Cultural**. Salvador, 2014. Disponível em: [https://diversidadeculturaldotorg1.files.wordpress.com/2014/07/spdc14\\_iury-abreu-tavares-batistta.pdf](https://diversidadeculturaldotorg1.files.wordpress.com/2014/07/spdc14_iury-abreu-tavares-batistta.pdf). Acesso em: 12 out. 2018.

BELO, M. Dos arcos da 'Conceição' à Ladeira da Montanha, contos marcam história. **G1 Bahia**, Salvador, 23 mar. 2015, 21:25. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/salvador-466-anos/noticia/2015/03/dos-arcos-da-conceicao-ladeira-da-montanha-contos-marcam-historia.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BORGES, T. Projeto vai reformar os arcos da Ladeira da Conceição; saiba como vai ficar. **iBahia**, Salvador, 25 dez. 2014, 12:11. Disponível em: <https://www.ibahia.com/salvador/detalhe/noticia/projeto-vai-reformar-os-arcos-da-ladeira-da-conceicao-saiba-como-vai-ficar/>. Acesso em: 8 jan. 2018.

BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **Revista EURE**, Santiago do Chile, v. XXXI, n. 93, p. 53-71, 2005.

BOULOS, G. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-tetos. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 15 jul. 2018.

BRITTO, L.; MELLO, M.; MATTA, R. O processo de transformação urbana de Salvador-BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 19, v. 2, n. 37, p. 111-127, 2017.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2000.

CARTÃO postal. Intérprete: Olodum. Compositor: Mestre Jackson. *In: Filhos do Sol.* Salvador: EMI Music Publishing, Warner/Chappell Music, 1994. 1 CD, faixa 1.

CARVALHO, W. Seis imóveis são demolidos na ladeira da Montanha. **A Tarde**, Salvador, 22 maio 2015, 08:30. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1682937-seis-imoveis-sao-demolidos-na-ladeira-da-montanha>. Acesso em: 18 nov. 2018.

CHARLEAUX, J. P. O que é extrema direita. E por que ela se aplica a Bolsonaro. **Nexo**, São Paulo, 19 dez. 2018, 14:26. Expresso. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/17/O-que-%C3%A9-extrema-direita.-E-por-que-ela-se-aplica-a-Bolsonaro>. Acesso em: 2 jan. 2019.

CHIMAMANDA Adichie: o perigo de uma histórica única. [S. l.: s.n.], 2013. 1 vídeo (15min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_4uXhbSWIJs](https://www.youtube.com/watch?v=_4uXhbSWIJs). Acesso em: 17 jun. 2019.

CHUVA forte volta a causar transtornos em Salvador. **A Tarde**, Salvador, 15 maio 2015, 20:22. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1681364-chuva-forte-volta-a-causar-transtornos-em-salvador>. Acesso em: 12 jan. 2019.

CLIFE que homenageia os 30 anos do axé é divulgado; confira. **iBahia**, Salvador, 31 dez. 2014, 17:55. Disponível em: <https://www.ibahia.com/entretenimento/detalhe/noticia/clife-que-homenageia-os-30-anos-do-axe-e-divulgado-confira/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”.** Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CORDEIRO, H. Prefeito ACM Neto lança projeto para revitalizar imóveis abandonados. **Correio**, Salvador, 13 dez. 2016, 01:20. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prefeito-acm-neto-lanca-projeto-para-revitalizar-imoveis-abandonados/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DESLIZAMENTOS de terra em Salvador: histórias e ação do homem explicam ocorrências. **G1 Bahia**, Salvador, 30 mar. 2018, 06:00. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/deslizamentos-de-terra-em-salvador-historia-e-acao-do-homem-explicam-ocorrencias.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução de Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA NETO, J. L. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 411-420, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722015000300411&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722015000300411&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 17 dez. 2017.

FERREIROS dos Arcos da Montanha – Salvador, Bahia. Realização de Maria Carolina, Silvana Olivieri e Tenille Bezerra. [S. l.: s.n.], 2014. 1 vídeo, 3 min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=RwP\\_4ruWypc](https://www.youtube.com/watch?v=RwP_4ruWypc). Acesso em: 17 jul. 2018.

FISCHER, T. *et al.* Olodum: arte e negócio. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 90-99, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v33n2/a09v33n2.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Machado, Eduardo Morais e Léa Novaes. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: MOTA, M. B. (org). **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 118-140.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão e Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, W. Pós-abolição; o dia seguinte. *In*: SCHWARCZ, L.; GOMES, F. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 1. p. 351-357.

GARCEZ, T. [Sem título]. [2009]. 1 fotografia. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/475200198165475059/>. Acesso em: 17 dez. 2017.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAVRAS, D. Déficit habitacional é recorde no país. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 jan. 2019, 07:28. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2019/01/07/deficit-habitacional-e-recorde-no-pais.htm>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GRUPO Fasano inaugura hotel em Salvador. **GQ Brasil**, São Paulo, 8 dez. 2018, 11:04. Disponível em: <https://gq.globo.com/Noticias/noticia/2018/12/grupo-fasano-inaugura-hotel-em-salvador.html>. Acesso em: 17 jul. 2019.

GUERREIRO, G. A cidade imaginada – Salvador sob o olhar do turismo. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, ano 6, n. 11, p. 6-22, 2005. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/192>. Acesso em: 12 jun. 2019.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/0>. Acesso em: 17 nov. 2018.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. *et al.* (org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 27-34.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jefferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.

HÜNING, S. M. Encontros e confrontos entre a vida e o direito. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 491-501, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n3/a14v19n3.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

HÜNING, S. M. *et al.* Subjetividades, globalização e urbanização: novos objetos da Psicologia Social Brasileira nos Simpósios da ANPEPP. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 460-473, jun. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932014000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000200014). Acesso em: 17 mar. 2018.

HÜNING, S. M. Psicologia, espaços urbanos e violência. In: LEMOS, F. C. S. *et al.* (org.). **Psicologia Social, direitos humanos e história: transversalizando acontecimentos do presente**. Curitiba: Editora CRV, 2015. p. 73-90.

HÜNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. de F. Efeito Foucault: desacomodar a psicologia. In: GUARESCHI, N. M. F.; HÜNING, S. M. (org.). **Foucault e a Psicologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p.159-182.

IPHAN nega ter pedido desocupação de imóveis. **A Tarde**, Salvador, 9 dez. 2014, 22:03. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1645371-iphan-nega-ter-pedido-desocupacao-de-imoveis>. Acesso em: 15 jul. 2018.

JAIMES, M. Entenda como funciona o programa Salvador 360 e seus 8 eixos de atuação direta. **TV Servidor**, 29 maio 2017. Disponível em: <https://tvservidor.com.br/entenda-como-funciona-o-programa-salvador-360-e-seus-8-eixos-de-atuacao-direta/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 1. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

JUSTIÇA determina que projeto sobre Centro Antigo de Salvador retorne à Câmara de Vereadores. **G1 Bahia**, Salvador, 22 maio 2017, 17:11. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/justica-determina-que-projeto-sobre-centro-antigo-de-salvador-retorne-a-camara-de-veredores.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2019.

LADEIRA da Montanha volta a ser interditada nesta segunda-feira (25). **Correio**, Salvador, 25 maio 2015, 13:25. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ladeira-da-montanha-volta-a-ser-interditada-nesta-segunda-feira-25/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LEMOS, F. C. S. *et al.* Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 461-469, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2871/287145646012.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

LIMA, C.; LOPES, D. O fim dos trabalhadores do centro antigo de Salvador. **VICE Brasil**, Salvador, 25 set. 2017, 07:00. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/qvqv5d/o-fim-dos-trabalhadores-do-centro-antigo-de-salvador?utm\\_source=vicefbbr](https://www.vice.com/pt_br/article/qvqv5d/o-fim-dos-trabalhadores-do-centro-antigo-de-salvador?utm_source=vicefbbr). Acesso em: 17 jul. 2018.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ilegal. *In*: CASTRIOTA, L. B. (org.). **Urbanização brasileira**: redescobertas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003. p. 78-96.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! *In*: MARICATO, E. *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MARTINS, H. Artesões de área histórica de Salvador fazem ato contra remoção. **Agência Brasil**, Brasília, 8 dez. 2014, 17:14. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/artesaos-de-area-historica-de-salvador-fazem-ato-contraremocao>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MAZUI, G. Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil e interrompe série de vitórias do PT. **G1**, Brasília, 28 out. 2018, 19:21. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MELO, J.; AZEVEDO, D. [Projeto Revitalizar] Tentativa de gentrificação ou revitalização? **Correio Nagô**, Salvador, 23 maio 2017. Disponível em: <https://correionago.com.br/portal/projeto-revitalizar-tentativa-de-gentrificacao-ou-revitalizacao/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MENDONÇA, T. Vida sob os arcos. **A Tarde**, Salvador, 25 fev. 2015, 16:56. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1661771-vida-sob-os-arcos>. Acesso em: 17 jul. 2018.

MOURA, D. *et al.* A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades – Comunidade e Territórios**, Lisboa, n. 12/13, p. 13-32, dez. 2006. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13\\_Moura\\_al.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13_Moura_al.pdf). Acesso em: 20 dez. 2018.

MOURAD, L. N. A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador. **URBBA11: Direito à Cidade, Cidade do Direito**, Salvador, 2011. Disponível em: [http://urbanismonabahia11.blogspot.com/2011/11/o-seminario-urbanismo-na-bahia-11\\_8205.html](http://urbanismonabahia11.blogspot.com/2011/11/o-seminario-urbanismo-na-bahia-11_8205.html). Acesso em: 17 jan. 2018.

MOURAD, L. N.; FIGUEIREDO, G. C.; BALTRUSIS, N. Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 437-460, nov. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0437.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

NOTA Pública – Restauração dos Arcos da Montanha. **Iphan Bahia**, Salvador, 9 dez. 2014. Disponível em: <http://iphanba.blogspot.com/2014/12/nota-publica-restauracao-dos-arcos-da.html>. Acesso em: 17 maio 2018.

O QUE está acontecendo nas ladeiras de Salvador? [S. l.: s.n.], 2015. 1 vídeo (5 min). Disponível em: <https://vimeo.com/129063113>. Acesso em: 17 jan. 2018.

OLIVEIRA, A. L. A.; PEREIRA, G. L. (org.). **Mestres artífices da Ladeira da Conceição da Praia**. Salvador: Gráfica Cian, 2017.

OLIVEIRA, N. Por que pessoas estão ficando desabrigadas e casarões estão sendo demolidos no centro de Salvador? **VICE Brasil**, Salvador, 29 jun. 2015, 06:30. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/ezgqwk/por-que-pessoas-estao-ficando-desabrigadas-e-casares-estao-sendo-demolidos-no-centro-de-salvador](https://www.vice.com/pt_br/article/ezgqwk/por-que-pessoas-estao-ficando-desabrigadas-e-casares-estao-sendo-demolidos-no-centro-de-salvador). Acesso em: 17 jan. 2019.

OLIVEIRA, R.; SOUZA, R. Direito à moradia: reflexões sobre território e compromisso com o maior contingente populacional brasileiro. **Cadernos de Ciências Aplicadas**, Vitória da Conquista, n. 17, p. 207-222, 2014.

OS ARCOS e as muralhas da encosta do Centro Histórico de Salvador serão recuperados e requalificados pelo PAC Cidades Históricas. **Iphan Bahia**, Salvador, 21 mar. 2014. Disponível em: <http://iphanba.blogspot.com.br/2014/03/os-arcos-e-as-muralhas-da-encosta-do.html>. Acesso em: 17 jul. 2018.

OS FERREIROS de santo serão despejados em 72h dos Arcos da Montanha em Salvador. O que você vai fazer? **NOBRASIL**, 16 jul. 2014. Disponível em: <http://nobrasil.co/os-ferreiros->

de-santo-serao-despejados-em-72h-dos-arcos-da-montanha-em-salvador-o-que-voce-vai-fazer/. Acesso em: 2 mar. 2018.

OUTTES, J. Disciplinando a sociedade através da cidade: a gênese do urbanismo no Brasil e na Argentina (1894-1945). *In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES AMBIENTALES*, 6., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2014. p. 383-408.

PADILHA, E. V. A. **Território e subjetividade**: uma pesquisa sobre a Comunidade de Pescadores do Jaraguá. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

PITOMBO, J. P. Olodum, 40, reafirma raiz do samba-reggae e mira futuro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 fev. 2019, 20:00. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/olodum-40-reafirma-raiz-do-samba-reggae-e-mira-futuro.shtml>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PITTA, P. Sobe para três o número de mortos em desabamento na Soledade. **A Tarde – UOL**, Salvador, 26 abr. 2017, 12:07. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1856340-sobe-para-tres-o-numero-de-mortos-em-desabamento-na-soledade>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PRADO FILHO, K. Para uma arqueologia da Psicologia. *In: GUARESCHI, N. M. F.; HÜNING, S. M.; FERREIRA, A. A. L. (org.). Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 81-102.

PRADO FILHO, K.; LOBO, L.; LEMOS, F. A história do presente em Foucault e as lutas sociais. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 29-42, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922014000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922014000100004). Acesso em: 13 jul. 2018.

PREFEITO ACM Neto anuncia reforma dos arcos da Ladeira da Montanha. **Correio**, Salvador, 4 fev. 2019, 12:29. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prefeito-acm-neto-anuncia-reforma-dos-arcos-da-ladeira-da-montanha/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PREFEITURA inicia demolição de casarão de seis andares da Rua do Taboão. **Correio**, Salvador, 19 maio 2015, 13:30. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/prefeitura-inicia-demolicao-de-casarao-de-seis-andares-na-rua-do-taboa/>. Acesso em: 17 de jul. 2019.

RAIZ de todo bem. Intérprete: Saulo Fernandes. Compositor: Saulo Fernandes. *In: SAULO Ao Vivo*. Salvador: Universal Music, 2013. 1 CD, faixa 1.

REIS, C. **Cidade e direitos**: o comum como exercício ético da vida urbana. 2017. 175 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

REIS, C.; LARA, L.; GUARESCHI, N. M. F. Direito à cidade e produção de modos comuns de habitar. *In: LEMOS, F. C. S. et al. (org.). Psicologia social, direitos humanos e história: transversalizando acontecimentos do presente*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015. p. 15-35.



REQUALIFICAÇÃO da avenida Sete e praça Castro Alves inicia nesta quinta. **A Tarde**, Salvador, 24 out. 2018, 10:35. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2005005-requalificacao-da-avenida-sete-e-praca-castro-alves-inicia-nesta-quinta>. Acesso em: 17 jul. 2019.

ROCHA, V; CASTRO, Z. Em risco no Pelourinho: Adeus, artesãos. Olá, hotéis de luxo: o plano gourmet do prefeito de Salvador para o centro histórico. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 22 abr. 2019, 00:03. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/21/salvador-centro-historico-pelourinho/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

RODRIGUES, A. C.; BAPTISTA, L. A. dos S. Cidades-imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 422-429, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822010000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822010000300002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 17 dez. 2018.

ROLNIK, R. **Guerra de lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. Por um novo lugar para os velhos centros. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 29 abr. 2006. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2006/04/29/por-um-novo-lugar-para-os-velhos-centros/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 17 mar. 2018.

SAFATLE: “Há um golpe militar em marcha no Brasil hoje”. [S. l.: s.n.], 2018. 1 vídeo (27 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BwLg13hSkRk&t=195s>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SALVADOR é a capital mais negra do Brasil e também onde está maior desigualdade salarial entre brancos e pretos. **Jornal Grande Bahia**, Salvador, 21 nov. 2018. Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2018/11/salvador-e-a-capital-mais-negra-do-brasil-e-tambem-onde-esta-maior-desigualdade-salarial-entre-brancos-e-pretos/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SALVADOR JÁ soma 20 mortes após chuvas; tempo instável persiste. **G1 Bahia**, Salvador, 19 maio 2015, 10:50. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/05/salvador-ja-soma-20-mortes-apos-chuvas-tempo-instavel-persiste.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SALVADOR. Agência de notícias. **Prefeitura lança iniciativas para ocupação e dinamização do Centro Antigo**. Salvador: Agência de notícias, 12 dez. 2016a. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/releases-2/geral/4828-no-salao-da-associacao-comercial-da-bahia-o-prefeito-acm-neto-lancou-o-projeto-revitalizar-que-estimula-a-recuperacao-restauracao-ou-reforma-de-imoveis-tombados-ou-nao-na-regiao-do-centro-antigo-de-salvador>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SALVADOR. Defesa Civil de Salvador. **Casarões** – Relatório técnico. Salvador: Defesa Civil (Codesal), 2009. Disponível em:

<http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/images/pdf/casaroes-relatorio-tecnico-edicao-revisada-2009.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SALVADOR. **Lei nº 9.215, de 19 de maio de 2017**. Institui o Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador – PROGRAMA REVITALIZAR, e dá outras providências. Salvador: Câmara Municipal, [2017]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2017/921/9215/lei-ordinaria-n-9215-2017-institui-o-programa-de-incentivo-a-restauracao-e-recuperacao-de-imoveis-do-centro-antigo-de-salvador-programa-revitalizar-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 17 jul. 2018.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Comunicação. **Menos da metade dos casarões em Salvador correm risco de desabamento**. Salvador: Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), 27 mar. 2019. Disponível em: <http://comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/54023-menos-da-metade-dos-casaroes-em-salvador-correm-risco-de-desabamento>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Comunicação. **Sucom esclarece sobre demolições de imóveis tombados**. Salvador: Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), 25 maio 2015. Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/46488-sucom-esclarece-sobre-demolicao-de-imoveis-tombados>. Acesso em: 29 mar. 2019.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil. **Regimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil**. Salvador: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil (Sindec), 2016b. Disponível em: [http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/cadastro\\_organizacional/documentos/13499\\_Cadastro%20SINDEC.pdf](http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/cadastro_organizacional/documentos/13499_Cadastro%20SINDEC.pdf). Acesso em: 12 jul. 2019.

SANT'ANNA, M. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 44-59, 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/issue/view/351/showToc>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SANTOS, M. A. S. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 3, n.1, p. 20-29, 1990. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3103/2221>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SANTOS, R. B. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SCISLESKI, A.; HÜNING, S. M. Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 8-27, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/61374>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SCISLESKI, A; HÜNING, S. M. Ressonâncias de uma epistemologia foucaultiana em Psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e170632.pdf> . Acesso em: 13 mar. 2019.

SECCO, L. As jornadas de junho. *In*: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SILVA, J. C. B. **Muito além da questão ambiental: discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres**. 2017. 235 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, R. H. A. A história vive aqui. *In*: SILVA, R. H. A.; ZIVIANI, P. (org.). **Cidade e cultura: rebatimentos no espaço público**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 142-152.

SILVA, V. M. **A constituição dos processos de urbanização como objeto da psicologia no Brasil**. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, W. V. N. **Territórios vulneráveis: arquivos impróprios de uma memória em perigo**. 2018. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVEIRA, R. O Calundu, ancestral do candomblé, e as duas políticas coloniais. *In*: SILVEIRA, R. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto**. Salvador: Edições Maianga, 2006. p. 153-273.

SOTERO, A. Câmara aprova projeto para recuperação de casarões do Centro Antigo. **A Tarde**, Salvador, 27 abr. 2017, 08:01. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1856949-camara-aprova-projeto-para-recuperacao-de-casaro-es-do-centro-antigo>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SOTERO, A. Centro Histórico: Iphan e Sucom rebatem críticas a demolição. **A Tarde**, Salvador, 26 maio 2015, 08:23. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1683805-centro-historico-iphane-sucom-rebatem-criticas-a-demolicao>. Acesso em: 17 jul. 2018.

UZÊDA, E. Espaço cultural da Barroquinha reabre com novo perfil. **A Tarde**, Salvador, 5 maio 2014, 10:57. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/espaco-cultural-da-barroquinha-reabre-com-novo-perfil-1588998>. Acesso em: 17 jul. 2019.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. *In*: MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 35-40.

VOLUME de chuvas em Salvador é o maior registrado em maio desde 1995. **G1 Bahia**, Salvador, 20 maio 2015, 12:17. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/05/volume-de-chuva-em-salvador-e-o-maior-registrado-em-maio-desde-1995.html>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ZANIRATO, S. H. A restauração do Pelourinho no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil. Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, cultura e cidade. **História Actual Online**, Cádiz, n. 14, p. 35-47, otoño 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2529031>. Acesso em: 17 set. 2018.

**APÊNDICE A – MATERIAIS IDENTIFICADOS NA PESQUISA DOCUMENTAL –  
POR EIXO**

LEGENDA:

	Material inserido na dissertação
	Material não inserido na dissertação

<b>EIXO 1 – PROJETO DE REVITALIZAÇÃO URBANA – IPHAN BAHIA</b>		
<b>Título</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Veículo de comunicação</b>
Centro da cidade estará renovado em até 3 anos, prevê projeto.	12 de dezembro de 2013	CORREIO
Os arcos e as muralhas da encosta do Centro Histórico de Salvador serão recuperados e requalificados pelo PAC Cidades Históricas.	21 de março de 2014	IPHAN BAHIA
Arcos da Montanha são atrativos turísticos e serão recuperados em SSA.	21 de março de 2014	BAHIA JÁ
Arcos e muralhas da encosta do Centro Histórico de Salvador serão recuperados.	23 de março de 2014	BAHIA ON LINE
Os ferreiros de santos serão despejados em 72h dos arcos da montanha em Salvador. O que você vai fazer?	16 de julho de 2014	NOBRASIL
Prefeitura de Salvador, governo do estado e Iphan querem tirar artesões da Ladeira da Conceição, no Centro Histórico.	18 de julho de 2014	GGN
Os Ferreiros dos Arcos da Montanha – Salvador, Bahia.	19 de julho de 2014	Youtube
Artesões de área histórica de Salvador fazem ato contra remoção.	8 de dezembro de 2014	Agência Brasil

NOTA PÚBLICA – Restauração dos Arcos da Montanha	9 de dezembro de 2014	IPHAN BAHIA
Iphan nega ter pedido desocupação dos imóveis.	9 de dezembro de 2014	A TARDE
Projeto vai reformar os arcos da Ladeira da Conceição; saiba como vai ficar.	25 de dezembro de 2014	Ibahia
Arcos da Conceição serão reformados; projeto aguarda saída temporária de moradores	25 de dezembro de 2014	BAHIA NOTÍCIAS
Renovação na Ladeira da Montanha	26 de dezembro de 2014	IPHAN BAHIA
Vida sob arcos.	22 de fevereiro de 2015	A TARDE
Dos arcos da 'Conceição' à Ladeira da Montanha, contos marcam história.	23 de março de 2015	G1 BAHIA
BA: Artífices da Ladeira da Conceição da Praia ganham apoio da Defensoria Pública.	19 de junho de 2015	ANADEP

<b>EIXO 2 – CHUVAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR, NO ANO DE 2015</b>		
<b>Título</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Veículo de comunicação</b>
Sucom esclarece demolições em de imóveis tombados.	S/D (2015)	Prefeitura Municipal de Salvador – Secom
Desabamentos após chuvas deixam mortes em Salvador.	27 de abril de 2015	G1 BAHIA

Chuvas em Salvador causa deslizamentos de terra e mortes.	27 de abril de 2015	UOL – Notícias
Após forte chuva, deslizamento de terra deixa 14 mortos em Salvador.	27 de abril de 2015	HUFFPOST
ACM Neto pedirá na justiça a retirada de moradores de áreas de risco.	11 de maio de 2015	G1 BAHIA
Chuva forte volta a causar transtornos em Salvador.	15 de maio de 2015	A TARDE
Com chuva forte, Salvador registra novos deslizamentos.	15 de maio de 2015	AGÊNCIA BRASIL
Prefeitura inicia demolição de casarão de seis andares na Rua do Taboão.	19 de maio de 2015	CORREIO
Salvador já soma 20 mortes após chuvas: tempo instável persiste.	19 de maio de 2015	G1 BAHIA
Volume de chuvas em Salvador é o maior registrado em maio desde 1995.	20 de maio de 2015	G1 BAHIA
Seis imóveis são demolidos na ladeira da Montanha.	22 de maio de 2015	A TARDE
Salvador: chuvas de maio está quase 90% acima da média.	22 de maio de 2015	CLIMATEMPO
Ladeira da Montanha volta a ser interditada nesta segunda-feira (25).	25 de maio de 2015	CORREIO
Centro Histórico: Iphan e Sucom rebatem críticas de demolição.	26 de maio de 2015	A TARDE

O que está acontecendo nas ladeiras de Salvador?	27 de maio de 2015	VIMEO
Esse território tem dono.	27 de maio de 2015	Página oficial dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia no <i>Facebook</i>
Após fortes chuvas em abril, casarões históricos de Salvador serão demolidos.	28 de maio de 2015	FOLHA DE SÃO PAULO
“Várias Queixas” no Centro Antigo de Salvador	1 de junho de 2015	PASSA PALAVRA
As chuvas recentes e a luta pelo espaço urbano de Salvador	7 de junho de 2015	PASSA PALAVRA
Sem título	17 de junho de 2015	Página oficial dos Artífices da Conceição da Praia no <i>Facebook</i>
Porque pessoas estão ficando desabrigadas e casarões estão sendo demolidos no centro de Salvador.	29 de junho de 2015	VICE BRASIL
Salvador é esquarterjada em novo processo de modernização.	9 de julho de 2015	UOL
Unesco é acionada após demolições no Centro Histórico de Salvador.	9 de julho de 2015	G1 BAHIA
Casarões estão sendo demolidos no Centro	12 de julho de 2015	HackCities
Relatório Operação Chuva 2015	2015	Prefeitura Municipal de Salvador – Sindec/Defesa Civil de Salvador
A espera dos Arcos Montanha	10 de novembro de 2016	SARAVÁ – MEMÓRIAS E AFETOS



Deslizamentos de terra em Salvador: histórias e ação do homem explicam ocorrências.	30 de março de 2018	G1 BAHIA
---	---------------------	----------

<b>EIXO 3 – PROJETO REVITALIZAR</b>		
<b>Título</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Veículo de comunicação</b>
Prefeitura lança iniciativas para ocupação e dinamização do Centro Antigo.	12 de dezembro de 2016	Prefeitura Municipal de Salvador – Agência de Notícias
Prefeito ACM Neto lança projeto para revitalizar imóveis abandonados	12 de dezembro de 2016	CORREIO
Sobe para três o número de mortos em desabamento na Soledade	25 de abril de 2017	A TARDE
Câmara aprova projeto para recuperação de casarões do Centro Antigo.	27 de abril de 2017	A TARDE
Lei N 9215/2017. (Projeto Revitalizar)	19 de maio de 2017	Prefeitura Municipal de Salvador
Revitalização do centro de Salvador prevê desconto em imposto e desapropriação de imóveis: moradores se preocupam.	20 de maio de 2017	G1 BA
Justiça determina que projeto sobre Centro Antigo de Salvador retorne à Câmara de Vereadores.	22 de maio de 2017	G1 BA
[Projeto Revitalizar] Tentativa de revitalização ou gentrificação?	23 de maio de 2017	Correio Nagô
Após TJ questionar projeto para Centro Antigo de Salvador, lei entra em vigor, diz presidente da Câmara.	24 de maio de 2017	G1 BA

Entenda como funciona o programa salvador 360 e seus 8 eixos de atuação direta.	29 de maio de 2017	TV Servidor
O fim dos trabalhadores do centro antigo de Salvador.	25 de setembro de 2017	VICE BRASIL
Prefeito ACM Neto anuncia reforma dos arcos da Ladeira da Montanha	4 de fevereiro de 2019	CORREIO
Nota pública sobre a declaração do prefeito acerca da revitalização dos Arcos da Ladeira da Conceição	8 de fevereiro de 2019	Página oficial dos Artífices da Conceição da Praia no <i>Facebook</i>
Em risco no Pelourinho	22 de abril de 2019	The Intercept_Brasil

